



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O EGITO DE JEAN-BAPTISTE JOSEPH FOURIER: A ESCRITA DA
HISTÓRIA NA *DESCRIPTION DE L'ÉGYPTE* (1809)**

GINO CASTRO PINORI

BRASÍLIA
2023

Gino Castro Pinori

**O Egito de Jean-Baptiste Joseph Fourier: a escrita da história na
Description de l'Égypte (1809)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho

Brasília
2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho
Universidade de Brasília
Orientador

Prof. Dra. Rachel Saint Williams
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcus Vinicius Furtado da Silva Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

À minha mãe

AGRADECIMENTOS

As dificuldades de expressar os sentimentos na chamada “vida real” tornam a complexidade de traduzi-los por meio da expressão escrita ainda maior. Em outras palavras, os agradecimentos abaixo jamais conseguirão fazer justiça às pessoas mencionadas, e por isso peço a vossa compreensão.

Agradeço a minha mãe, Silvana Lúcia de Castro, por todo o infindável apoio e amor expressos não só no decorrer do mestrado, mas em todos os meus anos de vida. Se consegui chegar aqui, com todos os percalços e todas as conquistas que marcaram esses últimos vinte e quatro anos, foi porque ela nunca desistiu de mim.

Agradeço ao meu orientador, Daniel Gomes de Carvalho, por todos os anos de orientação. Quando tive a reunião que definiria se ele me aceitaria como o seu orientando, ainda na graduação, devo admitir que a chama que existia em mim pela vida acadêmica estava perto de se extinguir. Ele, enquanto professor recém-contratado, tinha todos os motivos para recuar assumir uma orientação naquelas condições, e não obstante optou pelo sim. Os anos que se seguiram foram de grande aprendizado em várias esferas da vida. Todos os puxões de orelha, elogios, oportunidades e incentivos (principalmente nos momentos que eu não acreditava ser possível) foram fundamentais não só para que chegasse aqui, mas pudesse projetar horizontes ainda mais ambiciosos.

Agradeço aos meus amigos e amigas por terem, cada um a sua maneira, me acompanhado nessa jornada. Ao Gabriel Luan, amizade mais improvável e uma das mais ricas que a UnB acrescentou na minha vida, agradeço por todos os anos de apoio, carinho e discussões sobre os mais diversos temas. Agradeço também por escutar os vários áudios do tamanho de *podcast* que enviei sobre essa pesquisa e as ideias que tinha. A Luana Vitoria, Maria Clara, Márcia Cecília, e Ingrid Soares, agradeço a incrível amizade e todos os bons momentos durante e depois da graduação. Torço para ter sido para vocês um amigo tão bom quanto foram para mim.

A Júlia Maria e Mário Cortês, agradeço por todas as risadas, conversas e apoio. Os dois anos de isolamento teriam sido ainda piores sem vocês. A Vinicius Castro, agradeço por ser um amigo incrível mesmo nos momentos mais difíceis, em especial naquele ano em que a própria vontade de existir era colocada em dúvida. A Vitor Lourenço, por ser um amigo incrível e carinhoso. A Deborah Castro, agradeço a amizade, carinho, e por todos os momentos que me ofereceu os frutos do seu talento com a culinária.

A Cíntia Chaves e Helena Sales, saibam que se esse mestrado não me enlouqueceu completamente, foi porque pude contar com a amizade, a escuta e o carinho de vocês. Poder

partilhar essa experiência a tornou mais rica, e as conquistas mais doces. A todas as amigadas citadas ou não, saibam que a minha vida é mais feliz tendo vocês nela.

Peço desculpas ao leitor, mas as próximas linhas devem, por justiça, ser escritas em outro idioma. *To my fellow conceptual knights, thank you for those two incredible weeks in the heart of the finnish world. You've all helped me broaden my horizons and live new, funny, and enlightening experiences. Most of all, your contributions helped me give another step in the pathway to become what we should all strive to be in our careers and out of it: better.*

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UnB) e à CAPES por aceitarem e financiarem essa pesquisa. Agradeço aos professores por todas as discussões e sugestões, e à secretaria por esclarecer as minhas dúvidas sempre com competência e profissionalismo. Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade, pela leitura e por todas as ricas sugestões e críticas que melhorarão esta pesquisa.

A cada um e cada uma de vocês, meu muito obrigado.

Querem ser os agentes da história, não as vítimas. Identificam-se com o poder de Deus e acreditam ser divinos. É essa a sua loucura básica. Foram dominados por algum arquétipo; (...) Não é hùbris, não é orgulho; é uma hipertrofia do ego levada às últimas conseqüências — confusão entre quem venera e aquilo que é venerado. O homem não devorou Deus; Deus devorou o homem.

Philip K. Dick, *O homem do castelo alto*

RESUMO

Muito famoso nas pesquisas sobre o orientalismo, o preface historique da Description de l’Egypte, escrito por Jean-Baptiste Joseph Fourier, não teve sua narrativa histórica propriamente analisada. O objetivo desta dissertação é, ao se debruçar sobre a história do Egito narrado no preface, compreender quais as ferramentas foram utilizadas para escrevê-la, descobrir as ligações entre essa narrativa e os esforços imperialistas da França napoleônica, e entender o que Fourier buscou fazer ou propor em sua escrita. Espera-se demonstrar, através da análise de sua produção, de sua narrativa e das similaridades e diferenças do preface com outras narrativas históricas a ela contemporâneas, que o preface deve ser estudado enquanto um documento que apresenta muitas outras possibilidades para além de ser a representação escrita da gênese orientalista.

Palavras-chave: história do Egito; historiografia; imperialismo francês; eurocentrismo; orientalismo.

ABSTRACT

Very famous in the studies on orientalism, the *Preface historique* of *the Description de l'Egypte*, written by Jean-Baptiste Joseph Fourier, did not have its historical narrative properly analyzed. The aim of this dissertation is, by focusing on the history of Egypt narrated in Preface, to understand what tools were used to write it, to discover the links between this narrative and the imperialist efforts of Napoleonic France, and understand what Fourier sought to do or propose in his writing. It is expected to demonstrate, through the analysis of its production, its narrative and the similarities and differences of Preface with other historical narratives to it that the Preface should be studied as a document that presents many other possibilities besides being the written representation of the orientalist genesis.

Keywords: History of Egypt; historiography; french imperialism; eurocentrism; orientalism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Frontispício da edição imperial do primeiro volume da *Déscription de l'Égypte*.
Desenhado por François - Charles Cécile, 1809. 30
- Figura 2.** Frontispício da “edição panckoucke” do primeiro volume da *Déscription de l'Égypte*.
Desenhado pelo impressor, Charles- Louis- Fleury Panckoucke, 1820..... 31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Um breve resumo da expedição e de quem foi Jean-Baptiste Joseph Fourier	14
Uma falta bibliográfica?	20
A dissertação	25
CAPÍTULO 1: O PREFACE HISTORIQUE	28
1.1. A Expedição do Egito ganha forma	40
1.2. Fourier no Egito, suas responsabilidades e fim da ocupação	47
1.3. O retorno à França e a encomenda do <i>préface historique</i>	48
1.4. O Império como censor de impressos políticos	50
1.5. Legitimidade através da escrita da história	52
1.6. Legitimidade através da política externa francesa	55
1.7. Conclusões	57
CAPÍTULO 2 – DE MESTRES DO MUNDO A VÍTIMAS DA BARBARIZAÇÃO	58
2.1. A temporalidade da degeneração	59
2.2. Uma teoria de governo?	68
2.3. O Egito Otomano e a ascensão da Europa das Luzes	76
CAPÍTULO 3 – DEFENDER A EXPEDIÇÃO	86
3.1. Crítica e defesa da expedição	87
3.2. Guillemeau e sua memória sobre o Egito e sobre a Guiana	91
3.3. A defesa da expedição	101
3.4. Possibilidades passadas e futuras	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	119

INTRODUÇÃO

Após mais de duzentos anos após a expedição francesa liderada por Napoleão Bonaparte ao Egito, ainda há muito a ser dito não apenas sobre a expedição e ocupação dessa famosa região do norte da África, mas também sobre seus resultados mais diretos, dentre eles a *Description de l’Égypte*, que teve seus tomos publicados a partir de 1809, e reeditados na década de 1820. Dessa extensa coleção, o que interessa à presente dissertação é o prefácio histórico publicado junto do primeiro volume da *Description*, e escrito pelo letrado e então político francês Jean Baptiste Joseph Fourier. O prefácio é essencial para que se possa responder a uma questão não abordada pela historiografia, voltada a produção do conhecimento histórico. De maneira direta, o principal objetivo da dissertação aqui introduzida é compreender e explicar como Fourier construiu a narrativa histórica do Egito presente no prefácio publicado no ano de 1809. Tal questão perpassa as fronteiras estabelecidas, e exige uma compreensão do significado do Egito não apenas para os franceses do final do século XVIII e começo do XIX, mas também para o mundo contemporâneo.

O Egito é objeto de fascinação do Ocidente e de seus assim (auto)denominado “herdeiros” há séculos, e das mais diversas maneiras. Os “mistérios” da antiguidade, parcialmente conhecidos pelo público geral, foram e continuam a ser palco de grandes filmes, documentários, livros, jogos, e outros variados tipos de mídia. Pesquisas sobre a sua história, mitologia, e outras características sociais e culturais continuam a ser publicadas com certa regularidade, não raramente também ocupando as estantes de livrarias brasileiras. Desse modo, quando o Egito se torna assunto das notícias, com frequência é associado, para o bem e para o mal, associado aos acontecimentos históricos e bíblicos dos quais foi palco.

Considerado por séculos enquanto o berço da civilização ocidental, esse fascínio pelo Egito tomou diversas formas, em especial na chamada “Época Moderna”, quando, a partir da expansão europeia pelo mundo liderada pelos ibéricos, as coroas do oeste europeu passaram a ver na região do Egito não apenas um caminho para a Ásia, mas também para o seu próprio futuro. Os portugueses foram os primeiros a tentar colocar em prática o projeto de conquista da região, no ano de 1513, visando o estabelecimento de um “império verdadeiramente universal” ao destruir as cidades sagradas para o Islã (Meca e Medina), e consolidar o domínio português do mar vermelho, estabelecendo ligação entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico.¹

O fracasso da tentativa portuguesa não significou o fim de projetos imperiais europeus relacionados à expedição. Pelo contrário, a tentativa serviu de inspiração, nos séculos que se

¹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Du Tage au Tange au XVI^e siècle : une conjoncture millénariste à l’échelle eurasiatique. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n°1, jan/fév. 2001, p. 53.

seguiram, a ideias relacionadas à ligação entre os dois mares — no caso, o famoso canal de Suez — e à importância do Egito para estabelecer impérios que pudessem se considerar de fato mundiais. Tais projetos, latentes nos séculos que compuseram o período moderno, ganharam *momentum* com o projeto proposto por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) ao rei Luís XIV (r. 1643-1715), que estava para entrar em guerra contra as Províncias Unidas. O projeto de Leibniz propunha que, em vez de uma guerra contra os hoje Países-Baixos, fosse realizada uma expedição ao Egito. Os argumentos apresentados eram dos mais variados. Leibniz comparou a França a uma China Ocidental, enquanto via semelhanças entre o Egito e a Holanda. Ele lembrou ao rei que os seus antepassados já haviam tentado conquistar a região, e por isso o seu sucesso teria como resultado consequências e espólios ainda maiores que os esperados, dentre eles a submissão humilde por parte dos holandeses. O filósofo abordou a suposta fraqueza militar enfrentada pelos otomanos, que não possuíam uma frota capaz de deter um eventual ataque francês. Por fim, Leibniz recomendou ao rei o mais absoluto segredo, o que foi adotado pelo Diretório quando da fase de preparações para a expedição liderada por Napoleão no século seguinte.² Tendo em vista a importância da expedição para a presente dissertação, explicá-la, ainda que sumariamente, faz-se necessário.

Um breve resumo da expedição e de quem foi Jean-Baptiste Joseph Fourier

O projeto de Leibniz foi retomado em momentos diferentes no decorrer do século XVIII, em especial nos relatos de Claude-Étienne Savary e Constantin de Chassebœuf sobre as suas viagens ao Egito e as suas conclusões, os quais serão discutidos mais adiante. O projeto, afinal, inspirou a expedição ao Egito, propriamente dita, iniciada no ano de 1798. No que diz respeito ao nosso tema, o século XVIII foi marcado pelas discussões orientalistas sobre a região hoje nomeada Oriente Médio, discussões essas que estabeleciam no Egito a sua origem e o seu futuro. Era uma ideia de futuro ainda mais atraente para a França, que, após a Guerra dos Sete Anos, temia estar em decadência graças as perdas coloniais e a incapacidade de manter a sua relevância na balança de poder na Europa.³

Para além de assistir e se perguntar as razões da queda de vizinhos que antes eram “superpotências imperiais” (Espanha, Portugal e Holanda), os europeus também foram ávidos consumidores dos volumes de Gibbon sobre a decadência do Império Romano, o que contribuiu com a teoria de perpetuação de fenômenos históricos através dos séculos. A França pré-1789

² BRÉGEON, Jean-Joël. *L’Égypte de Bonaparte*. Paris, Perrin, 2006, pp.71-72.

³ COLLIER, Ian. *Muslims and Citizens: Islam, Politics, and the French Revolution*. New Haven/London, Yale University Press, 2020, pp. 52-58.

vivia em um paradoxo. Por um lado, era a segunda potência mundial, figurava em primeiro na produtividade agrícola europeia, assim como na cultura através da língua (a elite europeia falava francês), pensamento e artes. Mas o governo se encontrava incapaz de manter as finanças públicas e cada administração, graças às condições sociopolíticas da França, encontrava maiores desafios para conduzir as suas reformas que a anterior. Para piorar, a Inglaterra, vencedora da guerra, era “mestra da Índia”, o que a consolidara enquanto maior império do globo.⁴

Esta realidade começa a se transformar na década de 1790. Pouco antes da queda dos jacobinos, em 1794, a França começa a acumular uma série de vitórias militares contra os contrarrevolucionários, Holanda e Itália. Na conformação política que sucede a República revolucionária (1792-1795), o chamado Diretório (1795-1799), a questão da guerra e da política externa foi de primeira importância (inclusive em contraste com a própria instabilidade política do período). O debate, que dividia o Diretório entre monarquistas (defendiam a manutenção das fronteiras como eram) e intervencionistas (defendiam a criação de repúblicas favoráveis aos interesses franceses), foi influenciado pelas vitórias militares de Bonaparte na Itália, em 1796, e levou a França a constituir várias repúblicas no decorrer dos anos posteriores. A natureza expansionista da França levou Napoleão a propor ao Diretório, no mesmo ano, que ilhas venezianas fossem anexadas aos departamentos franceses, argumentando que o Império Otomano se encontrava em colapso, e possuir as ilhas faria com que os franceses conseguissem obter “sua parte” do antigo território imperial com maior facilidade. É neste momento, aliás, que surge a ideia da *Grande Nation*.⁵

Em decorrência da instabilidade administrativa do Egito, a reação da região aos acontecimentos da França revolucionária foi limitada. No Egito otomano, a administração regional recaía nas mãos da “ordem dos mamelucos”⁶, que tinha a sua elite dividida em *kachefs*, *beys* e *pachas*. Os *kachefs* eram mamelucos libertos em virtude de seus serviços, e figuravam nos altos escalões de cada *bey*. Eram designados, graças a confiança adquirida, a administração de províncias, onde governavam de maneira quase irrestrita: contanto que recolhessem os impostos e mantivessem a situação sob controle, a sua liberdade de ação permaneceria.

Os *beys*, por sua vez, eram o que Henri Dehérain chamou de “mamelucos recém-chegados”. Cinco governavam o Alto Egito, três no Delta e outros três em funções eminentes.

⁴ HAEGELE, Vincent. *Révolution impériale: L'Europe des Bonaparte 1789-1815*. Paris, Passés composés, 2021, pp. 29, 39, 43, 44.

⁵ COLLIER, Ian. Egypt in the French Revolution. In: DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (eds.). *The French Revolution in Global Perspective*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2013, p. 117-121.

⁶ Definição dada por BRÉGEON, Jean-Joël. *L'Égypte de Bonaparte*. Paris, Perrin, 2006 [1991], p. 29

Possuíam centenas, e até mesmo milhares, de homens sob seu comando, habitavam residências luxuosas, grande maioria destas na cidade do Cairo, que mais se assemelhavam a palácios⁷. Os pacha, por fim, figuravam no topo da hierarquia mameluca, e eram os líderes do Egito. Os mamelucos estavam em constante conflito com outros membros da ordem. Para Jean-Joël Brégeon, “(...) os conflitos entre as diferentes potências (terminologia da época) formam a trama essencial da história do Egito nos séculos XVII-XVIII”⁸.

A passagem de tempo se igualou a diluição do controle exercido por Constantinopla, que se torna nulo em tudo menos no nome, e permite que a complexa divisão de poder se enfraqueça. Assim, o *pacha* se tornou figurativo, e o vácuo de poder dá origem a tiranos. Ali Bey é um destes, tendo governado o Egito desde a segunda metade da década de 1750. Foi responsável por uma prosperidade modesta, não conhecida pela população durante muitos anos, mas foi traído por seus tenentes, morrendo em 1793, o que levou toda a região à anarquia. O cargo é eventualmente ocupado por Ibrahim e Mourad Bey. O primeiro era visto como “calmo e trabalhador”, enquanto o último tinha a fama de ser “violento e ambicioso”.⁹

Em 1784 ambos entraram em uma guerra civil. Murad, que abandonara o Cairo, retornou com aliados o suficiente para forçar a fuga dos outros cinco *beys*, e entrou em confronto direto com Ibrahim em uma batalha naval. Eventualmente retomam a paz, que durou pouco. O constante conflito entre os dois senhores do Egito teve consequências mais severas. Em 1785 foi constatado que os *beys* falharam em enviar, por três anos seguidos, os tributos arrecadados, e por isso o sharif de Meca proibiu que egípcios pudessem realizar a peregrinação à tumba do profeta. Para piorar a situação, a crescente anarquia levou a um aumento da inflação, caos nas ruas, mais governadores rebeldes e até mesmo a uma epidemia de praga. Empobrecido e sem o suporte de outros Beys, Murad decidiu adquirir o apoio estrangeiro ao conceder à França o direito de transportar as mercadorias de sua colônia sul-indiana pelo Suez. Esta ação levou ao protesto dos britânicos, que, além de lutar contra os franceses pelo controle do subcontinente indiano, possuíam acordos com os otomanos que garantiam que permissões como essa não pudessem ser dadas.¹⁰

A conflituosa relação com Áustria e a Rússia havia distraído os otomanos durante grande parte dessas turbulências, mas a crescente ira dos europeus em Alexandria fez com que

⁷ Ibid., pp.27-29.

⁸ Tradução própria de “La lutte entre les puissances (...) forme la trame essentielle de l’histoire de L’Egypte aux XVIIe - XVIIIe siècles.”, em BRÉGEON, Jean-Joël. L’Egypte de Bonaparte. Paris, Perrin, 2006 [1991], p.29

⁹ Ibid., p. 30.

¹⁰ COLE, Juan. *Napoleon’s Egypt: Invading the Middle East*. New York, St. Martin Griffin, p. 94.

o recém-empossado Grande Vizir Koca Yusuf tomasse providências. A primeira se deu através do envio de correspondências recordando do atraso no pagamento, a proibição da peregrinação e relatando a suspeita do roubo de grãos, pelos *beys*, que eram destinados à alimentação da Arábia. Em 1786, com a chegada de uma pequena força militar otomana em Roseta e o anúncio da diminuição de taxas para os egípcios leais ao sultão, a situação de Ibrahim e Murad se tornou desesperadora, e ambos decidiram pela rebelião.¹¹

Enquanto enfrentavam as tropas imperiais, o Egito passou a ser governado por Hasan Pasha, que abole grande parte das taxas irregulares mantidas pelos mamelucos. Ele também impôs uma taxa de liberação ao campesinato, fazendo com que pagassem pela conquista. Dentre outras medidas, Pasha proibiu que cristãos cavalgassem, empregou muçulmanos, possuiu, como escravos, mulheres e negros — para que sua posição de inferioridade fosse recordada, constituiu um novo governo administrativo, apontou novos comandantes para os Janízaros, proibiu os cristãos e judeus de se nomearem com nomes de profetas do Corão — com o objetivo de distinguir com mais facilidade quem era muçulmano —, e colocou restrições na circulação pública das mulheres. Pasha ainda forçou as esposas dos *beys* rebeldes a venderem suas joias e a pagar uma grande quantia antes que fugissem, com sucesso, do Cairo.¹²

Pasha administrou o Egito até 1787, quando a crescente possibilidade de uma guerra contra a Rússia o levou a partir, não sem antes perdoar Ibrahim e Murad, com a condição de que permanecessem no Alto Egito. Em 1791, o Egito deixa de ter a atenção de Istambul, e uma nova epidemia de praga matou os conselheiros posicionados por Hasan. As forças de Ibrahim e Murad, intocadas, assumiram o controle, e as taxações desproporcionais de comerciantes retornam, assim como a insurreição frente as determinações otomanas. É assim que Napoleão encontra o Egito sete anos depois.¹³

A situação descrita nos parágrafos anteriores se provou uma oportunidade aos olhos da França revolucionária, que, diferentemente de quando Leibniz propôs a expedição, possuía os meios necessários para realizá-la. Graças a turbulenta situação administrativa brevemente apresentada em parágrafos anteriores, a reação egípcia aos eventos revolucionários foi limitada. Mas, conforme os eventos revolucionários se sucediam, o Egito se tornou crucial, por motivos variados. Os interesses franceses na região do Levante adquiriram maior relevância em consequência da expansão britânica na Índia. Os últimos líderes livres indianos buscaram apoio francês para resistir ao assédio da Companhia das Índias Orientais, e controlar o Egito

¹¹ Ibid., pp.94-97.

¹² Ibid., p.98-99.

¹³ Ibid., p. 99-100.

significaria maneiras mais práticas de fornecer auxílio ao sultão Tipu e as suas forças. O Egito também era um facilitador para se chegar à Ásia, e o comércio britânico de mercadorias indianas se aproveitava dessa rota. Anexá-lo era, portanto, um ataque duplo aos britânicos e um grande facilitador nos planos imperiais franceses.¹⁴

Para além da movimentação internacional, também constava enquanto argumento a favor de um Egito francês relações antigas de soberania. Mercadores originários de Marselha que habitavam o Egito foram fundamentais para a concretização de acordos, originados no século XV e chamados “capitulações”, que garantiam rotas comerciais e proteções, estendidas a outros europeus. Assim, essa “soberania extraterritorial” fornecia uma prerrogativa importante para o direito da França do Ancien Régime e contribuiu, ao longo do século XVIII, para interpretações que percebiam o ressurgimento dos *Beys* — lidos por Ian Coller como reação ao domínio otomano — enquanto tirania a ser combatida.

Desse modo, em 1798, partiu a expedição ao Egito liderada por Napoleão Bonaparte, com 32000 franceses, dentre eles uma Comissão das Artes e das Ciências.¹⁵ Após a conquista da cidade do Cairo, a administração francesa impôs a criação de uma série de novas instituições, visando criar um governo com características republicanas — ainda que, em realidade, Bonaparte possuísse o poder de decisão —, dentre elas o Instituto do Egito. O instituto, que se espelhava no *Institute national*, servia como “centro de discussões acadêmicas”, tendo sido o local no qual os mais de 2000 acadêmicos que compuseram a Comissão de Artes e das Ciências se reuniam para debater os achados e escrever as suas *Memoires*.¹⁶ Dentre elas encontrava-se Fourier.

Jean-Baptiste Joseph Fourier, mais conhecido nas discussões das “ciências exatas” por sua Teoria Analítica do Calor¹⁷ (publicada em 1822), também foi personagem central da Expedição. Nascido em 1768, na região de Auxerre, teve uma rápida ascendência na política local, graças a personalidades de renome da sua família e o status eclesiástico da cidade. Obteve,

¹⁴ COLLER, Ian. Egypt in the French Revolution. In: DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (eds.). *The French Revolution in Global Perspective*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2013, p. 122.

¹⁵ Ibid., pp.112-123; D'HOMBRES, Nicole; DHOMBRES, Jean. *Naissance d'un nouveau pouvoir: Sciences et savants en France 1783-1823*. Paris, Éditions Payot, 1989, p.95.

¹⁶ Ibid., p.113.

¹⁷ De acordo com Anderson Pifer e Katya Margareth Aurani, segundo essa teoria, “todos os corpos emitem e recebem calor radiante de todas as direções, independente de suas temperaturas relativas. Se dois corpos estiverem com temperaturas diferentes, durante a troca, o corpo mais frio receberá mais calor do que irá emitir, até que o equilíbrio térmico seja estabelecido. Neste estado de equilíbrio, os corpos continuam recebendo calor, mas na mesma taxa”. Para mais, ver PIFER, A; AURANI, K. M. A teoria analítica do calor de Joseph Fourier: uma análise das bases conceituais e epistemológicas. *História da Física e Ciências Afins* • Rev. Bras. Ens. Fis. 37 (1) • Jan-Mar 2015, 1603, disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbef/a/V85P6jb6SDWqRgf53rcJx4k/#ModalDownloads>>. Data de acesso: 17 de novembro de 2023.

com 14 anos, um prêmio de excelência em composição matemática, e chegou a ser apelidado enquanto “Segundo Newton”. A sociedade do Ancien Régime possuía regras específicas que conferiam possibilidades em decorrência do nascimento e da história familiar. Não sendo um nobre, Fourier foi recusado categoricamente pelo Ministro da Guerra, mesmo com as mais diversas e poderosas recomendações, e se tornou abade por ser a única maneira de continuar a ascender posições.¹⁸

Durante a Revolução, ele tornou-se professor suplente, no *College d’Auxerre*, de história, filosofia, matemática e retórica. Entrar na comunidade “científica”, como observou Nicole e Jean Dhombres, o auxiliou a sair da política regional e inserir-se na nacional, integrando o *Institute national*, embora não tenha apresentado nenhum escrito por estar ocupado com as funções docentes.¹⁹ Devido à sua posição e aos seus contatos, ele foi imediatamente convidado a fazer parte da Comissão que acompanharia a Expedição, e aceitou com facilidade. No Egito, realizou estudos com base em seus conhecimentos matemáticos, o que lhe forneceu uma reputação boa, que atingiria seu ápice nos anos finais da ocupação francesa da região.

A qualidade das suas produções e o seu conhecimento letrado sobre a Antiguidade, assim como a sua amizade com dois dos generais mais próximos de Napoleão, Menou e Kléber, foram fundamentais para que alcançasse a posição de secretário do Instituto do Egito. Durante a incursão de Bonaparte à Síria, a organização administrativa determinava que, na ausência dos líderes, o secretário de uma comissão de artes estaria a frente do governo, sendo responsável por metade do Egito. Embora formalmente essa posição não lhe tenha sido designada, na prática, foi assim considerado, e tomou medidas para a preservação da ordem. Assim, foi nomeado comissário, sendo responsável por negociações com os Mamelucos e otomanos até o fim forçado da expedição, em 1801. Fourier retornou para a França e se tornou prefeito de Isère de 1802 a 1815. Foi nesse período que escreveu o prefácio histórico para o primeiro volume da *Description de l’Egypte*, coleção que visava unir toda a produção realizada pelo Instituto do Egito. O prefácio foi publicado em 1809.²⁰

¹⁸ Ibid., p. 134.

¹⁹ Ibid., p. 136.

²⁰ Ibid., pp. 139-142.

Uma falta bibliográfica?

Os historiadores da Revolução Francesa costumam afirmar que as discussões sobre o evento são contemporâneas aos próprios fatos revolucionários.²¹ Uma afirmação similar pode ser feita acerca da Expedição de 1798. Nos meses consecutivos à conquista do norte egípcio, o cronista e historiador otomano Shaykh Al-Jabartī escreveu uma crônica dos sete primeiros meses de ocupação francesa (julho a dezembro de 98), na qual denunciou o comportamento francês, e forneceu perspectivas interessantes acerca das reações da população aos atos dos invasores.

Um exemplo clássico é a mordaz ironia frente à proclamação de Bonaparte que apresentava as razões da expedição, escrita em árabe. O documento alegava que Bonaparte fora enviado pelo sultão otomano para punir os *bey*s rebeldes, que taxavam em excesso o Egito e exploravam os seus habitantes sem piedade alguma. A proclamação também anunciava que os franceses poderiam ser considerados muçulmanos, afinal também haviam se tornado inimigos do pontífice. Al-Jabartī não poupou críticas ao documento, ridicularizando o árabe quebrado e incorreto, a hipocrisia relativamente às religiões (a dubiedade da proclamação deixara claro a Al-Jabartī que os franceses não respeitavam nenhuma religião, fosse a cristã, a judaica ou a islâmica), e às ideias republicanas ali representadas.²²

Junto da publicação dessa crônica, que não tardou a ser traduzida ao inglês, ainda em 1799, um conjunto de cartas interceptadas pelos ingleses foi publicado na Inglaterra, cartas essas escritas por membros da ocupação e enviada a familiares e amigos na França. As cartas, publicadas com o título de *Copies of original letters from the Army of General Bonaparte in Egypt*, foram importantes por (i) detalhar o funcionamento da ocupação francesa do Egito e por (ii) ter um conteúdo em geral pessimista, que serviria de propaganda para a coroa inglesa.²³

O século XIX, marcado pelo nascimento da egiptologia moderna e pela conquista britânica da região, também assistiu a publicação de vários estudos dedicados ao Egito e a sua história. Esses estudos, entretanto, não dedicaram maior atenção à expedição francesa de 1798 e as suas consequências, ainda que a descoberta da pedra de Rosetta tenha se dado durante os anos de ocupação francesa da região. Tem-se que as narrativas de caráter histórico publicadas no período que tenham tratado da expedição se concentrem em relatos de membros do corpo

²¹ CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema (Artigo). In: *Café História* – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/>. Publicado em: 6 out. 2019.

²² COLE, Juan. *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York, St. Martin's Griffin, 2008, pp. 31-33.

²³ *Copies of original letters from the Army of General Bonaparte in Egypt, interceptei by The Fleet under the command of Admiral Lord Nelson*. Part the first, with an English translation. The tenth edition. London, [s/i], 1798.

expedicionário.²⁴ A situação se transformou nas décadas iniciais do século XX, transformação essa devida aos trabalhos do empresário, diplomata e historiador François Charles-Roux.

Ávido defensor da manutenção imperial francesa, Charles-Roux também demonstrou interesse pela expedição de 1798 e pela história do Egito. Dentre os livros que ele escreveu sobre a expedição e ocupação francesa do Egito, destaca-se *Les origines de l'expédition de l'Égypte*, publicado no ano de 1910. No decorrer de 362 páginas, Charles-Roux se dedicou a explicar as razões da expedição, as motivações de Napoleão, as forças envolvidas e as consequências da expedição sobre a França e o Médio Oriente. O livro é um estudo de fôlego, e modelo para narrativas similares, publicadas décadas depois.

A discussão sobre a expedição de 1798 e sobre o orientalismo se transformou na década de 1970. Publicado em 1978, *Orientalism*, de Edward Said, enxergou na expedição do Egito um momento crucial na história do orientalismo. De acordo com Said, a “ocupação do Egito” deu origem “a uma inteiramente moderna experiência do Oriente enquanto interpretado de dentro do universo do discurso fundado por Napoleão”, “cuja agência de dominação e disseminação incluíram o Instituto e a *Description*”.²⁵ Ela teria sido responsável pela transformação de um orientalismo “clássico” num orientalismo imperialista. O primeiro poderia ser explicado enquanto um orientalismo letrado, no qual os letrados europeus construíam o Oriente mediante relatos de viagens, estudos de pares, e outras referências a eles disponíveis sem a necessidade de realizar viagens consideráveis. O segundo se concentra no orientalismo interventor, no qual o ocidental não somente constrói a sua visão de oriente — baseada ou não em uma realidade concreta — como se aproveita dessa construção para impor os seus interesses a essas regiões, antes apenas estudadas. Em outras palavras, Said tinha como objetivo principal demonstrar a maneira pela qual diferentes nações do chamado ocidente aproveitaram-se dessas construções preconceituosas de regiões não ocidentais para justificar os seus atos.

Tomando como ponto de partida o estudo de Said, o historiador Henry Laurens dedicou boa parte de sua carreira a escrever sobre o orientalismo, concentrando-se nas polêmicas questões do Oriente Médio. Nos dois livros que dedicou à expedição, privilegiou configurações documentais mais amplas que a *Description de l'Égypte*. Em *Les Origines Intellectuelles de l'Expédition d'Égypte* [1987], Laurens decidiu estudar a formação dos objetivos da expedição no século que se inicia no ano de 1698, posterior à publicação da *Bibliothèque Orientale* — a

²⁴ *Napoleon in Egypt: Al-Jabartī's chronicle of the French occupation, 1798*. Introdução de Robert L. Tignor. Tradução de Shmuel Moreh. Leiden, Brill, 1975 [2010], 3ª ed., p. 15.

²⁵ Tradução própria de “gave birth to the entire modern experience of the Orient as interpreted from within the universe of discourse founded by Napoleon (...), whose agencies of domination and dissemination included the Institut and the Description”. SAID, Edward W. *Orientalism*. London, Penguin Books UK, 2003, pp. 23, 76-90.

primeira enciclopédia sobre o Islã —, e 1798, quando a marinha francesa iniciava a sua jornada rumo a Alexandria. O historiador o faz mediante análise de discursos publicados, literatura de viagens, relatos, projetos apresentados e propostas, em publicações individuais ou ainda enquanto parte de revistas dedicadas às ciências e belas-arts.

Nesses livros Laurens propõe-se a explicar a formação de uma ideologia política que teria abandonado a visão do Oriente proveniente das Cruzadas de defesa do cristianismo por uma nova, que enxerga na região uma retórica de “libertação” e colonização.²⁶ O Ocidente, que antes enxergava nas regiões orientais do “Velho Mundo” as origens de tudo aquilo que eram e que aspiravam ser, agora teria encontrado uma renovada autoestima ao descobrir a sua aparente superioridade: enquanto ascendiam enquanto civilização, seus antecessores, antes observados com fascínio, estariam imersos na decadência e no atraso. Assim, a responsabilidade do homem ocidental torna-se dupla: a primeira, libertar os orientais da tirania da sua realidade, e a segunda, se concentraria em encontrar, nas razões da degeneração oriental, o progresso europeu. É a esta concepção de civilização e orientalismo consolidada no Egito que ele se debruça em *L'Expédition d'Égypte, 1798-1801* [1997].²⁷

Nicole e Juan Dhombres, escreveram um livro sobre a comunidade acadêmica do período que vai de 1783 a 1823, intitulado *Naissance d'un nouveau pouvoir : Sciences et savants en France 1783-1823*, e publicado em 1989. No livro, trataram da expedição para explorar como o Instituto do Egito elevou alguns de seus acadêmicos a posições superiores e inalcançáveis aos mesmos antes de sua inclusão na comissão. A expedição, portanto, foi o pano de fundo da trajetória destes intelectuais, e até mesmo as produções posteriores foram analisadas pelos dois autores de modo a retratar este percurso.²⁸

A expedição também foi narrada por Jean-Jöel Brégeon (2005) e Juan Cole (2007). Brégeon explorou em *L'Égypte de Bonaparte* o Egito anterior à invasão, as motivações e interesses dos franceses em relação à região, o cotidiano militar e civil destes no decorrer dos três anos de ocupação, e a turbulenta história da comissão científica que acompanhou a expedição. Cole, por sua vez, se preocupa em descrever a expedição, com recortes precisos que se iniciam em 1798 e se encerram com a retirada francesa, ainda que dedique trechos

²⁶ LAURENS, Henry. *Les Origines Intellectuelles de l'Expédition d'Égypte: l'orientalisme islamisant en France (1698-1798)*. Paris-Istambul, Institut Français d'Études Anatoliennes d'Istanbul, 1987.

²⁷ LAURENS, Henry. *L'Expédition d'Égypte, 1798-1801*. Paris, Point, 1997.

²⁸ DHOMBRES, Nicole; D'HOMBRES, Jean. *Naissance d'un nouveau pouvoir : Sciences et savants en France 1783-1823*. Paris, Éditions Payot, 1989.

consideráveis de capítulos às relações entre os egípcios e otomanos e à recepção dada pelos habitantes da região às ações francesas.²⁹

Sobre Napoleão e o Egito, é possível destacar o livro de Adam Zamoyski, *Napoleão: o homem por trás do mito*, publicado originalmente em 2018. Zamoyski descreve a expedição enquanto parte da trajetória de Bonaparte ao poder e fruto das tensões existentes entre ele e um Diretório que o queria desesperadamente distante de Paris. A expedição, portanto, seria a união dos desejos de Bonaparte com os esforços de manter a extremamente popular figura de Napoleão longe do centro de poder. Zamoyski etém-se na Expedição até o ano de 1799, quando Bonaparte retorna a Paris para se tornar cônsul.³⁰

Também é importante citar David A. Bell, que escreveu dois livros sobre Napoleão, um deles publicado no projeto *Very Short Introduction* de Oxford, e o outro sendo uma biografia, intitulada *Napoleon: A concise biography* [2015]. Nestes livros, trata a expedição ao Egito enquanto fonte de compreensão das relações políticas francesas: a experiência de Napoleão no Egito, narrada de modo romântico, teria ido ao encontro do conhecimento da história antiga partilhada pelas elites da França. A expedição, seus personagens, e as suas consequências imediatas – queda do Diretório e ascensão do consulado encabeçado por Napoleão – portanto, seria observada por seus contemporâneos em paralelo à jornada de Cesar e a queda da República.³¹

De produções historiográficas mais recentes, é possível destacar os livros de Francesco Benigno, Maria Pia Donato, Alexander Mikaberidze e Vincent Haegele. Benigno, em seu livro sobre terror e terrorismo (2018), trata de Napoleão e da França quando discute o “terror” revolucionário e o terrorismo na política imperial e na campanha na Espanha. Os usos do terror na guerra contra os espanhóis e atentados terroristas contra a própria figura do imperador ganham destaque em um rigoroso trabalho historiográfico que concentra seu recorte na Europa, e que trata de outras regiões do globo apenas enquanto periferia das políticas imperiais ocidentais, em especial as britânicas ou estadunidenses do decorrer do século XX e XXI.³²

Maria Pio Donato, por sua vez, escreveu sobre o arquivo que Napoleão construiu ao expropriar os territórios de impérios europeus destruídos pelas campanhas francesas e os arquivos de Roma. Ela defendeu que o objetivo deste esforço monumental seria o de fundamentar a existência do império que surgiu com a coroação de Napoleão através da história.

²⁹ COLE, Juan. *Napoleon's Egypt*. Op.cit.; BRÉGEON, Jean-Jöel. *L'Égypte de Bonaparte*. Op. cit.

³⁰ ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2020 [2018]. Os capítulos dedicados à expedição são os de número 14, promessa oriental, e 15, Egito.

³¹ BELL, David A. *Napoleon: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2018; BELL, David A. *Napoleon: A concise biography*. New York, Oxford University Press, 2015.

³² BENIGNO, Francesco. *Terrore e terrorismo: Saggio storico sulla violenza politica*. Torino, Giulio Einaudi editore s.p.a., 2019.

Mas Donato não trabalhou com a campanha ao Egito e suas igualmente importantes fundamentações históricas, e se referiu à expedição para mencionar sua grandiosidade e o corpo de 150 estudiosos e artistas que acompanharam os soldados no que viria a ser uma outra conquista imperialista do passado que serviu às bibliotecas e aos museus, sem maiores aprofundamentos. A “conquista imperialista do passado egípcio” é conseqüentemente posta em pé de igualdade à experiência no continente europeu e com as instituições europeias, sem maiores recortes geográficos ou político-culturais.³³

Já Mikaberidze publicou, no ano de 2020, um extenso livro sobre as guerras napoleônicas em uma perspectiva global. Os primeiros quatro capítulos são destinados a introduzir tais guerras a partir da Revolução Francesa, com descrições e explicações de principais conflitos, mutações nos exércitos franceses e esforços de guerra, e da trajetória político-militar de Napoleão, que se torna cônsul em novembro de 1799. Os relatos de seu sucesso inicial nos desertos do Egito alcançaram a população e elevaram sua popularidade, já inalcançável a outros nomes das esferas políticas e militares, a novos patamares. O retorno de Bonaparte à França e a sucessão de eventos desembocam na queda do Diretório e na ascensão do consulado possui, portanto, conexões claras com a campanha egípcia, que é brevemente descrita nesta narrativa de eventos enquanto interligada ao esforço imperialista e orientalista³⁴.

Por fim, a última e mais recente publicação historiográfica a ser discutida nesta introdução é *Révolution imperiale* (2021), de Vincent Haeghele, que se propôs a estudar a ascensão e a queda da família Bonaparte. Haeghele, para além de ter decidido delegar a expedição breves citações, feitas apenas na medida em que serviria de comparação a eventos sendo discutidos, tratou a campanha através de uma linguagem romântica. Dessa forma, enxergou o resultado de três anos de agressão imperial francesa no Egito enquanto um momento da vida de Napoleão que se encerrou quando da sua ascensão a cônsul.³⁵

A bibliografia elencada apresenta como característica comum a ausência de discussões sobre o *preface historique* de Fourier enquanto objeto central da análise: ou o *preface* é posto enquanto ferramenta argumentativa, ou é percebido enquanto uma fonte menor para o argumento realizado e defendido pelo autor. Logo, a historiografia contém uma ausência ampla de estudos da construção da narrativa histórica do prefácio, que, como argumentaremos no

³³ DONATO, Maria Pio. *L'archivio del mondo: quando Napoleone confiscò la storia*. Bari-Roma, Laterza &Figli, 2019, p. 40.

³⁴ MIKABERIDZE, Alexander. *The Napoleonic Wars: a Global History*. New York, Oxford University Press, 2020, pp. 75-79.

³⁵ HAEGELE, Vincent. *Révolution impériale: l'Europe des Bonaparte (1789-1815)*. Paris, Passés Composés, 2021.

decorrer da presente dissertação, foi central para legitimar as afirmações feitas no decorrer do documento. É esse vazio bibliográfico que levou a dissertação aqui introduzida a existir.

A dissertação

Esses estudos sobre o período napoleônico carregam três outras características em comum quando abordam a expedição do Egito: (i) uma grande concentração na figura de Napoleão e das esferas políticas que o rodeavam; (ii) não se debruçaram sobre a maneira do dito ocidente setecentista de se estudar a história e as suas consequências; (iii) não consideraram a expedição e os seus relatos para além de uma demarcação geográfica e temática europeia. A construção do saber histórico é sempre perpassada por escolhas que, ao privilegiarem determinados aspectos, inexoravelmente excluíram outros. A pesquisa aqui apresentada aspira contribuir – a partir do prefácio de Fourier – para com a área ao se debruçar sobre esses elementos não privilegiados por estudos anteriores e as questões que buscavam responder.

Desse modo, o primeiro capítulo desta dissertação se concentra nas relações entre Napoleão e Fourier, bem como entre Fourier e sua função enquanto prefaciador. Iniciando-se mediante a discussão sobre Fourier prefaciador, o capítulo responderá as seguintes perguntas: O que é um prefácio? Qual a função cumprida direta e indiretamente pelo prefaciador? Em que medida o *preface historique* pode ser concebido e analisado como outros prefácios, e em que medida ele diferencia-se? Na sua segunda metade, o capítulo explora a relação entre Fourier e o imperador dos franceses, por entender que essa compõe um elemento fundamental de compreensão do prefácio. Afinal, o prefácio foi encomendado pelo império, e Napoleão não só leu como censurou partes importantes da primeira versão. Em resumo, essa relação, sempre influenciada pelos papéis desempenhados por seus respectivos membros e pelas relações que o império francês mantinha com outras potências europeias, apresenta-se no capítulo 1 enquanto chave analítica de grande importância para o prefácio.

O capítulo 2, por sua vez, se concentra no que foi escrito no decorrer das páginas do *preface* para compreender a maneira pela qual Fourier escreveu a história do Egito, quais ferramentas ele utilizou para não somente compreendê-la como também explicá-la, e o porquê de sua adoção. Explora-se, desse modo, a escrita da história modificada e consolidada no século XVIII por Voltaire, e suas influências não só na escrita do *preface*, mas também no orientalismo setecentista.

Muito se escreveu sobre o Orientalismo, e as suas conexões com o imperialismo do final do século XVIII e de todo o XIX. É a essa discussão que Said teria mais contribuído: ao refletir sobre a relação entre conhecimento e imperialismo, ressaltou que a construção de conhecimento

ocidental sobre outras regiões do globo possibilitou e legitimou a violenta expansão imperialista: a história do Egito enquanto a história de uma decadência cultural, e de uma região habitada por populações barbarizadas, auxiliou a justificar a manutenção da violenta ocupação britânica da região, afinal, os egípcios seriam incapazes de decidir o que seria melhor para seu destino por conta própria.³⁶

Um estudo similar de Dipesh Chakrabarty contribui para essa reflexão ao explorar a construção do conhecimento histórico através da historicização do não-ocidental. Para ele, o que era e deixava de ser política na escrita dos historiadores passava por categorias ocidentais que relegavam características locais a posições inferiores, marcadas pelo “não ainda”: o uso do historicismo que teria levado Hobsbawm a afirmar, por exemplo, que os “camponeses” indianos eram, antes da chegada do capitalismo à região, “populações pré-políticas” que não possuíam uma linguagem própria para se expressarem.³⁷

O antropólogo Marshall Sahlins também contribuiu para a discussão em seu breve panfleto dedicado à ilusão da natureza humana ocidental.³⁸ Para ele, a crença em uma natureza humana universal proposta pela “civilização ocidental” é uma ilusão fruto de características culturais:

Alheios à história e à diversidade cultural, estes entusiastas do egoísmo evolucionista não conseguem reconhecer o sujeito burguês clássico no seu retrato da chamada natureza humana. Ou então celebram o seu etnocentrismo tomando algumas das nossas práticas habituais como prova das suas teorias universais do comportamento humano.³⁹

Ainda que a criação dessa régua que permite a determinadas sociedades medir todas as outras por meio do que convencionaram enquanto medidas não seja uma exclusividade europeia, foram essas as mesmas medidas que edificam o globo. O que une esses e outros vários intelectuais, apesar de todas as diferenças, é a compreensão dessa cosmovisão enquanto uma força pervasiva que nega outras formas de compreender o mundo que se diferenciam do crivo das suas próprias definições, representadas por instituições e outros meios de se conferir legitimidade. A cosmovisão francesa quando da expedição se explica do mesmo modo.

³⁶ SAID, Edward W. *Orientalism*. London, Penguin House, 2010 [1978], pp. 31-48.

³⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2000, pp. 11-16.

³⁸ SAHLINS, Marshall. **The Western Illusion of Human Nature: With Reflections on the Long History of Hierarchy, Equality, and the Sublimation of Anarchy in the West, and Comparative Notes on Other Conceptions of the Human Condition**. Chicago, Pricly Paradigm Press, 2008.

³⁹ *Ibid.*, p. 2. Tradução própria de: “Oblivious to history and cultural diversity, these enthusiasts of evolutionary egoism fail to recognize the classic bourgeois subject in their portrait of so-called human nature. Or else they celebrate their ethnocentrism by taking certain of our customary practices as proof of their universal theories of human behavior.”

Essa discussão será realizada com maior profundidade no decorrer do terceiro e último capítulo, que, como indicado nos parágrafos anteriores, se concentra no período em que o *preface* era escrito, posterior ao fracasso no Egito. Tem como objetivo demonstrar a maneira pela qual a discussão acerca da expedição influenciou Fourier, e formas pelas quais determinadas ideias expressas no documento podem ser lidas enquanto respostas a essa discussão. Para tal, discute-se um projeto alternativo proposto por um médico de uma elite local do norte da França chamado Jean-Jacques Daniel Guillemeau, que avistava o futuro francês não na Ásia ou África, mas sim no “novo” mundo, representado pela Guiana. Essa percepção de novo relacionada ao futuro marca o último ato da dissertação, que discute a formação desses horizontes de expectativa não apenas na narrativa histórica de Fourier, mas na escrita da história das décadas finais do XVIII. Em outras palavras, se os capítulos anteriores se concentraram nos diálogos estabelecidos pelo prefácio com outros atores históricos e ideias a ele contemporâneos, este capítulo explora suas ligações temporais: como o prefácio se aproxima de outras narrativas históricas destas primeiras décadas da Era das Revoluções, e o que as aproximações revelam sobre a narrativa histórica analisada no decorrer da dissertação.

Por fim, a dissertação aqui introduzida aspira contribuir, como mencionado, para o campo de estudos que se concentra na expedição e, de maneira mais ampla, nas discussões sobre orientalismo e imperialismo. A maneira proposta foi, por meio da análise do prefácio de Fourier, discutir um elemento fundamental das discussões orientalistas e imperialistas no passado e na atualidade do século XIX: a narrativa histórica e sua instrumentalização.

CAPITULO 1: O PREFACE HISTORIQUE

A Description de l'Égypte, ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française, publié par les ordres de sa majesté l'empereur Napoléon le grand é uma coletânea de estudos feitos durante a ocupação francesa do Egito, que foi de 1799 a 1801. Seu histórico de publicação iniciou-se em 1809, e se encerrou em 1829, com duas edições: a primeira, imperial, encomendada pelo Primeiro Cônsul e posteriormente imperador Bonaparte, e a segunda, chamada de edição Panckoucke”, publicada durante o período de restauração monárquico.

A edição imperial é composta de:

1) Nove tomos de texto, folio 395x255mm

Antiquités mémoires I: 3 pranchas (2 folding), 10 tabelas ;

Antiquités mémoires II: 19 pranchas (texto da pedra de Roseta), 2 mapas, 1 retrato;

Antiquités descriptions II: 2 retratos ;

Histoire naturelle II: 1 prancha ;

État moderne I: partições musicais;

État moderne II pt 1: uma prancha;

État moderne II pt 2: 4 planches, 1 portrait.

2) Onze tomos de pranchas, folio 715x525mm

Antiquités I: frontispício, mapa et 87 pranchas das quais quatro são coloridas;

Antiquités II: 61 planches, das quais dezoito são coloridas;

Antiquités III: 43 planches, das quais uma é colorida;

Antiquités IV: 61 pranchas, das quais uma é colorida;

Antiquités V: 73 pranchas;

État moderne I: mapa et 75 pranchas;

État moderne II: 83 pranchas;

Histoire naturelle I: 62 placas;

Histoire naturelle II: 105 pranchas;

Histoire naturelle II: 77 pranchas, das quais treze coloridas

3) Dois volumes de tábuas dupla elefantina folio (1080x695 mm): 31 pranchas (7 dobradas), das quais 4 coloridas; 64 pranchas (5 dobradas) e um Atlas double elefantino folio (1080x695 mm) contendo 49 pranchas.

O primeiro volume da edição imperial contém um famoso frontispício (figura 1) desenhado por François-Charles Cécile, e a apoteose de Bonaparte. No frontispício, o Egito representado é o dos faraós. No primeiro plano concentram-se um amontoado de objetos: a pedra de Roseta (descoberta, aliás, no decorrer da expedição), o zodíaco de Dendérah, um papiro, um capitel “de folhas de tamareira”, um deus egípcio com corpo de homem e cabeça de animal, carneiros (mais relacionados aos gostos astrológicos do começo do XIX), uma esfinge de Tebas e outra cabeça de esfinge, com um estilo muito próximo de um kouros de arte grega clássica. A coluna coríntia junto à moldura, dita coluna de Pompeu, encontra-se então em Alexandria, tal como o obelisco, identificado como “a agulha de Cleópatra”. Aqui um Apolo que conduz a quadriga dos cavalos de São Marcos no meio de um antigo Egito redescoberto pelos europeus. Os franceses são mostrados como herdeiros de civilizações anteriores. A Comissão de Artes e Ciências, representada por quatro fileiras de Musas, olha para a silhueta do Nilo. Aterrorizado pela águia, símbolo do exército imperial, o inimigo foge para trás de uma pirâmide. Perseguidos por Bonaparte, os mamelucos reaparecem no friso inferior, submissos e pagando tributo. Nos montantes laterais, troféus de armas, bandeiras e sinais compostos por coroas e medalhões levam os nomes dos principais campos de batalha da Síria e do Egito. Nos ângulos inscreve-se a abelha, outro símbolo imperial.⁴⁰

Se edição imperial possui um claro aspecto luxuoso, com páginas maiores de um metro, a segunda edição foi produzida tendo em mente objetivos mais práticos. Tendo sido impressa durante toda a década de 1820, a “edição Panckoucke” possui mais volumes, produzidos de maneira a facilitar a impressão e a venda em maior quantidade. Os textos foram reduzidos, as pranchas não mais eram coloridas, e o frontispício (figura 2) era diferente: desenhado por Panckoucke, representava um cenário fictício do que ele imaginava ser o Egito. Essa edição não possui nenhuma referência a Napoleão, seja no frontispício, seja no texto. Todas as referências ao antigo governante foram alteradas para fazer referência ou ao rei ou ao governo de maneira mais ampla.

⁴⁰ ALBIGÈS, Luce-Marie. Frontispice de la description de l'égypte. *L'Histoire par l'image*. Julho 2009. Disponível em: <<https://histoire-image.org/etudes/frontispice-description-egypte>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

A. Vol. I.

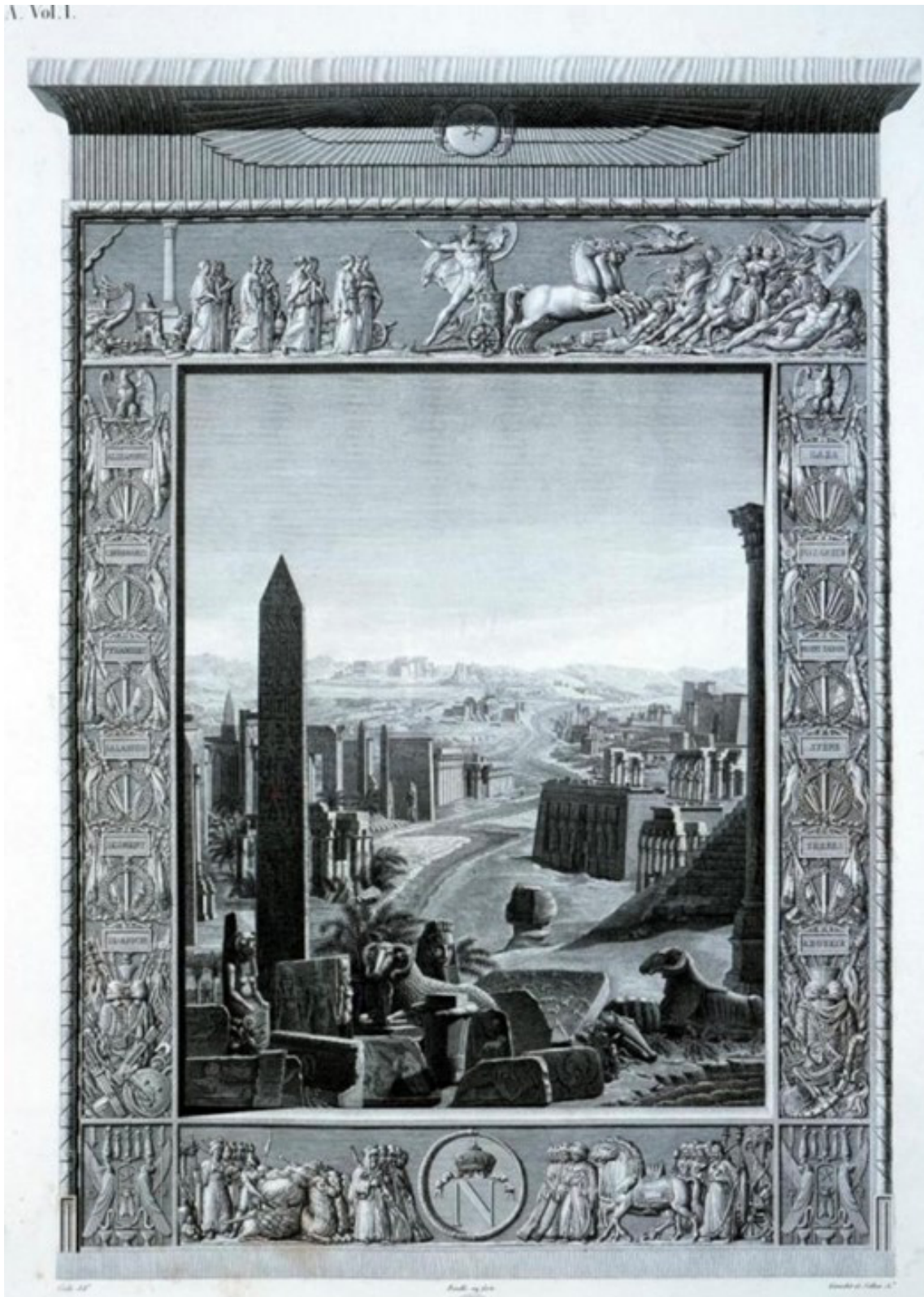


Figura 1. Frontispício da edição imperial do primeiro volume da *Description de l'Égypte*. Desenhado por François - Charles Cécile, 1809.



Figura 2. Frontispício da “edição pankoucke” do primeiro volume da *Description de l'Égypte*. Desenhado pelo impressor, Charles- Louis- Fleury Panckoucke, 1820.

Os volumes, divididos por textos, pranchas e o atlas geográfico:

1) Textos

Antiquités - Descriptions, vol. 1, Paris, 1821, 644 p.

Antiquités - Descriptions, vol. 2, Paris, 1821, 618 p.
Antiquités - Descriptions, vol. 3, Paris, 1821, 513 p.
Antiquités - Descriptions, vol. 4, Paris, 1821, 540 p.
Antiquités - Descriptions, vol. 5, Paris, 1829, 688 p.
Antiquités - Mémoires, vol. 6, Paris, 1822, 512 p.
Antiquités - Mémoires, vol. 7, Paris, 1822, 622 p.
Antiquités - Mémoires, vol. 8, Paris, 1823, 506 p.
Antiquités - Mémoires, vol. 9, Paris, 1829, 629 p.
 Explication des planches d'Antiquités, vol. 10, Paris, 1826, 636 p.
État Moderne, vol. 11, Paris, 1822, 588 p.
État Moderne, vol. 12, Paris, 1823, 522 p.
État Moderne, vol. 13, Paris, 1823, 592 p.
État Moderne, vol. 14, Paris, 1826, 531 p.
État Moderne, vol. 15, Paris, 1826, 610 p.
État Moderne, vol. 16, Paris, 1825, 548 p.
État Moderne, vol. 17, Paris, 1824, 678 p.
État Moderne, vol. 18, Paris, 1826, 668 p.
État Moderne, vol. 18 (2^e partie), Paris, 1829, 572 p.
État Moderne (3^e partie), vol. 18, Paris, 1821.
Histoire Naturelle, vol. 19, Paris, 1824, 486 p.
Histoire Naturelle, vol. 20, Paris, 1824, 548 p.
Histoire Naturelle, vol. 21, Paris, 1824, 504 p.
Histoire Naturelle, vol. 22, Paris, 1827, 486 p.
Histoire Naturelle, vol. 23, Paris, 1828, 464 p.
Histoire Naturelle, vol. 24, Paris, 1829, 687 p.

2) Pranchas

Explication des planches, Paris, 1821, 627 p.
Planches : Antiquités, t. 1, Paris, 1820, 105 p.
Planches : Antiquités, t. 2, Paris, 1822, 96 p.
Planches : Antiquités, t. 3, Paris, 1823, 73 p.
Planches : Antiquités, t. 4, Paris, 1823, 77 p.
Planches : Antiquités, t. 5, Paris, 1823, 103 p.
 Planches : État Moderne, t. 1, Paris, 1823, 88 p.

Planches : État Moderne, t. 2, Paris, 1823, 92 p.

Planches : Histoire Naturelle, t. 1, Paris, 1826, 66 p.

Planches : Histoire Naturelle, t. 2, Paris, 1826, 109 p.

Planches : Histoire Naturelle, t. 3, Paris, 1826, 81 p.

3) Atlas

Atlas géographique., Paris, C.L.F. Panckoucke, 1826, 57 p.

O que interessa à presente dissertação é o *preface historique* da *Description*, impresso no primeiro volume da versão imperial em 1810. Escrito por Joseph Fourier, *savant* e na época prefeito de Isera (Isère), o *preface* possui 90 páginas e apresenta uma história do Egito que iria de seu ápice civilizatório ao estado em que foi encontrado pelos franceses em 1799. Um prefácio tem como responsabilidade declarada a mediação entre o texto e o leitor, e assim caberia ao prefaciador apresentar as condições em que o(s) livro(s) foi/foram produzido(s), a organização e seu processo de publicação. Como bem aponta o historiador Luciano Mendes de Faria Filho (2016):

os textos podem ser entendidos, desse modo, como um discurso primeiro sobre o qual os prefaciadores, como comentadores que são, trabalham para *fazer falar* o que nele estava inscrito ou oculto, atribuindo-se-lhe uma riqueza e atualizando seus múltiplos sentidos⁴¹.

Desse modo, o prefaciador não apenas oferece uma chave de leitura para o texto como também cria sentidos. Assim, a maneira mais profícua de se estudar um prefácio seria enxergá-lo enquanto um *comentário*, “um procedimento de controle e delimitação dos discursos”, nas palavras de Michel Foucault. Esse procedimento, que envolve um constante movimento de repetição e criação em relação ao texto comentado é o que define a escrita do prefácio⁴².

O prefácio pode ser escrito por expoentes das mais diversas áreas do conhecimento ou do saber técnico. Escritores de romance e editores por vezes são convidados a prestar o papel de prefaciador de uma nova edição das obras de outro nome da área de suposto renome ou talento, por exemplo. Uma das especificidades que se impuseram no decorrer da pesquisa diz respeito à categoria em que se encontrava Fourier, a do intelectual. Embora esse termo só venha

⁴¹ FILHO, Luciano Mendes de Faria. Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016, p. 370.

⁴² *Ibid.*, pp. 385-386.

a se popularizar da maneira como se usa atualmente a partir da reação de Émile Zola ao caso Dreyfus, seu uso mais amplo nos é de grande valor.

Na apresentação de *Intelectuais mediadores* (2016), Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen conceituam o intelectual enquanto “homens da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”. Consequentemente, eles “podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam”, ainda que “ocupem posição de reconhecimento variável na vida social”⁴³.

Mas não é o único conceito apresentado. Nas páginas seguintes, as autoras explicam o que entendem por “intelectuais mediadores”, que nada mais são que figuras que alcançaram certo grau de relevância na área em discussão que, como o nome sugere, mediam a relação entre o conhecimento produzido e discutido por seus pares e a sociedade de maneira mais ampla, com textos e outras formas de divulgação que sejam compreensíveis e informativos a esse público selecionado. Entretanto, como já foi mencionado, é errôneo afirmar que esses intelectuais apenas transmitem o conhecimento. A transmissão se dá através do processo de criação de sentido, tal como o prefaciador.⁴⁴ Fourier, portanto, ao aceitar ser o prefaciador da *Description de l'Égypte*, torna-se um intelectual mediador.

A pergunta que se impõe, desse modo, é a seguinte: em que medida o prefácio de Fourier segue as definições apenas apresentadas, e quando começa a se diferenciar? Afinal, o processo de produção desse prefácio foi diferente daqueles analisados por Faria Filho, assim como de outros prefácios produzidos no decorrer dos séculos XIX e XX, e também se distancia da prática em certa medida individualizada do intelectual mediador introduzido por Gomes e Hansen. A razão para essa diferença se encontra em dois momentos. O primeiro é a participação direta que o imperador dos franceses teve na fase final do momento de escrita, quando Fourier lhe entregou a versão inicial do texto. O segundo, mais abrangente, se dá no decorrer de toda a primeira década do século XIX, que assistiu a imposição e a discussão da censura sobre os impressos na França.

A resposta a essa pergunta é o objetivo central deste capítulo, por envolver elementos fundamentais à pesquisa aqui apresentada: o cenário no qual o prefácio foi produzido, o papel que Fourier e Napoleão possuíram em sua escrita, e, consequentemente, porque o resultado foi este e não outro. Desse modo, o capítulo está dividido tematicamente em duas partes. A primeira

⁴³ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 11-16.

trata da vida de Joseph Fourier, de sua educação, sua participação na expedição francesa ao Egito e subsequente ocupação, e da tarefa de produzir o prefácio quando de seu retorno à França, em 1801. A relação entre Fourier e Napoleão, aliás, é introduzida aqui. A segunda parte, por fim, visa estabelecer como Napoleão lidou com as produções intelectuais durante seu império, e como outros elementos afetaram essa relação, em especial as discussões sobre o papel da censura dos impressos da época, e conseqüentemente a influencia que essas discussões exerceram sobre a produção do *preface historique*. O capítulo se encerra, portanto, em 1810, com a publicação do primeiro volume da *Description*.

Fourier possui uma origem humilde. Nascido em 1768, ele era um dos onze filhos de um alfaiate que mal sabia escrever. Seu pai morreu — a causa mais provável foi suicídio — um ano após sua mãe, quando Fourier tinha nove anos. O órfão vê sua sorte mudar ao ingressar, por intermédio do bispo de Auxerre (cidade onde habitava), no *Collège Royal d’Auxerre*, já na década de 1780. Lá, aprende o latim, as letras e, de modo surpreendente, como aponta Idris Mazari, matemática⁴⁵. Suas qualidades acadêmicas impressionaram seus pares e professores, e a educação ali recebida moldou o que viriam a ser seus interesses pelo resto da vida, em especial no que diz respeito à matemática e outras “ciências exatas”⁴⁶.

Assim, Fourier foi nomeado instrutor de matemática na academia militar de Auxerre no ano de 1785, e viu duas possibilidades: seguir nas ordens religiosas ou fazer parte do exército. Como muitos de sua época, ele sentia maior atração pelas possibilidades fornecidas pela carreira militar, e desejava se tornar artilheiro. Mas, por mais que tenha impressionado seus avaliadores, a “rigidez social do Antigo Regime” o impossibilitara de prosseguir e, sem outros recursos, tornou-se noviço na Abadia de Saint-Benoît-sur-Loire no ano de 1787⁴⁷. Tal realidade o abalou, pelo pouco que se sabe dessa fase de sua vida. Em uma carta, escrita quando tinha 21 anos, reclama da falta de obras matemáticas recentes e se lamenta:

“(…) sozinho e sem ajuda, pode-se meditar, mas não descobrir: muitas vezes fugir dos homens torna-se melhor, mas não mais sábio; o coração ganha e a mente perde. (...) Ontem completei 21 anos; nessa idade, Newton e Pascal tinham adquirido muitos direitos à imortalidade”⁴⁸.

O ano de 1789 representou, para ele (como para tantos outros), um ponto de virada importante. Fourier abandonou a carreira eclesiástica e começou a se dedicar às suas ambições

⁴⁵ É surpreendente porque os cursos de matemática eram, em sua maioria, opcionais. MAZARI, Idriss. Fourier, de Révolution en Académie. *Bibnum*, [s/i], setembro 2020, p. 3.

⁴⁶ *Ibid.*, pp.3-4.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 4. O trecho entre aspas é tradução própria de “la rigidité sociale de l’Ancien Régime”.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 5. Todo esse trecho foi uma tradução própria de “seul et sans secours, on peut méditer mais non découvrir : souvent de fuir les hommes on en devient meilleur, mais non plus savant ; le cœur y gagne et l’esprit y perd” e “Hier, j’ai eu 21 ans accomplis ; à cet âge Newton et Pascal avaient acquis bien des droits à l’immortalité.”

acadêmicas. Os vínculos criados até então possibilitaram que ele assumisse a cadeira de matemática na escola militar de Auxerre, onde ensinaria retórica, história e filosofia, além da própria matemática. Essa ampla experiência letiva, para além de muito elogiada por seus contemporâneos, seria essencial para a recepção positiva do *préface historique* do volume inicial da *Description*, como se verá. Graças a essa posição, Fourier começou a ganhar mais notoriedade nas discussões acadêmicas, tendo ido à Paris, no final do mesmo ano, para apresentar uma memória sobre a resolução de equações numéricas de diversos níveis.⁴⁹

Como explicou Arago, a novidade então apresentada por Fourier, e que faria parte de todos os trabalhos por ele apresentados no decorrer de sua vida, foi a descoberta de um método que permitiria determinar o número de raízes igualmente positivas de todas as equações.⁵⁰ Embora suas realizações matemáticas se encontrassem distantes do cerne da presente pesquisa, é importante citar sua ida à Paris por dois motivos. O primeiro diz respeito à extensão de seus contatos acadêmicos. O impacto da apresentação de sua teoria, ainda que prejudicado pelos acontecimentos revolucionários, auxiliou o crescimento de seu nome nos círculos acadêmicos do reino. O segundo, irremediavelmente vinculado ao primeiro, é político: a *école* onde Fourier lecionava era filiada à sociedade jacobina de Paris. Portanto, quando o “homem mais distinto da cidade” (nas palavras de Victor Cousin) retorna de sua viagem à capital, com um reconhecimento modesto, e a revolução eclode, Fourier torna-se uma figura política⁵¹.

Os mencionados vínculos com os jacobinos o levaram a fazer parte do comitê de controle [*comité de surveillance*]. Auxerre não foi palco de momentos marcantes da revolução, como fora a Vendéia, por exemplo, e nem foi de grande relevância para todo o percurso revolucionário. Mas isso não significa que a vida dos cidadãos da região e dos envolvidos no comitê tenha sido pouco impactada. Foi esse o caso de Fourier. Victor Cousin relata que a Convenção, em 1793⁵², enviou à Auxerre um representante, de nome Ichon, dotado de plenos poderes no que tange à representação popular, e responsável por gerenciar cavalos a serem utilizados pelo exército⁵³.

⁴⁹ ARAGO, François. Joseph Fourier, biographie lue en séance publique de l'académie des sciences, le 18 novembre 1833. Disponível em: BARRAL, M. J. A. (dir.). *Œuvres de François Arago*, secrétaire perpétuel de l'académie française. Paris, Gide & J. Baudry, 1854, p. 304.

⁵⁰ Ibid., pp. 304-305.

⁵¹ COUSIN, Victor. Le Baron J. Fourier. In : MANCY, A. Jerry de. *Le livre d'honneur des cent villes de France*. Paris, [s/i], 1839, p. 149. Tradução própria de “l'homme plus distingué de cette ville”.

⁵² Uma data mais precisa não é informada.

⁵³ Ibid., p. 151. Cousin é o único dos biógrafos de Fourier a mencionar o ocorrido, e não mencionou datas precisas. Portanto, tendo em mente que a Convenção Nacional foi instituída em 21 de setembro de 1792, e em 1794 Fourier ingressou na École normale, precisamos os eventos aqui relatados em um recorte temporal que abrange o ano de 1793.

Após conhecer Fourier, Ichon o enviou, visando cumprir tais fins, ao departamento do Loiret, cuja capital é Orleans. Ao chegar na cidade, Fourier encontrou outro representante, Laplanche, que, para obter popularidade, distribuía vinho e carne à população, ao mesmo tempo em que vivia com um luxo contrastante às realidades materiais do resto da cidade. Fourier, revoltado, realizou um discurso contra o representante na *Société populaire d'Orleans*. Tal manifestação enfureceu Laplanche, que escreveu uma reclamação ao Comitê de Saúde Pública. O Comitê, por sua vez, enviou uma outra reclamação a Ichon, que, temeroso, decidiu pela prisão e pela execução de Fourier.

Mas, como se viu, o jovem professor e revolucionário era detentor de grande estima em sua região de origem, e foi essa sua salvação. O *Comité de surveillance* e a “sociedade popular” intercedem, junto de um dos membros da Convenção que representava o departamento de Yonne, Moré. Indignado, Fourier decide ir à Paris ainda no mesmo ano para obter justiça, e chegou a ser introduzido à Robespierre, mas foi tratado com indiferença, e terminou encarcerado por ordem do Comitê de Salvação Pública. Seu caso chegou à Saint-Just, que, nas palavras de Cousin, “(...) se preparava para agir quando o 9 Termidor o parou e libertou a França”⁵⁴. Tal experiência, como veremos, teria se provado uma valorosa lição sobre a relação entre seus valores pessoais e a vida pública.

A queda de Robespierre e de seus aliados representou uma nova fase para a Revolução e para Fourier. A França revolucionária debatia, desde 1791, o papel da educação no processo revolucionário. A antiga estrutura educacional era alvo de grandes críticas, e entendia-se que um novo sistema educacional era essencial para a manutenção do mundo criado pelos eventos iniciados em 1789. Para os revolucionários, como colocou o moderado Durand-Maillane, a escola seria a legitimação da revolução ao fornecer aos franceses “lições dignas da liberdade que adquiriram”⁵⁵. Entretanto, se todos os cidadãos possuíam direito à instrução pública, quem os ensinaria? Surgiu, assim, a *École normale*, no ano de 1794 e localizada em Paris, e que tinha por objetivo a capacitação de professores.

O ingresso na *École* dependia da escolha de cada departamento. Auxerre já havia escolhido outra pessoa, mas Fourier pode ir ao aceitar representar o distrito de Saint-Florin, em 1794. Foi ali que Fourier conheceu os dois nomes fundamentais para a organização do corpo

⁵⁴ Ibid., p. 152. O trecho citado é uma tradução própria de “En effet il se préparait à agir quand le 9 thermidor l'arrêta et délivra la France”.

⁵⁵ DURAND-MAILLANE *apud* SIMIEN, Côme. À propos de l'«utopie» pédagogique de la Révolution Française. *Siècles* [En ligne], 49, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/siecles/7281>>, consultado em 24 de outubro de 2022, p. 4. O trecho é uma tradução própria de “(...) donner aux Français des leçons dignes de la liberté qu'ils ont conquise”.

científico da expedição ao Egito: Gaspard Monge e Claude-Louis Berthollet. O primeiro lecionava geometria descritiva, área pela qual Fourier adquiriu mais interesse, e o último era responsável por ensinar química. Para além desses dois, é de extrema importância notar que as aulas de história eram de responsabilidade do barão de Volney, autor de um dos mais famosos e renomados livros sobre o Egito e sua história da segunda metade do século XVIII⁵⁶. A importância desse contato será explorada com maior rigor no capítulo seguinte, mas é válido apontar que Volney, nome de pluma de Constantin de Chassebœuf, foi lido por Bonaparte, que fez dessa leitura os alicerces de sua interpretação de Egito⁵⁷.

Pierre Vendryès publicou, no ano de 1952, um curioso livro para tratar da probabilidade na história, tendo como objeto a expedição ao Egito. Ao justificar sua escolha, o filósofo afirmou a relevância atual ao tema — “ainda que sejam de outra era, os acontecimentos dessa época continuam próximos para que ainda possamos enxergar um sentido” — e também constatou um interesse mais pessoal: “Bonaparte me interessa porque foi um dos maiores atores da história”⁵⁸. Caso aceitemos tal analogia, a peça aqui apresentada se encontraria próxima ao final de seu primeiro ato. Fourier conhecera, nesse ponto, grande maioria dos outros personagens centrais ao enredo articulado nesse capítulo.

Monge e Berthollet, para além de se encontrarem até então no ápice de suas carreiras acadêmicas, se afeiçoaram a Fourier o suficiente para incentivá-lo a participar da expedição poucos anos depois e para auxiliá-lo a alcançar novas posições no decorrer do império napoleônico. Através das relações criadas, Fourier se tornou assistente de Lagrange na *École polytechnique* entre 1795 e 1797, e foi introduzido por seus professores e pelo general Cafarelli du Falga ao então general Napoleão Bonaparte, responsável por organizar e liderar a expedição⁵⁹.

Após uma campanha de sucesso estonteante — em apenas um ano, os resultados já eram contabilizados em mais de 160 mil prisioneiros e a conquista de 1,1 mil peças de engenharia⁶⁰ — entre os anos de 1796 e 1797, o general Bonaparte retorna à Paris. No dia seguinte à sua chegada, Napoleão compareceu a uma reunião no Ministério de Relações Exteriores,

⁵⁶ COUSIN, Victor. Le Baron J. Fourier. In: MANCY, A. Jerry de. *Le livre d'honneur des cent villes de France*. Paris, [s/i], 1839, p. 153.

⁵⁷ PAGDEN, Anthony. *Worlds at War: The 2,500-year struggle between East and West*. New York, Random House, 2009. p. 360.

⁵⁸ VENDRYÈS, Pierre. *De la probabilité en Histoire. L'exemple de l'expédition de l'Égypte*. Paris, Albin Michel, 1952, p. 15. Os trechos entre aspas são traduções próprias de “Bien qu'ils soient d'une autre ère, les événements de cette époque restent assez proches de nous pour garder encore un sens” e “Bonaparte m'intéresse parce qu'il a été l'un des plus grands acteurs de l'histoire”.

⁵⁹ MAUGER, Georges Gabriel. Joseph Fourier. In: *Annuaire statistique du département de l'Yonne. Auxerre*, François e Addenin, 1837, p. 273.

⁶⁰ ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão, op.cit.*, p. 195.

comandado por Talleyrand. Apesar de ser o primeiro encontro entre eles, tem-se que foi uma reunião produtiva o suficiente tanto para aumentar a estima do general perante o ministro quanto para as confabulações realizadas em seu decorrer.⁶¹

Logo após esse contato inicial, seguiram juntos para uma reunião com os outros líderes do Diretório. A recepção dada a Napoleão foi mista: os diretores Paul Barras e Louis-Marie Lareveillère-Lepaux o cumprimentaram de maneira calorosa; Reubell foi amigável; e Lazare Carnot e Charles-Louis Letourneur foram hostis. As decisões tomadas por Bonaparte durante sua liderança na Itália levaram ao fim da República da Veneza, o que desagradou aos líderes do Diretório.

Mas, mesmo furiosos, os diretores sabiam que, naquele momento, nada poderia ser feito contra Bonaparte de maneira direta, uma vez que era muito estimado pela população. Decidiram, assim, arruiná-lo de maneira indireta, ao torná-lo responsável pela missão de invadir e ocupar a Inglaterra. Um espinho cada vez mais incômodo para a diplomacia francesa desde a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Inglaterra se destacava como a derradeira inimiga para o avanço da superioridade francesa na Europa e a consolidação de seus esforços imperiais ao redor do globo. A disparidade de forças entre ingleses e franceses no que concernia à potência naval tornava tal missão praticamente inalcançável⁶². Desse modo, o fracasso já previsto de Napoleão livraria o Diretório da sombra do “César corso”.

Em sua temporada em Paris, Bonaparte foi homenageado publicamente pelo Diretório e pelo Instituto das Artes e Ciências, que o elegeu membro em 25 de dezembro de 1797. Embora a homenagem política tenha irritado Napoleão, sua eleição ao Instituto foi considerada por ele como uma grande conquista. Ser responsável pela extensão do pensamento humano era, para ele, a maior das grandezas que a República da França poderia ter. Ele assumiu a vaga ao lado dos seus influentes amigos Monge e Berthollet, e participou, nos meses consecutivos, de várias reuniões, nas quais aproveitou para estreitar os laços entre ele e a elite intelectual francesa⁶³.

Adam Zamoyski nos diz que essa aproximação foi calculada. Embora os sentimentos de amizade que nutria por Monge e Berthollet fossem honestos, ser bem quisto no meio intelectual se provaria útil de várias maneiras. Uma dessas utilidades foi conseguir evitar compromissos

⁶¹ *Ibid.*

⁶² É o que nos informa Jean-Joël Brégeon: “Então a segunda da Europa, não contava com menos que 291 navios, dentre os quais 81 eram embarcações de linha; no total 14000 canhões e 78 mil homens. Era mais que a Espanha, mas menos da metade da Inglaterra”. A citação é uma tradução própria de “Elle était alors la deuxième d’Europe, ne comptant pas moins de 291 navires dont 81 vaisseaux de ligne ; au total 14000 canons et 78000 hommes. C’était plus que l’Espagne mais moitié moins que l’Angleterre”. BRÉGEON, Jean-Joël. *L’Egypte de Bonaparte*, op. cit., p. 90.

⁶³ ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão*, op.cit., pp. 196 -197.

políticos: ser membro do Instituto deu justificativas convincentes para que pudesse não comparecer à cerimônia anual que celebrava a execução de Luís XVI. O Diretório não aceitou seus motivos, e ele se viu forçado a comparecer, mas de maneira a demonstrar que estava ali por razões oficiais, e não por concordâncias ideológicas⁶⁴.

Foi nessa época que conheceu Fourier, sempre por intermédio de Monge e Berthollet, e também foi quando as maquinações em prol de uma expedição que tinha como alvo o Egito, e não a Inglaterra, tomaram forma. Além da impossibilidade de uma invasão bem-sucedida devido ao estado da Marinha Francesa, Zamoyski aponta que o desejo de Bonaparte de prosseguir com os esforços de guerra era duvidável: o general possuía uma admiração pelos ingleses, condenara a decisão do Diretório de não aceitar a paz entre ambas as partes no ano anterior, e não demonstrou a dedicação tão presente em outros projetos de complexidade similar. No decorrer das semanas, conseguiu se aproximar dos membros do Diretório e adquirir uma relação de maior confiança, com encontros regulares, e chegou a considerar tornar-se um deles, mas sua pouca idade mostrou-se uma incontornável barreira para tais ambições. Ele era constantemente influenciado a dar um golpe, mas não possuía certezas sobre a estabilidade da sua popularidade, e, com a sua presença em Restatt enquanto delegado se mostrando desnecessária, não existiam mais motivos para adiar a sua partida para a Inglaterra. Foi assim que o útil se uniu ao agradável⁶⁵.

1.1. A Expedição do Egito ganha forma

Talleyrand era contrário a ideia de invadir a Inglaterra, e defendia, por sua vez, a conquista do Egito. A notícia da morte do embaixador francês em Constantinopla, recebida em Paris no fim de janeiro de 1798, possibilitou ao ministro e ao general retomarem a proposta de invadir a província otomana frente a um Diretório dividido. Como bem sintetiza Zamoyski, o novo relatório apresentado pelos dois conspiradores:

[...] era uma repetição dos velhos argumentos, acrescentando que a Corte otomana havia efetivamente perdido o controle do Egito e não iria se importar se a França administrasse a colônia, desde que ela mantivesse a soberania nominal: o governo corrupto e retrógrado dos mamelucos simplesmente seria substituído por um governo francês, e a Corte otomana podia na verdade ser beneficiada por um arranjo desse tipo.⁶⁶

Talleyrand não era o único a desejar partir para o Egito. A formação acadêmica de Napoleão foi fortemente influenciada pelas discussões e visões de “Oriente”. O então jovem

⁶⁴ Ibid., p. 197

⁶⁵ Ibid., pp. 198 -199.

⁶⁶ Ibid., p. 200.

tenente sonhara com as epopeias dos califas de um Oriente que, diferente dos séculos anteriores, encontrava-se em decadência, e dedicara-se aos estudos das conquistas árabes e das causas e consequências da guerra civil britânica⁶⁷. Inclusive, quando acreditou não ser possível prosseguir carreira na França, tentou alistar-se no exército otomano. A fortuita proteção do diretor Barras, porém, mudou sua situação e fez com que ascendesse a novas posições na França.

A expedição ao Egito não seria apenas militar. Após Napoleão e Talleyrand convencerem o Diretório e organizarem os fundos necessários para custear a empreitada, Bonaparte percebeu que a conquista do Egito poderia mostrar-se uma oportunidade excelente para sanar um problema apontado por Monge quando de sua estadia na Itália, alguns anos antes: a disparidade entre o que se sabia sobre as civilizações greco-romanas em detrimento do pouco conhecido sobre a história egípcia⁶⁸. Monge não era o único a lamentar a falta de uma literatura crítica esclarecida sobre o tema em discussão. Essa “falta” é marca de uma distinção entre relatos de viajantes e estudos esclarecidos que se aprofundou no decorrer do século XVIII. Em outras palavras, é sintoma da desconfiança que os *philosophes* e outros membros de maior envergadura dos espaços de debate intelectual europeu possuíam de relatos de outras regiões do mundo feitos por viajantes europeus.

A produção de conhecimento se dava de maneiras distintas no século XVIII. O *philosophe*, autodeclarado produtor do correto conhecimento, ao tentar discutir tudo o que não envolvia sua realidade, dependia de relatos e observações feitos por terceiros e para os mais diversos fins. Um dos relatos que mais marcaram os estudos sobre o homem natural e sociedades outras aos modos e costumes europeus foi o de Sir Joseph Banks, que acompanhou o renomado capitão Cook em uma expedição ao Taiti no ano de 1768. A “Ilha da Sensualidade”, como a descreveu, seria um paraíso na terra, com mulheres de beleza comparável à Vênus e corpos perfeitos. A rainha do Taiti, inclusive, teria visto nele as qualidades necessárias para ser rei da ilha, e por isso dividira seu leito com ele durante a estadia⁶⁹. Essa descrição, muito consumida e debatida tanto por sua lascívia quanto pelas descrições daquilo que seria a representação do último “lugar de descanso” do homem natural, era, obviamente, falsa.

Para os *philosophes*, relatos como esse tornavam a atividade intelectual um ofício ainda mais complicado. Mesmo os relatos que portassem maior confiabilidade eram criticados por

⁶⁷ HAEGELE, Vincent. *Révolution impériale*, op.cit., pp. 62- 63.

⁶⁸ ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão*, op.cit., p. 201.

⁶⁹ PADGEN, Anthony. *The Enlightenment: And Why it Still Matters*. New York: Random House, 2013, pp. 249-300.

todos os elementos que não possuíam: o viajante dificilmente teria o interesse e até mesmo o conhecimento necessário para observar e arguir sobre todos os elementos considerados importantes pelos letrados europeus, fosse em relação às comunidades nativas das Américas, fosse em relação aos caracteres árabes antigos do Egito ou a constituição social do Taiti. Em contrapartida, os *philosophes*, em sua maioria, se viam reticentes a empreender o esforço necessário exigido pelas viagens para garantir a veracidade de seus postulados. A viagem pelas diferentes coroas europeias era o zênite para os mais renomados letrados do século, dentre eles Rousseau, que louvava aqueles que tentassem assumir o fardo do “filósofo-viajante”, por enxergar, “nos mundos surgidos” das penas deles, maiores chances de entender o seu⁷⁰.

Embora nem todos os viajantes tidos enquanto esclarecidos buscassem assumir esse fardo, a retórica de seus relatos de viagem ou descrições das regiões que (supostamente) visitavam era norteadas por essa discussão. O fato de terem vivenciado o local discutido daria às afirmações feitas a veracidade tão requisitada pelos círculos intelectuais. Com o Egito não foi diferente. Ao longo do século XVIII, os franceses que visitavam a terra dos mamelucos narravam com crescente insistência uma terra “abandonada aos tiranos locais”, e que “merecia ser libertada”⁷¹.

Essa visão era compartilhada tanto por comerciantes, como Jean Thévenot, que se indignava com o crescente desrespeito demonstrado às capitulações⁷² pelas elites egípcias, quanto por letrados inclinados a reflexões políticas, caso de Claude Étienne Savary e do já mencionado Volney. Savary, formado no *Collège de Rennes* e iniciado em línguas orientais, visitou o Egito entre 1776 e 1779. Da experiência, escreveu alguns livros, como *Vie de Mahomet*, *Morale de Mahomet*, uma tradução do Corão, a base de uma gramática árabe publicada após sua morte e sua obra de maior impacto, *Lettres sur l'Égypte*.

O Egito de Savary, embora em grande parte imaginário [a viagem que alega ter feito ao Alto-Egito não passa de invenção], era o de uma terra que, embora estivesse em clara decadência, apresentava inúmeras possibilidades⁷³. Como bem resume o historiador Jean-Joël

⁷⁰ Ibid., p. 227. Tradução própria, e com adaptações, de “then we would see a new world arise from their pens, and we would learn to understand our own”.

⁷¹ Os trechos entre aspas são traduções próprias de “Abandonnée aux tyranneaux locaux, l'Égypte mérite (...) qu'on la libère”, disponível em: BRÉGEON, Jean-Joël. *L'Égypte de Bonaparte*. Paris, éditions Perrin, 2006 [1991], p.66.

⁷² Ibid., pp. 66-68. As capitulações, que serão mais bem discutidas em trechos posteriores desta dissertação, eram acordos comerciais firmados entre a coroa francesa e os otomanos que garantiam, em teoria, direitos aos comerciantes cristãos. Dentre eles, destaco a garantia à tolerância religiosa e o direito a se estabelecer de maneira temporária ou permanente em regiões comerciais do império, como, por exemplo, a cidade do Cairo.

⁷³ Ibid., p. 67.

Brégeon, “Savary conclui várias de suas cartas com um verdadeiro apelo em favor de uma expedição que regeneraria o Egito”⁷⁴. Para ele,

O Egito, não obstante sua decadência, pode regressar em grande estilo aos reinos mais poderosos, pois contém em seu interior a fonte das verdadeiras riquezas. (...) Se o Egito, desprovido de marinha, de manufatura, e quase reduzido às únicas vantagens de seu solo, ainda possui tamanhas riquezas, imagine, senhor, o que se tornaria nas mãos de um povo esclarecido.⁷⁵

Enquanto a escrita de Savary é otimista, e demonstra de maneira clara seu anseio pelo que perceberia enquanto resgate civilizacional, Volney tinha uma perspectiva contrária, pessimista. Jean-Marie Carré diferenciou ambos ao enxergar no segundo a vontade de ser um filósofo, trabalhando como um “clássico, um enciclopedista”, ao invés de Savary, que teria escrita “pré-romântica” e “impregnada de Rousseau”. Para ele, Volney seria o “representante exemplar do racionalismo experimental” iluminista. De sua viagem de dois anos ao Egito e à Síria, iniciada no ano de 1783, se concentram em maior quantidade descrições comentadas e fundamentadas que narrativas de suas peregrinações⁷⁶.

Para Volney, o árabe falado na região era barbárico, as mulheres se assemelhavam a fantasmas por debaixo de seus véus, as habitações possuíam um aspecto arruinado, e o Nilo era poluído e “repleto de vermes”. O resultado de todos os pequenos incômodos apenas listados, unidos à sua percepção geral da província otomana, foi a descrição de um Egito “que agonizava sob o mais lamentável despotismo”. A vida social, destruída pelos *bey*s (por ele adjetivados como “soldadinhos licenciosos e grosseiros”), era limitada às relações entre mestres e escravos⁷⁷.

Ainda assim, Volney concordava, de maneira paradoxal, com Savary: o Egito deveria ser governado por uma sociedade mais esclarecida. Não por questões imperiais, implícitas nos relatos de Savary, ou por suas potencialidades econômicas, mas pela preservação do glorioso passado egípcio. “Este país decrépito e sem promessas”, escreveu. “que não se compromete a nada, é bom para ser tomado”: Se o Egito “fosse posse de uma nação amiga das belas artes,

⁷⁴ Ibid., p. 67. Tradução própria de “Savary conclut plusieurs de ses lettres par un véritable plaidoyer en faveur d’une expédition qui régénérerait l’Égypte”.

⁷⁵ SAVARY, Claude-Étienne, *Lettres sur l’Égypte*, lettre XV, tome 2, seconde édition revue et corrigé. Paris, Onfroï, 1786 *apud* BRÉGEON, Jean-Joël. *L’Égypte de Bonaparte*, op.cit, p. 68. Tradução própria de “(...) l’Égypte, malgré sa décadence, peut reparoître avec éclat parmi les royaumes puissans, parce qu’elle renferme dans son sein la source des vraies richesses. (...) Si l’Égypte, dépourvue de marine, de manufactures, et presque réduite aux seuls avantages de son sol, possède encore de si grandes richesses, jugez, Monsieur, ce qu’elle deviendrait entre les mains d’un peuple éclairé”.

⁷⁶ BRÉGEON, Jean-Joël. *L’Égypte de Bonaparte*, op.cit. pp. 68-69.

⁷⁷ Ibid., p. 69.

encontraríamos, para o conhecimento da Antiguidade, recursos que agora o resto da terra nos recusa”⁷⁸.

Comerciantes e (pretensos) *philosophes* não eram os únicos a nutrir interesse pelo Egito do século XVIII. Com o fim da guerra entre os impérios Russo e Otomano de 1768-1774, e o tratado de *Kütchük-Kaynardji*⁷⁹, a percepção de uma suposta fraqueza otomana se fez mais forte para as coroas europeias. A possibilidade cada vez mais concreta de uma desintegração do império alimentou planos que utilizassem o cenário em prol de benefícios às potências imperiais. Nesse cenário, propostas para discutir a conquista do Egito cresceram exponencialmente. Um desses proponentes era o barão François de Tott, diplomata orientalista que tirou proveito das discussões e de suas ligações pessoais com o secretário do *État de la Marine*, conde de Sartine, para ser nomeado *inspecteur des Échelles du Levant et de la Barbarie*⁸⁰.

O barão adquiriu, assim, duas missões. A primeira, oficial, era dedicada à organização diplomática na região do Levante. A segunda, de seu interesse pessoal e determinada pelo “partido intervencionista” de Versailles, era a de utilizar seus “talentos militares” para descobrir os pontos fracos das províncias otomanas que poderiam ser utilizadas em caso de guerra contra o império. O pretexto indicado em suas ordens era o da observação astronômica requisitada pela *Académie des Sciences* e de outras pesquisas relacionadas à História Natural. Assim, foi acompanhado por um “célebre” orientalista, que guiaria Napoleão na expedição de 1798, Jean-Michel Venture, então intérprete para o barão⁸¹.

Durante a duração de sua missão, escreveu diversos relatórios, memórias e projetos de ocupação, alguns secretos e outros dentro dos pretextos indicados. Desses documentos, o que mais nos interessa é a memória intitulada *Compte rendu de la Mission secrète du baron de Tott*, datada de 1779. Após uma introdução dedicada a fornecer uma breve descrição do estado atual

⁷⁸ Ibid., p. 69. Tradução própria de “ce pays décrépi, qui n’engage à rien, qui n’attache nullement, est bon à prendre” e “(...) si elle était possédée par une nation amie des beaux-arts, on y trouverait, pour la connaissance de l’Antiquité, des ressources que désormais le reste de la terre nous refuse”.

⁷⁹ A guerra entre os impérios foi consequência dos desejos russos de garantir uma maior presença na Criméia, então possessão otomana, e, através da conquista das terras anteriormente centrais ao Império Bizantino, declararem-se seus herdeiros. Com o tratado, a Rússia obtém os portos de Azov e Kinbourn. A Crimeia torna-se “independente” (torna-se um protetorado russo). O sultão também foi forçado a reconhecer a soberania russa sobre os cossacos zaporozhianos, e a czarina Catarina II garantiu a construção de uma igreja ortodoxa em Constantinopla que se tornaria o símbolo da proteção da Rússia sobre os cristãos do Império Otomano. A Rússia também obtém privilégios comerciais, bem como cônsules para garantir isso, dentre eles a garantia de que os navios comerciais russos poderiam navegar no Mar Negro. O Império Otomano também teve de pagar uma indenização de guerra significativa aos russos.

⁸⁰ TÓTH, Ferenc. Un Hongrois en Égypte avant Napoléon. La mission secrète du baron de Tott. *Revue historique des armées* [en ligne], 2013, p. 16.

⁸¹ Ibid., pp. 16-17.

do Império Otomano e da ilha de Creta, o relato de Tott se concentra na situação política do Egito. Sua argumentação demonstra “a contradição que colocava em oposição a riqueza natural do país e o governo tirânico e insensato dos mamelucos”⁸². As vantagens comerciais também foram destacadas. A presença francesa na região do Levante tanto preservaria quanto levaria ao aumento da força da economia francesa no Mediterrâneo. Em relação às reações de outras potências imperiais e dos próprios otomanos, Tott previa que o papel de arbitro do Mediterrâneo, conferido à França com a conquista da província, desencorajaria reações russas, e que os otomanos aceitariam a ocupação de modo pacífico, buscando preservar o comércio de café e as rotas de peregrinação à Meca⁸³. Suas observações foram levadas em conta pelos líderes da expedição de 1798.

Relatos de viagens, inteira ou parcialmente fictícios, não eram a única fonte de conhecimento possuída pelos europeus sobre o Egito. Na Grã-Bretanha o Oriente também fora muito estudado, mas por meio de “fontes” diferentes. Embora relatos de viagens também fossem publicados nas ilhas, junto de traduções de seus similares franceses, os estudos sobre o Oriente eram fruto do uso e confronto de três fontes de segunda-mão, como argumentou Claire Gallien (2010). São elas: a Bíblia, que dava a Caim a progenitura dos reis do Egito; os textos de antigos historiadores gregos e romanos, como Heródoto e Estrabão; e as crônicas de primeiros cristãos, como Eusébio⁸⁴.

Através desse “corpus documental”, o conhecimento sobre o Egito era fragmentado e conflituoso, e os “estudos históricos” sobre o tema, voltados às questões linguísticas e geográficas, assistiram a avanços significativos apenas no século XIX, com a descoberta e subsequente decifração da pedra de Rosetta. Pode-se argumentar que o interesse pelo estudo da história egípcia era devido a preocupações diferentes das francesas, embora compartilhadas de certas maneiras. Enquanto os letrados franceses se interessavam pelo Egito devido a questões comerciais, imperiais e, não menos importantes, outras relacionadas aos antiquários, a Grã-Bretanha estudava a Antiguidade para, com o aprendizado dali extraído, não cometer erros que levassem a um destino semelhante.

Pryia Satia (2020) discute o tema no primeiro capítulo de seu livro sobre a complexa relação entre a “história da História” e a expansão do império britânico. Para a historiadora, a publicação, entre 1776 e 1789, dos seis volumes de *The History of the Decline and Fall of the*

⁸² Ibid., p. 19. Tradução própria de “la contradiction opposant la richesse naturelle du pays et le gouvernement tyrannique et insensé des Mamelouks”.

⁸³ Ibid., p. 19.

⁸⁴ GALLIEN, Claire. Recycling the Orient in eighteenth-century british literature: the case of *Busiris* by Edward Young. *Klincksieck* | « *Études anglaises* », 2010/4, p. 389.

Roman Empire, de Edward Gibbon, teria sido recebida por seus conterrâneos imperiais enquanto “um guia” útil para prevenir que as “armadilhas” que levaram à queda dos romanos fizessem o mesmo com o império britânico. A tentativa de Gibbon de “moralizar o presente através da narrativa do passado” estaria no cerne de uma mudança de uso e compreensão da História, que, graças às discussões iluministas, era *feita* pelos homens, que gradualmente substituíam o desígnio divino pela agência individual⁸⁵. Iremos retornar a essa mudança de paradigmas posteriormente.

Isso posto, a reclamação de Monge ecoou no planejamento da expedição. Portanto, foi autorizada a criação de uma Comissão das Ciências e das Artes para acompanhar o corpo expedicionário, composta por membros da *Académie Française* e outras instituições acadêmicas sob influência francesa, e a responsabilidade de convencer os acadêmicos a integrarem a Comissão caiu nas mãos de Gaspard Monge e Claude-Louis Berthollet.

Monge e Berthollet se encontravam no auge de suas carreiras e já bem-estabelecidos em seus cinquenta anos quando Bonaparte fez o convite. O primeiro era diretor da *École polytechnique* desde 1797. O último era um químico que não via grandes oportunidades de novas descobertas acadêmicas em uma viagem desse porte ao Egito. Foi necessário o uso do capital político do general, de seus laços pessoais, e de uma troca de cartas entre figuras próximas ao círculo organizador da expedição para convencê-los a participar da empresa. Como o destino da expedição permaneceu secreto até a partida de Toulon, em junho de 1798, os membros da comissão aceitavam participar pela sedução da aventura rumo ao desconhecido, no caso dos mais jovens, pela adulação — caso de Fourier — e a possibilidade de aplicar os conhecimentos teóricos de maneira rápida e prática⁸⁶.

As vantagens prometidas quando do retorno à França também foram úteis. Como revela uma carta de J. B. P. Jollois, os membros da expedição tinham uma clara noção das possibilidades que teriam dentro do sistema da República:

“Os meus honorários serão sempre pagos na *École*; as minhas despesas de viagem serão pagas também e, além disso, receberei um suplemento de despesas... A minha patente de engenheiro será datada do momento da minha

⁸⁵ SATIA, Pryia. *Time's Monster: How history makes History*. Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University, 2020, pp. 36-39.

⁸⁶ Garantir a veracidade das teorias então existentes sobre os mais diversos aspectos do Egito também motivou a adesão ao corpo científico. Foi o caso de Dolomieu, que decidiu participar para averiguar se a memória por ele publicada no ano de 1793 sobre a formação do Delta continuava “boa”. DHOMBRES, Nicole; D’HOMBRES, Jean. *Naissance d'un nouveau pouvoir : Sciences et savants en France 1783-1823*. Paris, Éditions Payot, 1989, pp. 98-100.

partida da *École*, de modo que, no regresso da viagem, terei direito a lugares no interior da República...”⁸⁷

Assim, a *Commission de Sciences et Beaux Arts* se formou, com 167 membros, grande parte acadêmicos, e um político: Tallien.

1.2. Fourier no Egito, suas responsabilidades e fim da ocupação

Após a conquista do Cairo, em julho de 1798, Bonaparte era senhor *de facto* do Egito. Das medidas administrativas, constam: a criação de um sistema de conselhos nativos, o Diwan, que era composto por coptas, católicos sírios e islâmicos; uma casa da moeda; hospitais; uma guarda nacional; e o Instituto do Egito, que era composto por 160 dos eruditos que acompanharam a expedição.

O Instituto, sediado no palácio dos Beys⁸⁸ era liderado por duas pessoas que revezavam entre os cargos de presidente e vice-presidente, e pelo secretário perpétuo. Desde a primeira eleição, Fourier foi nomeado secretário, e assim encabeçou o Instituto junto de Monge e Bonaparte. Ao Instituto cabia a dupla missão de incentivar a expansão das Luzes na região e de decifrá-la: a comissão acadêmica que acompanhara o corpo expedicionário agora tinha como tarefa a produção e discussão de conhecimento sobre os mais variados temas relacionados ao Egito. Desse modo, após certa estabilização da presença francesa na nominal região otomana, ainda no ano de 1798 e logo após a conquista do Cairo, os eruditos espalharam-se pelo país, conduzindo as suas pesquisas. Foi assim que encontraram a Pedra de Rosetta, na homônima cidade. Os resultados de tais pesquisas eram discutidos nas sessões semanais do Instituto, que contavam com a presença de Fourier.⁸⁹

Portanto, é possível compreender porque Fourier fora escolhido para fazer parte da organização da *Description* e apresentá-la: o autor teve grande contato com a maioria das pesquisas conduzidas e discutidas, o que o tornou apto a separar o joio do trigo na década seguinte. Mas Fourier não se ateu “apenas” ao papel administrativo. Ele também foi a campo, e realizou pesquisas sobre aspectos geográficos, sociais e históricos do Egito. Integrou, também, duas comissões científicas destinadas ao Alto Egito, que impressionaram Kléber a

⁸⁷ Ibid., p. 100. A citação é uma tradução própria de “Mes appointements me seront toujours payés à l’École ; mes frais de voyage me le seront aussi, et, outre cela, je recevrai un supplément d’appointements... mon grade d’ingénieur datera du moment de mon départ de l’École, de manière qu’au retour du voyage, j’aurai droit à des places à l’intérieur de la République...”.

⁸⁸ *Bey* é um honorífico dado à figuras que lideram determinado território. No caso egípcio, refere-se aos mamelucos que governaram a região de 1250 (início do sultanato mameluco) até o século XIX.

⁸⁹ COUSIN, Victor. Le Baron J. Fourier. Disponível em: MANCY, A. Jerry de. *Le livre d’honneur des cent villes de France*. Paris, [s/i], 1839, p. 158.

ponto de sugerir que os trabalhos resultantes de tais empreitadas fossem reunidos em uma única e monumental obra. Tal ideia ganhou a aprovação do Instituto, que designou Fourier para reunir todos os trabalhos e publicá-los.⁹⁰

Mas tal sugestão coincidiu com outro evento que transforma a dinâmica da ocupação francesa do Egito: a deserção de Napoleão de seu posto. Os franceses, pegos de surpresa, afinal só descobriram que o general havia retornado à França após sua partida definitiva, se viram liderados pelos generais Jean Baptiste Kléber e Jacques-François de Menou. E foram esses generais os responsáveis por lidar com as consequências da união de ingleses e turcos contra a ocupação. No mais, o retorno do general Bonaparte inicia o ato final da queda do Diretório da Revolução Francesa (1789-1799) e a ascensão do consulado (1799-1804). Os consecutivos chefes da expedição, os generais Kléber e Jacques-François de Menou, transformaram Fourier em líder *de facto* de todas as esferas não-militares da administração francesa no Egito⁹¹.

Nos tumultuosos anos finais da presença francesa na região, Fourier foi responsável por: ler os *éloges* dos generais Kléber e Veygoux, que faleceram no ano de 1800 (Kléber foi assassinado, e Veygoux, cedido para a campanha na península italiana, morreu em batalha), e conduzir as negociações entre franceses e os *beys*; coordenar o *Institute de l'Égypte*. Por fim, quando os tratados entre Inglaterra, Império Otomano e França foram assinados, em 1801, também coube a ele organizar grande parte da retirada das forças francesas e seu consecutivo retorno⁹².

1.3. O retorno à França e a encomenda do *préface historique*

A França encontrada por Fourier no seu retorno era diferente da que vira ao partir. O governo, antes composto pelo instável Diretório, agora estava na mão de três homens, os cônsules Napoleão Bonaparte, Jean-Jacques-Régis de Cambacérès e Charles-François Lebrun, tendo em Bonaparte seu líder. Tal mudança foi fruto de uma conjunção de fatores, como a ascensão do poderio do exército, as crises económicas recorrentes e as maquinações de Talleyrand e Emmanuel-Joseph Sieyès, que viram na inalcançável fama de Napoleão a figura que os auxiliaria a salvar a França da desestabilização governamental em que se encontrava (os franceses enfrentavam novos riscos de invasão após os sucessos da Segunda Coalização contra a Revolução, e se encontravam em seu pior momento em anos). Bonaparte, então recém-

⁹⁰ Ibid., pp. 159-160.

⁹¹ GRATAN-GUINNESS, I. *Joseph Fourier 1768 - 1830*. The MIT Press Design Department, 1972, p. 15.

⁹² Ibid., pp. 15-16.

chegado do Egito, era visto como Herói pela população, tendo sido inclusive homenageado, em sua chegada nos portos de Toulon, com uma peça intitulada *O Retorno do Herói*.⁹³

Embora tenha buscado o apoio de outros generais, Sieyès encontrou um par em Napoleão: de acordo com David Bell, ambos os homens “compartilhavam a crença em uma administração política bem-organizada e racional que privilegiasse igualdade sobre liberdade”⁹⁴. O ambicioso general, diferente de seus pares, aceitou ser a espada que ajudaria a garantir a estabilidade da França, e assim um golpe foi rapidamente organizado. O irmão mais novo de Bonaparte, Lucien, mostrou-se fundamental. Primeiro porque, por ser um dos líderes da Assembléia, Lucien conseguiu pressionar seus pares para que a sessão fosse realizada fora de Paris, na cidade de Saint-Cloud. Segundo por, ao perceber que os parlamentares provavelmente não aprovariam a criação do novo e “provisório” governo, Lucien clamou, de maneira teatral que, caso seu irmão se portasse como César, seria ele a salvar a República, como Brutus antes dele. Obviamente uma mentira, mas que fora convincente o suficiente para elevar Napoleão e Sieyès à consules, com Bonaparte como principal líder.⁹⁵

Isso foi em 1799. Fourier chegou à França em 1801, e encontrou Bonaparte já bem estabelecido no centro do poder. Era chegada a hora das promessas feitas aos membros do corpo acadêmico expedicionário verem a luz do dia. De acordo com os biógrafos de Fourier, já apresentados nas páginas anteriores, o grande desejo de Fourier era o de se estabelecer em Paris e dar continuidade a vida acadêmica. Embora tal desejo fosse de conhecimento dos pares a ele próximos, tais colegas e amigos agiram de maneira diferente: Monge e Berthollet convenceram Bonaparte a nomear Fourier prefeito da cidade de Isère, no sudeste da França, próxima dos Alpes.

O sistema de prefeitos foi proposto por Bonaparte após o golpe através da lei de 28 pluviôso do ano VIII (17 de fevereiro de 1800). Em linhas gerais, o prefeito era um funcionário nomeado pelo próprio Primeiro Consul que era inteiramente encarregado pela administração do departamento e por presidir o conselho geral departamental, cujos membros também eram apontados pelo chefe do governo. Embora fosse afastada de Paris, a cidade ainda possuía sua importância durante a permanência de Napoleão como Cônsul e, posteriormente, Imperador, tendo sido governada, até o fim do período imperial, por Fourier.

⁹³ BELL, David A. *Napoleon: a very short introduction*. Oxford University Press, 2018, Edição Kindle, p. 44.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 44. A citação é uma tradução própria de “(...) shared a belief in a well-ordered, rational political administration that privileged equality over liberty”.

⁹⁵ *Ibid.*

Mas essa não foi a única decisão tomada por Bonaparte. O agora primeiro cônsul francês também desejava ver o projeto aprovado por Kléber e pelo Instituto do Egito se concretizar. Assim, Bonaparte deu a Fourier a tarefa de escrever uma introdução que apresentasse a monumental edição, contendo a história do Egito e da expedição. Desde o estabelecimento francês no Cairo, uma série de livros foi publicada na França e na Inglaterra concernente à expedição, e com grande sucesso. Os ingleses interceptaram cartas enviadas por soldados franceses para suas famílias e conhecidos, e publicaram uma coletânea com as mais constrangedoras, chamada *Copies of original letters from the Army of General Bonaparte in Egypt*, assim como um relato feito por um historiador egípcio e otomano, Al-Jabarti, sobre o ano inicial da ocupação francesa⁹⁶. Os franceses, por sua vez, também contribuíram publicando individualmente relatos e pesquisas resultantes de suas experiências na ex-província otomana.

O sucesso de tais publicações justificaria por si só a existência de tal compilado. Mas existiam mais motivos, intimamente relacionados com a posição de Bonaparte como cônsul e, posteriormente, imperador. Tal empreitada editorial serviria para estabelecer, perante o resto da Europa, a superioridade intelectual francesa e, também, a sua própria versão dos fatos ocorridos entre 1798 e 1801. A publicação seria paga pelo governo, e deveria ser aprovada por Bonaparte. Assim, além de tornar-se prefeito, adquirindo grandes responsabilidades administrativas, Fourier deveria escrever um texto que forneceria o tom à *Description* e, também, auxiliar a escolha das pesquisas que iriam compor os diferentes tomos.⁹⁷

1.4. O Império como censor de impressos políticos

A França imperial (1804-1815) foi palco de um longo debate sobre a censura de jornais e livros. Embora de maneira nominal a censura não possuísse um formato legal durante quase todo o período, na prática ela se manifestou desde os primeiros anos de governo napoleônico. Como nos informa Patrícia Sorel, uma das únicas historiadoras a se debruçar sobre o tema na produção historiográfica recente, o imperador e os órgãos por ele apontados enquanto responsáveis pelo controle da produção e circulação de impressos muito se preocuparam, debateram e se desentenderam sempre que o tema era posto em questão.⁹⁸

⁹⁶ Em 1798, as cartas já haviam alcançado 10 edições publicadas, demonstrando o grande sucesso perante o público. *Copies of original letters from the Army of General Bonaparte in Egypt, interceptei by The Fleet under the command of Admiral Lord Nelson*. Part the first, with an English translation. The tenth edition. London, [s/i], 1798; e AL-JABARTI, *Chronicle of The First Seven Months of the French Occupation of Egypt*, 3 ed., 2010 [1798].

⁹⁷ CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon. L'Égypte et les cent jours, mémoires et documents inédits*. Paris, Firmin Didot Frères, 1844, pp. 72-75.

⁹⁸ SOREL, Patricia. *Napoléon et le livre. La censure sur le Consulat et l'Empire (1799-1815)*. Presses Universitaires de Rennes, 2020. p. 36.

O controle da circulação de impressos era uma das responsabilidades do Ministério da Polícia, mais especificamente de uma de suas divisões, criada em 1802. Era seu dever investigar todos os complôs e projetos contra a constituição, o governo e a pessoa dos primeiros magistrados, assim como perseguir seus provocadores, atores ou cúmplices. Essa divisão foi posta sob a direção de Pierre-Marie Desmarests, que era auxiliado René Patrice de La Fuye, um empregado, e por Jean-André François, um antigo emigrado que fora condenado à morte durante o Diretório, mas salvo por Fouché. É François, aliás, que redige o *bulletin* quotidiano que Fouché deveria entregar ao imperador contendo todas as informações e acontecimentos relevantes no que diz respeito à impressão e circulação de jornais e livros.

O ministério da Polícia ganha novas funções após o golpe de 18 de Brumário, quando Bonaparte, por meio de um decreto, suprime sessenta dos setenta e três jornais políticos publicados no departamento do Sena. Os proprietários e redatores foram obrigados a se apresentar ao ministério para jurar fidelidade à nova Constituição, de 1804. A liberdade de impressão, que de fato já não mais existia nesse período, foi então também suprimida de maneira legislativa. No entendimento dos cônsules, no caso da publicação de um livro perigoso, “o governo pode parar sua circulação antes que a intenção de seu autor seja alcançada”. Dessa maneira, reconhece-se, portanto, que os livros também estão sob censura.

Mas isso não significa que o imperador nomeasse a realidade como tal. Por meio da dissimulação que lhe era usual, Bonaparte se prostrou contra a censura quando ela era citada nominalmente na mesma proporção em que defendeu com afincos a edição de quaisquer textos em circulação que contivessem opiniões políticas desfavoráveis ao estado. A resposta que deu a uma menção pública dos sistemas de censura é um exemplo dessa dubiedade: o redator chefe do *Journal de l'Empire*, Joseph Fiévée, aproveitou-se da publicação de uma coletânea de Jean-François Collin d'Harville, *Le Théâtre et les pièces fugitives*, no ano de 1806, para se vingar de Fouché ao inserir, na última página da publicação, que o livro fora impresso graças à aprovação do “Senador Ministro da polícia geral do Império”. Seu objetivo era a criação de um escândalo, e a carta do imperador ao senador demonstra que fora bem-sucedido.⁹⁹

Surprendem-me as novas formas que só a lei permite. Se era conveniente estabelecer uma censura, não poderia sê-lo sem a *minha permissão*. Quando a minha vontade é que a censura não exista, surpreende-me ver, *no meu Império*, formas que podem ser boas em Viena ou em Berlim. Não objetivo que os franceses se tornem servos. Digo-o mais uma vez, não quero censura, porque cada livreiro responde pela obra que ele debita, porque não quero ser

⁹⁹ *Ibid.*

responsável pelas tolices que se podem imprimir, porque não quero, finalmente, que um escriturário destrua o espírito e mutile o gênio.¹⁰⁰

Desse modo, o imperador preferia concentrar seus esforços em garantir que os impressos produzidos e em circulação no *seu* império não tivessem conteúdos prejudiciais à administração do império. Em uma outra carta a Fouché, publicada no já mencionado *Journal de l'Empire* (23 de janeiro de 1806), afirma-se que a “liberdade de pensamento é a primeira conquista do século. O Imperador deseja que ela seja conservada. É necessário apenas que o uso dessa liberdade não prejudique nem os modos, nem os direitos da autoridade suprema”¹⁰¹. Em outras palavras, o imperador via como necessário o controle do que pudesse gerar complicações aos seus objetivos.

Esse objetivo ajuda a elucidar a razão pela qual Bonaparte insistiu em ler o prefácio antes que esse fosse aprovado. O conteúdo da *Description* como todo possuía claras ligações com a política imperial, e o sucesso previsto tornava o controle prévio uma decisão coerente. Mas não é o único motivo. Argumento que a *Description* pode ser vista como uma das inúmeras ferramentas envolvidas nas tentativas de construção de legitimidade do império napoleônico e, portanto, faz-se necessário analisá-la através dessa perspectiva. Por consequência, as próximas páginas serão dedicadas a discutir a relação entre a *Description* (e mais especificamente o prefácio histórico) e duas formas de legitimação frequentemente encontradas durante o império de Bonaparte: a legitimidade através da escrita da história e a legitimidade adquirida pela diplomacia.

1.5. Legitimidade através da escrita da história

Bonaparte era bastante crítico do que entendia serem as ideias “abstratas”, o que o levou a dar um novo e negativo significado ao neologismo “ideólogo” cunhado pelo *philosophe* Destutt de Tracy durante a Revolução. Um claro exemplo é sua reação à apresentação de *Philosophie zoologique*, do já célebre, idoso e portador de uma saúde debilitada Jean-Baptiste Lamarck, um dos últimos grandes tratados do que se cunhou por História Natural. Em dezembro

¹⁰⁰ Ibid., p. 37. Tradução própria de “J'ai lieu d'être étonnée de ces nouvelles formes que la loi seule pouvait autoriser. S'il était convenable d'établir une censure, elle ne pouvait l'être sans ma permission. Lorsque ma volonté est que la censure n'existe pas, j'ai lieu d'être surpris de voir, dans mon Empire, des formes qui peuvent être bonnes à Vienne et à Berlin. Je n'entends pas que les Français deviennent des serfs. Je le dis encore une fois, je ne veux pas de censure, parce que tout libraire répond de l'ouvrage qu'il débite, parce que je ne veux pas être responsable des sottises qu'on peut imprimer, parce que je ne veux pas enfin qu'un commis tyrannise l'esprit et mutile le génie”.

¹⁰¹ Ibid., p. 38. Tradução própria de “La liberté de la pensée est la première conquête du siècle. L'Empereur voit qu'elle soit conservée : il faut seulement que l'usage de cette liberté ne préjudicie ni aux mœurs, ni aux droits de l'autorité suprême”.

de 1809, membros do *Institute de France* foram ao *Palais des Tuileries* para apresentar ao imperador suas novas publicações.¹⁰²

O imperador nada fez para mascarar sua impaciência para com o grupo de membros do *Institute* que recebia. Esse evento, narrado por François Arago e já citado neste capítulo, conta como o imperador, após se fazer presente com certo atraso, questionou os presentes de maneira brusca e sem espaço para respostas. Com Lamarck não foi diferente. Napoleão não se dignou a folhear o impresso de *philosophie zoologique* a ele entregue antes de detalhar como o texto que tinha em mãos trazia desonra aos avançados anos do homem prostrado diante dele:

O que é isso? É a sua meteorologia absurda... aquele volume que desonra seus anos avançados. Faça história natural e receberei com prazer seus trabalhos; este eu levo apenas em consideração aos seus cabelos brancos. Dá aqui!¹⁰³

Lamarck teria protestado, enquanto chorava de frustração, que aquele volume era de fato um trabalho de História Natural. Mas nada seria capaz de convencer o imperador, para quem esse gênero possuía regras e delimitações muito claras: a história natural era a observação e transcrição da natureza, nos moldes das centenas de trabalhos similares produzidos durante os séculos da dita Época Moderna. Desse modo, a história natural de Lamarck, cujos moldes incluíam ponderações filosóficas tão frequentes no quarto final do século XVIII, não poderia ser vista pelo imperador que como uma grande perda de tempo. Não ajudava, aliás, o fato de que a nova cunhagem de história natural era defendida por Kant, desprezado por Bonaparte.¹⁰⁴

Essa visão própria e “objetiva” do imperador não era dedicada de maneira exclusiva à história natural, mas à produção de conhecimento como um todo. Para ele, a discussão de assuntos políticos nas publicações intelectuais era injustificável, uma ideia não considerada de maneira séria. A “censura-que-não-era” tinha como responsabilidade garantir que tais assuntos se mantivessem fora de publicações dessa linha. Essa lógica também é válida, e de maneira ainda mais urgente, para a *Description de l'Égypte*.

A *Description*, por natureza, já era muito diferente de todas as outras publicações feitas e censuradas nos territórios franceses: seu tamanho monumental, o assunto tratado e o fator primordial de ser financiada e publicada diretamente pelo império alçavam essas então futuras publicações a um patamar inteiramente novo. Não bastasse, esse escopo e todos os fatores apenas citados deixavam clara a intenção de estabelecer a narrativa da expedição ali apresentada

¹⁰² RISKIN, Jessica. The Naturalist and the Emperor, a Tragedy in Three Acts; or, How History Fell Out of Favor as a Way of Knowing Nature. *Know: A journal on the formation of knowledge*, summer 2018, p. 87.

¹⁰³ Ibid., p. 87. Tradução de “*What is that? It's your absurd meteorology . . . that volume which dishonors your advanced years. Do natural history and I'll receive your works with pleasure; this one I take only out of consideration for your white hairs. Give it here!*”

¹⁰⁴ Ibid. pp. 86-89.

enquanto a oficial, a definitiva. Isso por si só explicaria a atenção dada por Napoleão a primeira versão *preface* de Fourier, assim como suas subsequentes críticas e alterações. Mas existem outros dois elementos intimamente relacionados a serem discutidos nessa parte final do capítulo: a relação de Napoleão com o fazer histórico e a política externa napoleônica frente a Europa e o Império Otomano.

Embora a escrita da história seja discutida com profundidade no capítulo seguinte, nesse momento é necessário introduzir a relação entre o império de Napoleão e as maneiras de se produzir a história. Como a historiadora italiana Maria Pio Donato argumentou em seu livro *L'archivio del mondo* (2019), o imperador via a história como ferramenta para legitimar sua posição e suas pretensões. Através do confisco e organização de arquivos das regiões conquistadas, ele pretendia cumprir duas metas fundamentais: a primeira, e mais pessoal, era a comprovação de seu direito à posição de imperador; enquanto a segunda, em parte consequência da primeira, visava estabelecer a França enquanto naturalmente predominante sobre as outras coroas europeias.¹⁰⁵

Se Bonaparte muito se inspirou e se associou a leituras da antiguidade durante os anos revolucionários, com comparações frequentes a figuras como César, quanto tornou-se imperador a comparação deslocou-se para Carlos Magno. Através do projeto de organizar os arquivos confiscados em um único grande e “universal” arquivo, Napoleão pretendia realizar um duplo movimento: estabelecer uma ligação direta com o império carolíngio, que os franceses, nas palavras de Donato, consideravam parte de sua “história nacional”; e estabelecer a França no centro do tecido histórico europeu – e, para eles, civilizatório.¹⁰⁶

No decorrer do século XVIII, os arquivos adquirem um novo significado e uma nova função. Tornam-se o local material e simbólico do passado, que possuía a função de *legitimar* o mundo. Era nos arquivos que poderia se encontrar os precedentes de fato e de direito. Em outras palavras, “os arquivos se tornaram a metáfora do bom governo e da justiça”¹⁰⁷. Mas retornemos ao passado enquanto forma de legitimar o presente. Embora a *Description* seja o resultado não de longas visitas aos arquivos, mas sim de um extenso trabalho de campo, suas conclusões teriam como consequência a proposição de uma chave interpretativa à expedição de 1798.

¹⁰⁵ DONATO, Maria Pia. *L'archivio del mondo*. Quando Napoleone confiscò la storia. Bari-Roma, Editori Laterza, 2019.

¹⁰⁶ Ibid., pp. 25-48.

¹⁰⁷ Tradução adaptada de “Gli archivi – tutti gli archivi – sono metafore del buon governo e della giustizia (...)” Ibid., p. 49.

Certamente não era a única conclusão, afinal os ingleses contestavam e ridicularizavam a expedição desde seu início, e os otomanos obviamente interpretaram a ocupação de uma maneira muito distinta e humilhante. Ainda assim, em virtude de seu escopo, do contexto de sua produção e da hegemonia política e cultural que a França possuía na Europa, a versão francesa tinha o duplo potencial de ressignificar a expedição em maneiras que favorecessem os franceses apesar da derrota na ocupação e de estabelecer a versão de Egito por eles *criado e descrito* enquanto a *única* possível. E a extensa produção historiográfica das décadas e séculos subsequentes demonstram que esse projeto alcançou esse objetivo. Destarte, a análise atenta da *Description* era fundamental, em especial de seu prefácio, que, como foi discutido, cria a maneira mais acessível ao leitor de interpretar o texto em mãos.

1.6. Legitimidade através da política externa francesa

A política externa francesa, como mencionado, foi um aspecto levado muito em conta pelo imperador durante a leitura da primeira versão do *preface* de Fourier. Críticas a administração otomana do Egito, feitas em grande quantidade em todo o decorrer do século XVIII, não foram reproduzidas no texto. Ao invés disso, escolheram direcionar todas as falas negativas aos revoltosos governantes *de facto* da região, os mamelucos. A esse respeito, proponho duas explicações. A primeira nos leva a refletir sobre o estado da Europa na primeira década do século XVIII, em especial os primeiros anos de Napoleão enquanto imperador. Embora a França fosse indiscutivelmente a maior potência continental, tendo como única competição séria a Grã-Bretanha, isso não significava que o Bonaparte poderia (nem desejaria) se dar ao luxo de estimular novas coalizões contra seu império, em especial no que dizia respeito ao império Russo, comandado pelo czar Alexandre I (r. 1801-1825). Desse modo, ofensas aos otomanos em uma obra de tamanha importância dificultariam o tenso trabalho diplomático realizado pelos franceses na corte do sultão, muito pressionado pelos russos e ingleses.

A segunda explicação se relaciona ao desejo (e necessidade) de Napoleão por legitimidade. Em *The Napoleonic Wars* (2020), Alexander Mikaberidze explica como, após sua coroação, o imperador dos franceses muito insistiu que o sultão otomano o reconhecesse através do novo título. Desde a sua ascensão ao consulado, Bonaparte não mensurou esforços para reconstituir e aprofundar os laços entre os otomanos e a França. Ainda que reconhecesse que o Império otomano se encontrava fragilizado, uma boa relação entre ambos poderia ser fundamental para as suas futuras manobras diplomáticas no continente europeu, além de se provar um meio eficaz de tanto ir contra os interesses comerciais da Inglaterra, o que, alias, foi

um dos principais motivadores da expedição de 1798, como também conter as ambições e a expansão do Império Russo.¹⁰⁸

Profundamente abalada pela ocupação francesa do Egito, a relação entre França e os otomanos assistiu a mais momentos de tensão com a aproximação dos ingleses e russos, os últimos tendo convencido o sultão a considerar o czar o único merecedor do título de imperador quando das tratativas que asseguraram aos russos a presença no mediterrâneo e o direito de intervir em casos de perseguição otomana às populações eslavas e cristãs ortodoxas. Os otomanos se encontravam em crescente estado de incomodo com o frágil acordo que possuíam com os russos, e a ocupação inglesa do Egito, que tinha o objetivo de ser temporária, mas estendeu-se até março de 1803, contribuiu para tornar a instável aliança costurada em 1801 em uma grande fonte de angústia.¹⁰⁹

Graças a isso, e a sua grande habilidade diplomática, os franceses logo lograram sucesso em reestabelecer as negociações com o Império Otomano, mas ainda assim o reconhecimento imperial tardou a acontecer. A Rússia se mostrava um adversário mais perigoso para o sultão do que a fúria de Napoleão, e assim a potência habilmente evitou utilizar o título tão requisitado pelos representantes do imperador. A situação muda apenas em 1806, com as grandes vitórias francesas na guerra da terceira coalizão, na qual a Rússia também fora derrotada.¹¹⁰

No mais, enfrentar os otomanos em uma guerra direta era um grande risco na avaliação diplomática das coroas e impérios europeus, não apenas pela dificuldade do conflito – as forças militares da Europa eram então superiores às otomanas, embora os últimos sultões estivessem investindo na modernização de seus exércitos – mas também pela possibilidade considerável de desintegração do Império Otomano no caso de uma derrota. O temor da instabilidade que tal fragmentação seria responsável levou os líderes europeus a criarem diferentes planos para todos os cenários possíveis. França e Inglaterra penderam para uma administração especial de determinadas regiões do império. Em outras palavras, os otomanos seriam governantes nominais da região, mas o controle de fato estaria nas mãos dos ocupantes.

Durante os meses iniciais da ocupação no Egito, Napoleão fez circular a narrativa de que estava ali não contra o sultão, mas a seu favor: a ação francesa tinha como objetivo “libertar” a população local da “tirania dos mamelucos”, e não a expansão colonial europeia. A propaganda não obteve sucesso, tendo em mente a clareza das pretensões coloniais, mas a

¹⁰⁸ MIKABERIDZE, Alexander. *The Napoleonic Wars: A Global History*. New York, Oxford University Press, 2020, p. 381.

¹⁰⁹ *Ibid.*, pp. 378-380; 389.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 390.

justificativa já estava solidificada, e pronta para novos usos. A Rússia, por sua vez, pretendia separar as regiões de populações eslavas, integrar uma parte ao território russo e dividir o resto em estados que nominalmente seriam soberanos, mas em prática seriam geridos pelo czar.¹¹¹

As ambições contrastantes desses planos, a constante desconfiança e inimizade que cada coroa e império nutria uns pelos outros, e a já mencionada instabilidade foram fatores que ajudaram a conter a avidez expansionista frente aos territórios da península arábica e o norte da África, e contribuí para justificar o porquê de Napoleão se esforçar para não alimentar as possibilidades de tensões entre ele e o sultão. E o porquê de, mesmo em 1810 e no ápice de seu poder, ter feito “correções” no *preface* a fim de que não fosse o gerador de rugas entre ambos os impérios.

1.7. Conclusões

No decorrer do presente capítulo buscou-se explicar o cenário no qual o *preface historique* foi construído, e como por ele foi afetado. O objetivo principal era estabelecer as características únicas ao prefácio em discussão, porque não se pode apontar Fourier como seu único escritor (ou ainda intelectual criador), e tanto apresentar como argumentar a favor de outras possibilidades de se estudar o texto que escapem da popular (e em parte desgastada) leitura feita por Said em *Orientalism* (1978). Desse modo, é possível prosseguir para a discussão que é mais cara à pesquisa aqui desenvolvida: a construção da história do Egito que se encontra presente no prefácio estudado.

¹¹¹ Ibid., p. 393.

CAPÍTULO 2 – DE MESTRES DO MUNDO A VÍTIMAS DA BARBARIZAÇÃO

A história do Egito construída e narrada por Fourier é a história de uma civilização que parecia ser, no momento em que escreveu, apenas a sombra do que um dia já fora. Com uma periodização que se inicia no período em que os grandes e famosos filósofos tinham o Egito enquanto sede de todo o conhecimento, o então prefeito de Isera e prefaciador fornece ao leitor um breve relato da destruição do que antes era a base civilizatória do Ocidente por meio de várias invasões, ocupações e, ironicamente, colonizações, enquanto também procura justificar a presença francesa na região e destacar suas qualidades.

Para construir essa narrativa, argumento no decorrer do capítulo que Fourier lança mão de ferramentas estabelecidas por Voltaire e utilizadas, ainda que de maneiras diferentes, pelos outros historiadores do século XVIII. São elas a cultura, as artes, o comércio, a religião e o governo. Por meio dessas categorias, Fourier explica a decadência do Egito enquanto um misto de fatores vinculados à dissonância interna entre religião, governo (a monarquia) e as artes, e ao poderio estrangeiro, responsável por invadir e colonizar a região.

Essa história da decadência se associa com o estabelecimento das luzes na Europa e a ascensão civilizatória que marcaria esse período esclarecido, tema fulcral do capítulo, que também explora as maneiras de se pensar e escrever a história que surgiram na Europa Ocidental a partir da segunda metade do século XVIII e ainda possuem grande relevância para a historiografia atual.

Desse modo, o capítulo primeiro da presente dissertação tratou da maneira pela qual Fourier pensou e estabeleceu a temporalidade da história egípcia, que vai não do período faraônico, até então pouco conhecido em decorrência da incapacidade de se entender os hieroglifos, mas sim do Egito conhecido e admirado pelos gregos. É um estudo que desde o início trata o Egito não pela maneira que via a si próprio (se tal esforço for possível e viável, apesar de todos os problemas teórico-metodológicos), mas sim através, e ironicamente, de seus vizinhos *inicialmente* menos civilizados, mas que eventualmente não apenas ganham a predominância como deixam de ser influenciados para começar a influenciar.

Foi a partir da presença helênica e, posteriormente, romana, no Egito, as únicas descritas de maneira positiva, que o prefaciador iniciou de fato o relato da decadência egípcia, então explicada através da “teoria de governo”. Essa teoria, presente no texto, é abordada no segundo tópico desse capítulo. Em seguida, discutir-se-á a relação entre o Iluminismo e o pensamento histórico, para que se possa analisar o prefácio em termos mais amplos justos que apenas pela

interpretação orientalista ou pelas explicações geopolíticas, essas últimas que continuam a ganhar espaço de maneira crescente nas últimas décadas.¹¹²

Por fim, o último tópico do capítulo se debruça na análise do Egito Otomano enquanto descrito por Fourier e a sua narrativa para a ascensão da Europa e os acontecimentos que propiciaram sua civilização e as benesses do lumiar do esclarecimento.

2.1. A temporalidade da degeneração

A cronologia histórica de Fourier tem início no Egito das descrições feitas pelos gregos antigos. Existem duas explicações possíveis para que fosse esse o início da cronologia, ambas interligadas. A primeira, e mais simples, retoma aos hábitos de leitura e estudo da intelectualidade francesa do século XVIII, muito pautados pela leitura e interpretação dos clássicos. Um dos exemplos que melhor ilustram essa realidade se dá no curto período que Fourier estudou na *École nationale* (1794-95), quando teve aula com Constantin Chassebœuf, mais conhecido por seu nome de pluma, Volney. O antigo historiador e orientalista teve suas lições publicadas na década de 1820, e graças a isso se sabe com maior certeza como ele pensou e interpretou a história. Nessas lições, Volney deixou claro que encontrou uma grande fonte de inspiração nos escritos do historiador romano Luciano, cujo livro *De quelle manière on doit écrire l'histoire* [*Como devemos escrever a história*] foi unido à publicação.¹¹³ Tendo em mente o público para o qual Fourier escrevia, iniciar o texto com um ponto conhecido é uma escolha razoável. Mas não é apenas por isso.

A segunda razão se encontra no desconhecimento do que existiu antes. Se a leitura de textos da antiguidade clássica (greco-romana) era um lugar comum, o mesmo não pode ser dito sobre períodos anteriores. Champollion-Figeac comenta de maneira precisa que as descobertas que permitiram um maior conhecimento sobre a história egípcia anterior aos laços mediterrânicos só ocorreram dez anos após a publicação do prefácio.¹¹⁴ Assim, muito do pouco que era possível saber estava envolto em discussões que possuíam caráter mais interpretativo em detrimento de qualquer base concreta. Essa falta de conhecimento é expressa de maneira

¹¹² Dessa historiografia, destaco: COLE, Juan. *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York, St. Martin's Griffin, 2008 [2007]; COLLIER, Ian. Egypt in the French Revolution. In: DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (eds.). *The French Revolution in Global Perspective*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2013; ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2020 [2018]; BELL, David A. *Napoleon: a very short introduction*. Oxford University Press, 2018, Edição Kindle; MIKABERIDZE, Alexander. *The Napoleonic Wars: A Global History*. New York, Oxford University Press, 2020.

¹¹³ VOLNEY, C.-F. *Leçons d'histoire prononcées à l'école normale*. Paris, Baudoin Frères Libraires, 1826.

¹¹⁴ CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon*, op.cit. pp.100-102 (notas de rodapé).

clara na página xii do prefácio, quando Fourier trata de maneira breve sobre o Egito após a morte de Alexandre:

Após a morte desse grande homem, o Egito continuou submisso aos macedônicos. (...) As musas gregas vieram embelezar a nova capital, e as artes se mostraram em sua antiga pátria: mas foi em certa medida uma espécie nova de ciência; pois não sobrou mais que uma *recordação obscura* da doutrina do Egito. Conservaram-se as cerimônias, os sacrifícios e o uso imperfeito da língua sagrada: mas a ignorância e as superstições grosseiras haviam alterado o sentido da filosofia egípcia; *mal descobrimos alguns vestígios, esquecidos no segredo dos templos*. A série de monumentos da história e das ciências foi interrompida para sempre.¹¹⁵

Esse marco temporal introdutório nos revela, para além da mencionada ignorância, outra informação de grande interesse. O Egito que teria sido a base de toda a civilização ocidental e palco de grandes acontecimentos é aquele que compreende o recorte temporal inicial feito por Fourier. Em outras palavras, sua narrativa começa com um Egito em seu ápice. Uma nação incomparável a seus pares, e uma nação no fim de seus dias em liberdade. Afinal a cronologia aqui não é constituída pela contagem de anos, mas sim pelas consequentes invasões e ocupações, que teriam, no decorrer de longos séculos, lançado a população “ao último degrau de abjeção e infortúnio”¹¹⁶.

O Egito “livre”, anterior ao jugo de potências estrangeiras, é descrito aqui como o bastião das luzes civilizatórias e grande usufruidor de um “governo poderoso e esclarecido”. Esse governo era a união de leis, costumes públicos e hábitos domésticos que possuíam uma mesma raiz: “o conhecimento moral do homem e os princípios eternos da ordem e da justiça gravados em todos os corações”¹¹⁷. Era o resultado da soma da religião com o governo. A religião teria se unido ao estudo dos fenômenos naturais, e assim se tornou ao mesmo tempo intelectual e física, sendo capaz de revelar a “espíritos sábios os princípios abstratos da moral”, para além de ser capaz de “regrar as ações e pensamentos, conter de maneira severa as

¹¹⁵ FOURIER, Joseph. Préface historique. In: *Description de l'Égypte ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française, publiées par les ordres de sa majesté l'Empereur Napoléon le Grand*. Antiquités, planches, tome premier. Paris, Imprimerie Imperiale, 1810, p. xii. Tradução própria de “Après la mort de ce grand homme, l'Égypte demeura soumise aux Macédoniens. (...) Les muses Grecques vinrent embellir la nouvelle capitale, et les arts se montrèrent dans leur ancienne patrie : mais ce fut en quelque sorte une science nouvelle ; car il ne restoit plus qu'un souvenir obscur de la doctrine de l'Égypte. On avoit conservé les cérémonies, les sacrifices, et l'usage imparfait de la langue sacrée ; mais l'ignorance et des superstitions grossières avoient altéré le sens de la philosophie Égyptienne ; à peine en découvroit-on quelques vestiges, oubliés dans le secret des temples. La série des monuments de l'histoire et des sciences étoit pour jamais interrompue”.

¹¹⁶ Ibid., p. iv.

¹¹⁷ Ibid., p. viii. Tradução própria de “(...) sur la connaissance des mœurs de l'homme et sur les principes éternels d'ordre et de justice qui sont gravés dans tous les cœurs”.

populações, e prestar às populações civis o apoio de uma autoridade inalterável”¹¹⁸. O governo, por sua vez, era monárquico, e teria sido fundado em leis antigas e reverenciadas que teriam convertido “os exemplos dados pelos mais sábios príncipes em usos irrevogáveis”¹¹⁹.

Tais afirmações possuem um vínculo forte com a França do começo do século XIX, transformada em um império sob Bonaparte, assim como com as experiências do período revolucionário no que diz respeito à religião. A chamada “Era das Revoluções” foi também palco de uma longa discussão sobre o papel fulcral desempenhado pela religião. A manutenção da escravidão, por exemplo, ainda possuía na conversão ao cristianismo um de seus principais argumentos a favor. Jean-Baptiste Labat afirmou que a escravidão somente se tornou possível quando o rei percebera que não seria capaz de “inspirar” os escravizados a se manterem convertidos, fiéis a Deus.¹²⁰ A religião, aliás, também foi discutida por importantes figuras revolucionárias e contrarrevolucionárias da época, como Thomas Paine e Edmund Burke, que embora de maneiras distintas e até mesmo antagônicas, escreveram sobre o importante papel da religião para a manutenção da sociedade em que estavam inseridos.

Tal papel faz-se presente também no prefácio. Para além de um simples recurso retórico, o elogio à simbiótica relação entre religião e governo no Egito antigo reflete as discussões da sociedade imperial francesa, que se entendia enquanto ápice de toda a civilização humana. Se, perante a longa querela entre antigos e modernos, os “modernos” se destacavam através das contribuições por eles feita, a depender do assunto discutido, aqui a lógica é similar. Argumentar-se-á no decorrer do presente capítulo que Fourier propôs interpretar e explicar a construção das sociedades humanas no ocidente e no oriente não “apenas” através dos olhares orientalistas e colonizatórios, mas também por meio de um deslocamento incessante das “luzes” entre ambos os polos, e as consequências deste jogo de luz e sombras. Dessa forma, a novidade que permitiu aos modernos “vencer” os antigos aqui é explicada por meio das mudanças ocorridas no Ocidente durante os momentos de escuridão, quando tentavam capturar a estrela civilizatória, mas terminavam apenas com a lembrança de seu calor e da luz que emitia.

Um exemplo excelente deste jogo de luz e sombras proposto por Fourier (ele pouco se refere à civilização através desta palavra, preferindo sempre a analogia com as “Luzes”) é sua explicação das Cruzadas. Os reis cristãos teriam liderado grandes exércitos em prol da ambição

¹¹⁸ Ibid., p. viii. Tradução própria de “(...) les principes éternels d’ordre et de justice, qui sont gravés dans tous les cœurs” e “elle régloit les actions et les pensées, contenoit sévèrement les peuples, et prêtoit aux institutions civiles l’appui d’une autorité immuable”.

¹¹⁹ Ibid., p. viii. Tradução própria de “on avoit converti en usages irrévocables les exemples donnés par les princes les plus sages”.

¹²⁰ CURRAN, Andrew S. *The Anatomy of Blackness. Science & Slavery in an Age of Enlightenment*. Baltimore, John Hopkins University Press, 2011, p. 60.

de conquistar a Palestina, mas pelo fato de as “nações europeias não terem até então adquirido sobre as da Ásia essa superioridade de poder que é hoje tão marcada”, os resultados diretos da experiência se traduziram em amargura. Em contrapartida, foi um período de grande incentivo ao comércio e a indústria, e necessário para a Igreja acumular um poder maior do que era capaz de lidar.¹²¹

A Europa não detinha posse das Luzes e conseqüentemente não usufruía de todas as benesses que somente tal claridade tornava possíveis, mas sua busca possibilitou a evolução de seus acertos junto da correção e percepção de seus erros. Assim, o Ocidente foi capaz de aperfeiçoar “o governo civil, as táticas, o emprego de artilharia, a composição, a manutenção e a condução dos exércitos”, enquanto o Oriente teria negligenciado “todas as invenções que concorrem para o sucesso da guerra”¹²². Portanto, a cronologia estabelecida por Fourier não marca apenas a passagem dos séculos e dos governos na então província otomana, como também pode ser lido enquanto uma cronologia da jornada destas Luzes que parte do Egito quando se inicia a contagem e realiza uma longa viagem até chegar no que Fourier pensava ser o centro do Ocidente: a França.¹²³

Já foi mencionado que a narrativa de Fourier se inicia a partir da interpretação de relatos gregos sobre a região. Essa relação entre ambos os lados do Mediterrâneo teria se iniciado com a fundação de cidades etruscas e de colônias egípcias e fenícias, que “deram à Grécia novas instituições”: a arquitetura e a escultura receberam seus princípios dos modelos de Tebas e Memphis, tendo assim avançado de maneira considerável. Também a religião teria sido criada por meio dos “elementos misteriosos e já confusos da teologia egípcia”, e os enigmas sagrados teriam sido embelezados pelas narrativas de historiadores e poetas, que celebravam na Grécia

¹²¹ CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon*, op.cit., p. 108. O trecho entre parênteses é tradução própria de “Les nations européennes n'avaient point acquis alors sur celles de l'Asie cette supériorité de puissance qui est aujourd' hui si marquée (...)”. No prefácio publicado a frase se altera, ainda que a ideia se mantenha: “A cette époque, les nations Européennes égalent à peine celles de l'Asie ; elles n'avaient point acquis cette supériorité de puissance aujourd'hui si marquée (...)”. Disponível em: FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., 1810, p. xx.

¹²² Ibid. Tradução com adaptações de “L'état respectif des nations est entièrement changé depuis le seizième siècle. Les unes ont perfectionné le gouvernement civil, la tactique, l'emploi de l'artillerie, la composition, l'entretien et la conduite des armées : les Orientaux, au contraire, ont négligé toutes les inventions qui concourent au succès de la guerre (...)”

¹²³ Fourier não era o único a considerar a França o ápice da civilização mundial, como discutiremos no decorrer da presente dissertação. Já na discussão da censura de impressos no império napoleônico, um censor teria se utilizado da ideia de avançada civilização francesa para argumentar que autorizar uma publicação era o mesmo que aprová-la, o que era muito importante: “Dans l'état d'extrême civilisation où nous sommes, il y a beaucoup de choses que le magistrat tolère dans la crainte de un plus grand mal, quoiqu'il soit bien loin de les approuver. (...) De cette manière, la police ne compromet point son approbation, n'apporte pas un funeste découragement aux travaux de l'esprit et à ceux du commerce, et cependant se réserve le droit de tempérer les légères irrégularités qu'elle tolère”. SOREL, Patricia. *Napoléon et le livre*, op.cit., p. 41.

todas as virtudes, os heróis e deuses. A poesia, aliás, é elevada ao nível de “primeira professora dos homens”.¹²⁴

A liberdade desse idílico Egito teria encontrado seu fim após o estabelecimento do mundo grego, com a ocupação persa. No decorrer das páginas seguintes, e do prefácio como todo, Fourier comenta sobre as consecutivas trocas de governo assistidas pelo Egito até o momento de a expedição francesa aportar em Alexandria. Essas trocas são marcas da cronologia por ele estabelecida, que possui uma argumentação centrada na ideia de declínio. Para ele, a dominação do Egito por potências estrangeiras só foi possível porque a seu poder e potência haviam diminuído.¹²⁵

Ao renunciar as máximas da monarquia, assimilar costumes estrangeiros, e o duradouro impacto da longa influência de comportamentos supersticiosos em assuntos científicos e religiosos, o Egito foi invadido e subjugado pelos persas, mais poderosos e numerosos, com resultados catastróficos: a pilhagem e queima de grandes cidades, famílias reais reduzidas à escravidão, a destruição de monumentos e da literatura. Essa “dominação odiosa”, que perdurou por alguns séculos, teria se dado no mesmo período em que Roma se constituía com a adoção da religião grega e etrusca, e se preparava para “a conquista do mundo”.¹²⁶

A dominação persa do Egito se encerrou com a derrota frente Alexandre, o Grande, que, em seu processo de “fundar cidades até os extremos do mundo”, libertou a região e ali estabeleceu o centro de seu império: Alexandria. Fourier nada fala sobre o fracasso de tal projeto frente a morte de Alexandre e a desintegração territorial de seu vasto império, e dedica o parágrafo seguinte a tratar do Egito macedônico. Para ele, o governo grego foi marcado pelo rico comércio entre todas as partes por eles conhecidas do mundo: produtos vindos da Ásia, da África e de outras partes do Mediterrâneo. Fourier menciona também o progresso das artes e ciências no local, essas últimas “novas” por não possuírem características das ciências predominantes no período antigo, e a opulência de seus reis.¹²⁷

Com efeito, é válido mencionar que ele nada fala de questões mais sensíveis do período tratado: os reis e rainhas do Egito helênico, governado pelos ptolomaicos, evitavam casamentos fora de sua dinastia, o que levou a construção de uma árvore genealógica em que o casamento entre irmãos e outros membros familiares próximos era uma constância.¹²⁸ Em um prefácio de

¹²⁴ FOURIER, Joseph. *Préface historique*, op.cit., p. x.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid., p. xi.

¹²⁷ Ibid., p. xii.

¹²⁸ Sobre o incesto no Egito ptolomaico, Cf. AGER, Sheila L. *The Power of Excess: Royal Incest and the Ptolemaic Dynasty*. *Anthropologica*. Vol. 48, N. 2, 2006, pp. 165-186. A árvore genealógica da página 168 é particularmente reveladora.

90 páginas que tem o papel de introduzir o leitor a mais de 1500 anos de história, a observação apenas feita pode parecer uma crítica injusta, mas é necessária porquê, como exposto nas páginas anteriores, Fourier trata a história do Egito a partir de um enviesamento palpável: ao narrar o reino de Selim I e de seu famoso filho Solimão, o Magnífico, destaca a grande violência de suas conquistas; em relação à Europa, tais aspectos negativos ou são postos em comparação com consequências positivas, ou sequer são citados. É um fato mais marcante quando se lembra que o incesto era um crime parental condenável à morte na França do XVIII e XIX.¹²⁹ Tal seletividade possui motivos que culminam no argumento da suposta superioridade ocidental, e será tratada com maior profundidade no decorrer desta dissertação.

É necessário, portanto, definir o que é civilização no período tratado. O conceito, como explicou Jean Starobinski, se constituiu na época moderna, consolidando-se no decorrer do século XVIII.¹³⁰ De maneira resumida, foi nesse século que a palavra começou a significar um processo histórico e não-uniforme pelo qual a sociedade passava rumo à civilidade. Starobinski oferece uma boa síntese ao tratar do significado desse conceito para Jean-Jacques Rousseau e Adam Ferguson:

Para Ferguson e Rousseau, por exemplo, o processo civilizatório não é baseado em um design consistente e consciente, mas construído por consequências imprevistas de vários conflitos, projetos, e inovações, todos modificados pelas circunstâncias apenas parcialmente sob o controle dos homens.¹³¹

Se o destino é a civilidade, a consequência é a criação do seu oposto, do bárbaro, ou selvagem, como se costumava chamar na época moderna. O selvagem representa não apenas o estágio inicial da civilização humana, ele é parte do processo civilizatório. A selvageria torna-se parte da civilidade, que deve ser sempre disciplinada. A noção de civilização enquanto processo, finalmente, cria uma ferramenta poderosa nas décadas finais do XVIII, utilizada na expedição ao Egito e na expansão colonial europeia no século seguinte: a autoridade para julgar.

¹²⁹ Sobre o incesto na França dos séculos XVIII e XIX, Cf. GIULIANI, Fabienne. Histoire de l'inceste et de ses représentations en France (fin XVIIIe- fin XXe siècle). *Perspectives Psi*, Vol. 61, 2022, pp. 121-125; GIULIANI, Fabienne. Monsters in the Village? Incest in Nineteenth Century France. *Journal of Social History*, Vol. 42, n. 4, summer 2009, pp. 919-932; e BRITO, Nicolas; SALDUCCI, Fabien. L'inceste en Provence au XVIIIe siècle : entre doctrine et pratique. *Revue Lexsociété*, 2023, disponível em: <<https://hal.science/hal-03948358/document>>.

¹³⁰ STAROBINSKI, Jean. *Blessings in Disguise; or, The Morality of Evil*. Tradução de Arthur Goldhammer. Massachussets, Harvard University Press, 1993 [1989], cap. 1.

¹³¹ *Ibid.*, p. 5. A citação é uma tradução própria, com adaptações, de “For Ferguson and Rousseau, for example, the civilizing process is not based on a consistent, conscious design but constructed by way of unforeseen consequences of various conflicts, projects, and innovations as modified by ‘circumstances’ only partially under man’s control”.

O conceito denota mais que um complexo processo de refinamento de valores, podendo mobilizar em seu nome e criar conflitos dos mais diversos entre grupos sociais que, vendo a si próprios enquanto defensores e propagadores da civilização, lutam pelo direito de serem os únicos a propagá-la.¹³² Por fim,

A partir do momento que a palavra *civilização* deixa de denotar um objeto de julgamento e passa a ser um valor incontestável, ela entra no arsenal verbal do elogio e da culpa. (...) A civilização em si se torna o critério crucial: o julgamento agora é feito em nome da civilização. Há de se tomar o seu lado, adotar a sua causa. Para aqueles que atendem ao seu chamado, torna-se motivo de louvor. *Ou, inversamente, pode servir de base para denúncia: tudo o que não é civilização, tudo o que resiste ou ameaça a civilização, é monstruoso, o mal absoluto.* À medida que a retórica aquece, torna-se legítimo pedir o sacrifício supremo em nome da civilização.¹³³

Retornemos à narrativa. Após o período ptolomaico, a região cai perante a ambição romana, e é administrada com primor. A agricultura e a indústria teriam assistido a “felizes progressos”, e “a importância da fertilidade do território, o comércio com as Índias, os restos de uma magnífica civilização antiga, as relações com a Arábia e a Etiópia” foram reconhecidas. Tais elementos não agradavam mais aos romanos do que à França da expedição, que se apropriou de todos os elementos apenas citados para justificar a expedição. É certo que isso não significa que a província não fosse importante para o Império Romano. Era, afinal, a região mais rica do império, a mais urbanizada e a mais bem documentada, além da citada fertilidade do solo mostrar-se essencial para suprir as necessidades alimentares da população imperial.¹³⁴ Mas a maneira que Fourier introduz tais vantagens dialoga, de fato, com seus conterrâneos, com a necessidade do império de estabelecer uma narrativa que não apenas justificasse a expedição como também a tornasse *desejável*. Em outras palavras, Fourier leu e explicou o passado com ferramentas que só eram compreensíveis para os letrados de seu presente.

O estabelecimento de diálogos entre elementos do presente com os do passado estudado é uma das primeiras consequências do estudo da História. Certos elementos do tecido social

¹³² *Ibid.*, p. 17.

¹³³ *Ibid.*, p. 17-18. A citação é uma tradução própria, com adaptações, de “Once the word *civilization* ceases to denote a fact subject to judgement and becomes an incontestable value, it enters the verbal arsenal of praise and blame. (...) Civilization itself becomes the crucial criterion: judgement is now made in the name of civilization. One has to take its side, adopt its cause. For those who answer its call it becomes grounds for praise. Or, conversely, it can serve as a basis for denunciation: *all that is not civilization, all that resists or threatens civilization, is monstrous, absolute evil.* As rhetoric heats up it becomes legitimate to ask for the supreme sacrifice in the name of civilization”, segundo grifo meu.

¹³⁴ MADDISON, Angus. *Contours of the World Economy, 1-2030 AD*. Oxford University Press, 2007, pp. 42-55.

que compõe a realidade na qual a pessoa está inserida ressaltam outros elementos do passado em que a pessoa tenta compreender, seja por meio das semelhanças, seja por meio das diferenças. Tais percepções, primordiais para a renovação do saber histórico, é de conhecimento de todos aqueles que hoje aspiram a produzir historiografia de maneira séria. Assim, Fourier enxergou (ou *buscou enxergar*) nas relações entre egípcios e romanos uma realidade similar à da França de sua época. Desse modo, ele reforçou uma tendência da segunda metade do século XVIII existente na França e na Inglaterra, em que ambas se enxergavam como a Roma de seus dias.

Trevor Burnard trata desta comparação impostas por eles a si próprios em sua explicação da *History of Jamaica* (1774) de Edward Long. Para ele, a monumental história da Jamaica de Long era uma crítica ao império britânico: a falha em emular a administração francesa de Saint-Domingue resultava na impossibilidade de fazer com que a Jamaica atingisse seu potencial máximo. Essa falha impedia que a Bretanha, que “via a si própria como a nova Roma”, fizesse como “sua famosa predecessora” e estendesse seu controle pelo mundo.¹³⁵ Tal preocupação também se fez muito presente em Londres, em especial durante as décadas de 1770 e 1780, marcadas pela guerra de independência das Treze Colônias, pela publicação dos seis volumes de *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1789) de Edward Gibbon, e pelo julgamento de impeachment de William Hastings pelos crimes cometidos quando esteve à frente da Companhia das Índias Orientais e sua administração da Índia, “joia da coroa britânica”.¹³⁶

Para Priya Satia, o monumental trabalho de Gibbon moralizou o presente por meio do estudo do passado. Embora Gibbon defendesse que a era na qual Roma pudesse cair estivesse apenas no passado, acreditando, junto de muito de seus pares esclarecidos, que existiam na era do progresso, seu trabalho foi lido enquanto um guia: os britânicos evitariam tais armadilhas imperiais, e assim teriam sucesso onde Roma fracassara. O estudo da história tornara-se, portanto, um meio de análise das decisões e dos erros de uma sociedade com ambições globais.¹³⁷

Mas se, nas discussões apenas mencionadas, existia no debate imperial britânico essa preocupação com o declínio, o mesmo não era verdade para o debate francês. Ao menos não

¹³⁵ BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p. 48. Sobre Long, ver também meu artigo: PINORI, Gino de Castro. A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778). *Temporalidades* – Revista de História, Edição 36, v. 13, n. 2 (jul./dez 2021), pp. 746-765.

¹³⁶ SATIA, Priya. *Time's Monster: how history makes History*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2020, pp. 39-40.

¹³⁷ *Ibid.*

nas mesmas proporções. Enquanto os integrantes do império britânico questionavam sua posição e a moralidade de suas ações, a França revolucionária e napoleônica dirigiu tais questões não para si, mas para o *outro*. É o que faz Fourier no prefácio, e pelos motivos tratados a seguir. O primeiro, já discutido à exaustão no capítulo anterior, se encontra na utilidade da *Description* enquanto um meio de propaganda da França para seus vizinhos. Sendo necessário justificar a existência da expedição de modo a não tornar as relações com o Império Otomano ainda mais delicadas, Fourier torna suas críticas e comentários depreciativos não aos otomanos (ao menos não de maneira direta), mas sim aos alvos mais fáceis, os mamelucos. Não apenas a eles, mas aos governantes a partir da expansão árabe no Egito e norte da África.

O segundo motivo se concentra na forma como o império de Bonaparte se utilizou da produção histórica. Embora já consolidado enquanto imperador, e eventualmente reconhecido como tal por grande parte da Europa e até mesmo pelos otomanos, a França imperial ensejava estabelecer vínculos que tornassem sua superioridade clara. Enxergava a si mesma enquanto herdeira perfeita de todos os grandes impérios europeus do passado, e muito se esforçou para fazer ver ao mundo essa verdade a eles tão evidente. A tentativa já vista no capítulo anterior de criar um grande arquivo que concentrasse documentos de partes da Europa anexadas ou transformadas em fantoche pelo império corrobora essa afirmação de maneira clara. Se o império britânico se voltava para a história, como demonstrou Satia e Burnard, através de discussões morais, a França napoleônica estudava a história através de lentes majoritariamente utilitaristas. O preface não escapa à regra.

Retornemos à narrativa de Fourier. Após a dominação romana e a falha dos “imperadores gregos” de manter a região, o Egito cai no domínio muçulmano. “As causas morais” (uma provável referência a Gibbon) que “precipitaram esse império [o romano-bizantino] estavam então desenvolvidas, e algumas tribos árabes, *semi-civilizadas*, conseguiram conquistar as mais belas províncias do Oriente”¹³⁸. Nota-se que, a cada conquista, o Egito que antes fora deixava de existir, embora, até o momento, obtivesse, na interpretação de Fourier, sólidos ganhos: a Grécia teria elevado a cultura local, com a consequência de tornar os hábitos e referências culturais anteriores à sua dominação obscuras; Roma teria feito o mesmo com a religião; e agora os muçulmanos elevaram tais perdas ao dar início a um marcante decréscimo civilizacional.

¹³⁸ Tradução própria, com adaptações, de “(...) les causes qui devoient précipiter cet empire, étaient alors développées, et quelques tribus d'Arabe, à demi civilisées, parvinrent à s'emparer des plus belles provinces de l'Orient.” FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., pp. xiii-xiv.

O declínio completo, entretanto, não se inicia necessariamente com os árabes, que são elogiados por Fourier. Enquanto os romanos dominaram graças à sua potência militar, suas máximas governamentais, e pela progressiva mudança religiosa, “os bárbaros que devastaram a Europa, tendo abandonado sua pátria congelada por climas mais doces e cidades opulentas, se sucediam sem ordem e *sem outra intenção a não ser despojar os vencedores*”¹³⁹. Aqui os árabes são caracterizados por possuírem hábitos e opiniões mais fixas, eram persuadidos de conhecer tudo que era vero e útil, e repeliam os conhecimentos e a cultura das *populações conquistadas*. Mas, ao mesmo tempo, possuíam uma religião que, como nas populações do Norte, era favorável às artes e aos conhecimentos úteis.

Os árabes teriam cultivado e aperfeiçoado “todos os ramos da filosofia”, assim como se mostraram engenhosos e polidos, tendo realizado grandes progressos na poesia, na arquitetura, na medicina, na geometria, na física e na astronomia. Aliás, Fourier relembra que os árabes foram responsáveis pela tradução de importantes textos da antiguidade por séculos perdidos na Europa. Textos esses essenciais não apenas para o conhecimento como também para o estabelecimento das “Luzes” na Europa.¹⁴⁰

Esse momento se encerra com a ascensão e expansão do islamismo. Mas, para que se possa compreender o porquê, é necessário discutir de maneira mais pormenorizada como Fourier explica e, de certa maneira, teoriza o governo, assim como o modo que o Iluminismo é tratado aqui.¹⁴¹ As citações às luzes feitas até o presente parágrafo são indicadoras de um iluminismo de cunho imperialista, e pedem uma discussão mais apurada, a ser realizada nas páginas a seguir

2.2. Uma teoria de governo?

No tópico anterior, ao discutir parte da cronologia estabelecida por Fourier para pensar a história do Egito, se mencionou as mudanças proporcionadas por cada ocupação estrangeira: os progressos e mudanças causadas pelas administrações grega e romana da região, o fracasso dos imperadores bizantinos de manter o Egito sob seu controle, e a conquista arábica com seus impactos nas artes e na conservação de importantes textos da Antiguidade. Este tópico é

¹³⁹ Tradução própria de “Les barbares que ravagèrent l’Europe, abandonnant leur patrie glacée pour des climats plus doux et des villes opulentes, se succédèrent sans ordre et sans autre dessein que de dépouiller les vaincus”. Ibid. p. xiv.

¹⁴⁰ Ibid., p. xvi.

¹⁴¹ Por “teoriza”, não busco implicar que Fourier apresenta uma teoria de maneira formal e nominal, e muito menos que os argumentos postos por ele compõem uma teoria própria, original, ou que contém elementos não debatidos em outros textos. De maneira geral, as ferramentas postas e a articulação realizada permitem o uso do termo teoria em sua acepção mais ampla, frequente, e aqui utilizada.

dedicado, portanto, a estabelecer que Fourier explica a decadência egípcia também por meio da manutenção e da conseqüente queda de governos estabelecidos na região, sempre resultado da desarmonia entre os para ele três pilares de um bom governo: a monarquia, a religião, e a ciência, relação estabelecida já na página viii.¹⁴²

A maneira como esses três tópicos são articulados por Fourier se deve à realidade na qual ele estava inserido e ao que considerava fundamental em nível íntimo. A monarquia é o exemplo mais claro da primeira parte do argumento. Embora as opiniões pessoais do prefaciador no que diz respeito aos sistemas políticos da França no período anterior à Revolução e sob o império de Napoleão sejam desconhecidas, pode-se argumentar, em seqüência ao exposto no capítulo anterior, que é dessa forma articulado por vários motivos. O primeiro, e mais óbvio, se dá pelo contexto em que se inseria: criticar um modelo monárquico em um período que a França se esforçava para estabelecer a legitimidade dos planos de Bonaparte e de suas afirmações de liderança e superioridade do resto da Europa era, no mínimo, insensato. Se recordarmos que Fourier foi preso no período revolucionário, o esforço pela cautela torna-se ainda mais compreensível.

Para além da cautela e do contexto político em que estava inserido e era, em certa medida, ator (não apenas como prefaciador, mas também enquanto prefeito da cidade de Isera), outras explicações igualmente coerentes são possíveis. Fourier cresceu na França de Luís XVI, e com exceção da década revolucionária, teve a monarquia enquanto sistema político por toda a vida. Foi nesse período que teve contato, por exemplo, com a academia.¹⁴³ E, apesar de discutível, há de se considerar o impacto que a estabilidade monárquica e imperial, em comparação com as turbulências políticas da Assembleia e do Diretório, também pode compor essa explicação.

Em um ensaio dedicado a Hobbes e o terror, Carlo Ginzburg argumentou que o teórico moderno concebeu o Leviatã em razão do conturbado período que vivenciara. Para o historiador, ter testemunhado as devastadoras guerras de religião, somadas a leitura (e subsequente tradução) feita anos antes do livro de Tucídides, *A Guerra do Peloponeso*, explicam parcialmente a defesa de Hobbes por um sistema que sacrifique uma parte da liberdade de seus súditos em prol da garantia de paz e estabilidade.¹⁴⁴ Portanto, argumentar que

¹⁴² Ibid., p. xiii.

¹⁴³ MAZARI, Idriss. Fourier, de Révolution en Académie, op.cit., pp. 7-8.

¹⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *Paura, reverenze, terrore*. Cinque saggi di iconografia politica. Adelphi, Milano, 2018. pp. 51-80.

Fourier prezasse pela estabilidade política e social existente sob Bonaparte não é, necessariamente, um exagero.

Para além dos argumentos apenas elencados, existe um último, e talvez o mais sólido: Fourier elenca a monarquia, a religião e as ciências como pilares não apenas por interesses pessoais (em especial no que diz respeito às ciências, tópico a ser melhor discutido futuramente), mas porque foi ensinado a fazer assim. Como se sabe, durante o ano que estudou na *École Normale*, foi aluno do então maior orientalista vivo, Constantin-François Chassebœuf, mais conhecido como Volney e responsável pela cadeira de História. Já na lição inaugural, dedicada a estabelecer o que discutiriam no decorrer das sessões subseqüentes, definiu-se de modo breve o que é a História e como estudá-la. Dessa lição, o parágrafo a seguir é particularmente revelador:

Após considerar a história como narração dos fatos, considerar esses mesmos fatos como um *curso de experiencias involuntárias que o gênero humano realiza sob si mesmo*, tentaremos traçar um quadro resumo da história geral, para coletar as verdades mais interessantes.¹⁴⁵

O quadro tinha o objetivo de, nos povos estudados, acompanhar “a marcha e o progresso” das artes (agricultura, comércio e navegação), das ciências (como a astronomia, a geografia e a física), da moral pública e da privada, da legislação – códigos civis e *religiosos*; hábitos e morais, dentre outros.¹⁴⁶ Em outras palavras, sistema de governo, aspectos religiosos e, de maneira mais ampla, a construção e manutenção do conhecimento são os três grandes tópicos que compõem o quadro proposto por Volney e precisamente assimilado por Fourier nas lições e na sua análise do Egito.

Explicada a escolha destes tópicos enquanto as bases do estudo, pode-se prosseguir para a leitura feita pelo prefaciador através do estudo deles. Em outras palavras, como Fourier relacionou o governo, a religião e as ciências à queda da civilização no Egito. No decorrer da primeira parte do texto, dedicada, como já visto, a uma breve narrativa da história egípcia de seu começo independente à expansão muçulmana, Fourier escreveu sobre como cada período foi marcado por determinados avanços e perdas. Nesse mesmo recorte, também estabeleceu que cada período se iniciou da incapacidade do antigo governo de permanecer no controle. O Egito deixou de ser independente quando se tornou incapaz de resistir à expansão grega. A região sofreu com o violento domínio dos persas até ser reconquistada (se tal “reconquista” for

¹⁴⁵ Tradução própria de “Après avoir envisagé l’histoire comme narration de faits, envisageant les faits eux-mêmes comme un *cours d’expériences involontaires que le genre humain subit sur lui-même*, nous enraierons de tracer un tableau sommaire de l’histoire générale, pour en recueillir les vérités les plus intéressantes.”VOLNEY, C.-F. *Leçons d’Histoire prononcées a l’École Normale*. Paris, Baudouin Frères, 1826, p. 12.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 12.

observada pelo ponto de vista grego) por Alexandre, o Grande. Subsequentemente, a região foi enfim integrada a Roma quando de sua transformação em império e, após a dissolução da parte ocidental (Europa), se manteve integrado aos territórios dos bizantinos, que foram incapazes de fazer frente à expansão árabe, que sofrem com a expansão do Islã.

Defende-se aqui que o momento de expansão do Islã representa uma nova etapa na história criada por Fourier, e por isso deve ser analisada de maneira separada. Do que foi visto até então, para além de uma história de eventuais derrotas e transferência de territórios, a narrativa apresentada introduz uma interessante explicação para tais acontecimentos, pautada nas relações entre elementos internos e externos dos governos e de seus vizinhos. Em outras palavras, o desbalanço das relações dos pilares de uma “boa sociedade” – a monarquia (ou governo, de maneira mais ampla), a religião e a ciência – se reflete na capacidade do estado de manter sua integridade e, conseqüentemente, leva à conquista por potências estrangeiras.

A explicação acima de certo não exclui explicações que enxerguem apenas a potência do invasor, mas não é o caso do prefácio. A começar pela primeira dominação do Egito, consequência da expansão persa. Após terem renunciado às máximas da monarquia e estarem de frente, por uma considerável quantidade de tempo, a “erros supersticiosos que alteraram a religião”, os egípcios se viram incapazes de resistir aos persas, beneficiados por revoluções militares não especificadas.¹⁴⁷ A “teoria”¹⁴⁸ do desbalanço já se torna clara aqui, mas é visível nos domínios posteriores.

A Grécia “livre” [do domínio dos persas] liderada por Alexandre se expande pela Ásia e conquista o Egito, que, após sua morte, como já mencionado, permanece sob o controle dos macedônios. As relações entre gregos e egípcios antes da conquista persa e após Alexandre demonstram a superioridade grega. Afinal, se os gregos foram capazes de aperfeiçoar a região, ainda que com o custo de tornar a antiga religião confusa e intraduzível, isso demonstra por si só a superioridade que tinham frente aos dominados. Dessa forma, o Egito havia sido um grande centro de conhecimento, escola das grandes figuras helênicas, mas não o era quando da perda de sua liberdade, e não o seria mais.¹⁴⁹

¹⁴⁷ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. x.

¹⁴⁸ A decisão pelas aspas se explica no fato não se pretende afirmar, de maneira alguma, que esta percepção era inovadora quando da publicação do prefácio ou ainda que Fourier contribui para com uma discussão mais ampla sobre as formas de governar e de estudar governos tão marcantes no século XVIII e nas décadas iniciais do XIX. Para mais sobre as teorias de governo discutidas na Europa do Esclarecimento, consultar LILTI, Antoine; SPECTOR, Céline (eds.). *Penser l'Europe au XVIIIe siècle*. Commerce, civilisation, Empire. Oxford, Voltaire Foundation, 2014, pp. 93-166.

¹⁴⁹ Ibid., p. xi-xii.

Se Roma demonstra sua superioridade através das contribuições feitas, e o domínio árabe tenha mostrado seus méritos, a expansão muçulmana¹⁵⁰ é colocada no exato oposto. “Semicivilizados”, os muçulmanos representam a barbárie. De acordo com Fourier, Maomé não possuía “nem o desejo de fundar um império, nem as visões políticas a ele atribuídas por muitos escritores”¹⁵¹. Os esforços do profeta eram dedicados a “comandar sua tribo e elevá-la sobre as demais”¹⁵². O sucesso de tais empreendimentos que teria levado às pilhagens de populações vizinhas e à subsequente expansão. Maomé

[...] não conhecia as nações policiadas, e as considerava entregues ao politeísmo e à idolatria. Ele reuniu seus compatriotas recordando-lhes dogmas anteriormente reverenciados. E passou em seguida do entusiasmo à imposição. Seu livro, que contém alguns preceitos úteis, e um número ainda maior de pensamentos ininteligíveis, desprovidos de sentido e ligação, no entanto, serviu como regra para seus seguidores, e lhes forneceu um nome, um objetivo e um interesse comum.¹⁵³

Desse modo, comportando-se de maneira similar aos “bárbaros europeus” foram capazes de penetrar regiões marcadas pela instabilidade interna na Europa e na Ásia, um outro exemplo claro da “teoria do desbalanço”: o sucesso da expansão árabo-muçulmana na Pérsia se explica pelas dissidências internas e guerras estrangeiras, que a enfraqueceram a ponto de torná-la incapaz de se defender de seus mais fracos inimigos. Fourier, aliás, os chama de “Scythes du midi”¹⁵⁴, referência às populações das estepes asiáticas que por anos aterrorizaram os europeus, que não tardaram a lhes atribuir a pecha de “bárbaros”. Não somente, também pode ser uma referência à prerrogativa otomana de se apresentar também enquanto herdeiros dos mongóis, que lhes fornecia legitimidade, mas, aos olhos europeus, tornava tais associações ainda mais fáceis de se fazer.

Se tal “virada islâmica” tornou possível uma expansão rápida e sem grandes dificuldades nos amplos territórios vizinhos imersos em graves crises, a barbárie a ela inerente

¹⁵⁰ Enquanto o termo árabe remete aos habitantes, islâmicos ou não, da península arábica que se expandiram para o norte da África e partes do Oriente Médio, o termo “muçulmano” é via de regra sempre associado ao Islã, tanto nos dicionários atuais quanto históricos. No *Dictionnaire historique de l’islam* de Janine e Dominique Sourdel, por exemplo, *muslim* é explicado simplesmente como “islã”. No prefácio histórico de Fourier, entretanto, ambos os termos se misturam sem uma conceituação mais precisa. Sobre os termos, ver SOURDEL, Janine; SOURDEL, Dominique. *Dictionnaire historique de l’islam*. Paris, Quadrige / PUF, 1996, 1ª ed., pp. 92-94; 604.

¹⁵¹ Tradução própria de “Mahomet n’avait eu ni le dessein de fonder un empire, ni les vues politiques que plusieurs écrivains lui ont attribuées”. FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xiv.

¹⁵² Ibid., p. xv. Tradução própria de “L’objet de ses efforts était de commander à sa tribu, et de l’élever au-dessus des tribus rivales”.

¹⁵³ Ibid. Tradução própria de “Il ne connaissait point les nations policées, et les regardait comme livrées au polythéisme et à l’idolâtrie. Il rallia ses compatriotes en leur rappelant des dogmes anciennement révéés, et passa ensuite de l’enthousiasme à l’imposture. Son livre, qui contient quelques préceptes utiles, et un bien plus grand nombre de pensées inintelligibles, dépourvues de sens et de liaison, servit toutefois de règle à ses partisans, et leur donna un nom, un but et un intérêt communs”.

¹⁵⁴ Ibid., p. xv.

também foi responsável pela deterioração de elementos que permaneciam positivos apesar das diversidades. Os próprios árabes foram as primeiras vítimas, tendo perdido as qualidades positivas citadas nas páginas anteriores, seguidos pelos egípcios cristãos, que, agitados por divergências religiosas, se ofereceram ao jugo dos primeiros muçulmanos, e assistiram as destruições das poucas riquezas literárias ainda restantes e reunidas em Alexandria. Coletados no período ptolomaico, grande parte dos livros se perderam quando das campanhas de César e seus sucessores. De acordo com Fourier, “as violências de todas as espécies, renovadas no curso de seis séculos, (...) destruíram o vasto depósito de sabedoria e de erros da antiguidade”¹⁵⁵.

Argumento, portanto, que através da “teoria de governo” até aqui explorada se pode perceber elementos que permitem a seguinte afirmação: para Fourier, o Islã torna-se um grande responsável pela decadência do Egito – e de todas as regiões que se fez presente – por carregar desde sua gênese a barbárie, a falta de elementos civilizatórios ou ainda as ferramentas que permitisse que tais elementos fossem desenvolvidos. Os árabes, é preciso lembrar, já eram considerados “à demi civilisés”¹⁵⁶. Esse estado incompleto de civilização, somado à uma religião que tinha como único objetivo a manutenção da ordem não em Estados, afinal a existência destes era a eles desconhecida, mas em “tribos”, teve como resultado a violência, descrita no decorrer do prefácio enquanto a inimiga da civilização. Logo, a expansão islâmica pode ser percebida, junto ao que acontecia na Europa no mesmo período, enquanto a expansão da barbárie.

Tal interpretação torna-se possível porque, apesar de todos os claros preconceitos, o prefaciador e prefeito de Isera não analisou a história do Egito por lentes religiosas, como era costume até o começo do século XVIII. Assim como em Voltaire, Gibbon, Volney e outros *philosophes* e letrados esclarecidos, o estudo da História em Fourier é o estudo da civilização¹⁵⁷, dos acontecimentos que se mostraram ou contribuídores para o progresso ou aqueles que foram o exato oposto. Para que este argumento seja compreensível, se faz necessário abordar a transformação do estudo da história ocorrida no século XVIII, tema do próximo tópico.

2.3. O Iluminismo e a história

¹⁵⁵ Ibid., pp. xv-xvii. O trecho é uma tradução própria e adaptada de “Les violences de tout espèce, qui s'étaient renouvelées dans le cours de six siècles, au milieu des guerres continuelles ou des troubles amenés par les controverses théologiques, avaient anéanti ces vastes dépôts des connaissances et des erreurs de l'antiquité”.

¹⁵⁶ Ibid., p. xv.

¹⁵⁷ LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières: ambivalences de la modernité*. Paris, Seuil / Gallimard, 2019, pp. 87-113.

O ano de 1756 assistiu à publicação de dois livros fundamentais para se discutir o estudo da História no século iluminista: *L'ami des hommes*, de Mirabeau, e *Essai sur les mœurs* de Voltaire. O livro de Mirabeau é importante, dentre vários motivos, por ser o primeiro a colocar o termo “civilização” tal como utilizado nas discussões esclarecidas, ou seja, enquanto “passagem progressiva da selvageria a um estado policiado, civilizado”. O segundo, por sua vez, estabeleceu as matrizes do estudo da história que seriam seguidas por todo o resto do século, importantes tanto para os historiadores setecentistas quanto para a atual construção de conhecimento histórico.¹⁵⁸

Ainda que o termo “civilização” tenha aparecido na metade do século, foi tema fulcral de todas as grandes discussões do século. A Europa se definiu por séculos enquanto espaço geográfico ou uma entidade religiosa e cultural, explicável pela comparação com o Outro: existia, por exemplo, em contraposição à Ásia, e, de maneira religiosa, era o oposto do islã. Em *Worlds at War* (2008), Anthony Pagden se debruça sobre os mais de dois milênios de relações antagônicas entre Ocidente e Oriente, tendo como ponto de partida a Europa na antiguidade grega. As primeiras menções se referem ao mitológico estupro de Europa por Zeus, que, após três filhos – Minos, Sarpedão e Radamanto – e dar o nome dela ao continente, se cansou da mulher e a casou com o rei de Creta e filho de Poseidon, Asterius.¹⁵⁹

O mito não apenas se coloca enquanto origem da Europa e seus povos como estabelece sua origem geográfica não no Ocidente, mas sim na Ásia. Em outras palavras, o Ocidente é fruto do Oriente. Esta complexa relação entre ambas as partes do mundo, certas vezes simbiótica, certas vezes conflituosa, interessou a conhecidos nomes da antiguidade, em especial Heródoto. Frente ao conflito entre os gregos e persas, o “pai da História” passou anos dedicado a responder a seguinte pergunta: como os dois lados chegaram a nutrir um ódio tão profundo pelo outro? A resposta foi seu livro sobre as Guerras Pérsicas (490-479 a.C.).¹⁶⁰

As origens da Europa, discutidas de diferentes formas no decorrer dos séculos seguintes, passaram a ser vistas, a partir do Iluminismo, enquanto o resultado de um *processo histórico específico*, que trata justamente do percurso rumo à civilização. É, como bem pontuou Antoine Lilti, uma noção complexa por envolver um duplo problema, fruto da discussão da civilização na história europeia e na comparação da Europa com sua alteridade: as Américas e a Ásia. No primeiro caso, a civilização é discutida enquanto passagem das sociedades feudais medievais,

¹⁵⁸ Ibid., pp. 88-92. O trecho entre aspas é uma tradução própria de “[Il corresponde à] une passage progressif de la sauvagerie ou de la barbarie à l'état civilisé, «policié»”.

¹⁵⁹ PAGDEN, Anthony. *Worlds at War*, op.cit., pp. 3-4.

¹⁶⁰ Ibid., p. 5.

bárbaras, à modernidade, civilizada. No segundo, se discute a Europa dentro de uma relação entre a América dos selvagens e a Ásia das estepes populadas por populações bárbaras e dos grandes impérios – China e Índia, que tanto fascinam quanto perturbam os europeus. O resultado é que a Europa ou é confrontada com seu passado, ou com suas figuras de alteridade.¹⁶¹

Embora tais questões mantenham sua relevância no decorrer de todo o século, a ótica da história enquanto progresso civilizatório ganha raízes e uma matriz com publicações de letrados inspirados em grande medida no ensaio de Voltaire, construído, para Lilti, de maneira explícita em torno de uma rejeição à história providencial do *Discours sur l'histoire universelle* de Bossuet, publicado em 1687.¹⁶² Em um momento de autonomia do saber frente aos dogmas religiosos que permitiu uma narrativa propriamente histórica da história europeia, o ensaio do *philosophe* assume um papel central ao propor uma história da Europa (1) a partir de Carlos Magno que fosse caracterizada por um aspecto progressivo, a partir da Idade Média bárbara e cristã, de um sistema de Estados concorrentes; e da (2) evolução dos costumes, progressivamente civilizados e policiados.¹⁶³

Através desse recorte temporal, Voltaire dá uma explicação para o desenvolvimento sem precedentes da Europa, e que encontra profundos ecos na narrativa histórica de Fourier, pouco mais de 60 anos depois. As transformações ocorridas no século XVI somadas ao refinamento das letras e artes nas cortes e em espaços acadêmicos teriam sido os grandes motores do progresso das sociedades e dos costumes. O crescente comércio, o declínio do feudalismo e do poder político do Papado levam a uma nova realidade política no continente pautada pelo equilíbrio entre Estados poderosos. Esse equilíbrio, aliás, foi de importância ímpar nas discussões e decisões dos soberanos europeus no decorrer dos séculos seguintes. Para além de explicações, o ensaio também se destaca por estabelecer referenciais ao estudo das sociedades no decorrer do tempo: a demografia, a cultura, a economia e o intelecto.

Embora os referenciais teóricos tenham sido estabelecidos, outro problema se estabelece durante todo o decorrer do século: como estudar o mundo para além da Europa e de suas colônias? Em outras palavras, como estender o conhecimento para a África e Ásia? Como já mencionado no capítulo anterior, os relatos de viagem eram essenciais para a produção de conhecimento sobre essas regiões e populações já bem limitadas à categoria *outro*, mas eram simultaneamente alvo de grandes críticas devido aos exageros e não raramente completas

¹⁶¹ LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières*, op.cit.,p. 88.

¹⁶² Ibid., p. 91.

¹⁶³ Ibid., p. 92.

mentiras que continham. A solução seria a existência de um *philosophe* viajador, que não apenas teria a “irrefutável” evidência tão bem estabelecida pelo simples ato de presenciar, de vivenciar aquilo de que se escreve, como também saberia fazer as perguntas corretas e escolher sobre o que iria se debruçar em seus textos de maneira pertinente.¹⁶⁴

Se, de maneira individual, certos indivíduos à época de certa forma renomados frente aos *philosophes* realizaram tal feito, esse objetivo posto por nomes como Rousseau foi alcançado de maneira coletiva com a Expedição de 1798 e seus resultados militares, políticos e acadêmicos. A presença francesa ao Egito deu aos intelectuais que a compuseram a abertura ao cobijado passado egípcio e a certeza de novas possibilidades, assunto do capítulo seguinte. No presente momento, basta (re)estabelecer que, se a expedição permitiu a Fourier escrever sobre a história egípcia com a certeza de uma legitimação que não teria obtido de outra maneira, o foi por ter fornecido, para além da apenas citada evidência oriunda da experiência, acesso a um elemento de preciosidade inestimável ao fazer histórico da atualidade: o objeto.

Durante a expedição, teve acesso ao objeto de pesquisa – ainda que esse tenha se tornado objeto posteriormente, quando Napoleão atribuiu a ele a tarefa de escrever o prefácio –, à realidade material do que estudou. Não apenas, foi treinado a fazer as questões “certas” e, como visto até então, fez uso das ferramentas e conceitos propostos por Voltaire e adotadas por outros historiadores europeus, dentre eles seu professor, Volney. Após a expedição, de acordo com Champollion-Figeac, somou os conhecimentos obtidos através das pesquisas e discussões realizadas no decorrer dos três anos da ocupação francesa do Egito às produções escritas sobre a região, sobre os otomanos e sobre a história do Islã.¹⁶⁵

Após tratar do recorte metodológico e das ferramentas por ele utilizadas, é possível prosseguir para o Egito sob o domínio otomano, e como o prefaciador historicizou esses então mais de 200 anos de relações entre a população egípcia e os otomanos.

2.3. O Egito Otomano e a ascensão da Europa das Luzes

Diferente de seus vizinhos europeus, o “estado” otomano se configurava de maneira distinta, herança de tradições turco-mongóis: o soberano era necessariamente filho do *khan*, e o que importava à sucessão não era a senioridade entre os descendentes (homens) do *khan* e sim a qualificação no que condiz a liderança em momentos de guerra e a condução da diplomacia. Desse modo, ao garantir, nas palavras do historiador Olivier Bouquet, que a sucessão não fosse afetada pelos “colaterais”, o sistema político otomano por séculos

¹⁶⁴ PADGEN, Anthony. *The Enlightenment*, op.cit. pp. 249- 300.

¹⁶⁵ CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon*, op.cit., pp. 72-88.

estabelecia o estado enquanto “nada além de uma extensão da dinastia”: um agregado de populações e reinos que compunham um todo em razão da dominação da linhagem que as reuniu.¹⁶⁶

Isso não significa que a sucessão era disputada de maneira igualitária. Os filhos do sultão buscavam se distinguir enquanto o soberano ainda vivia, e o que mais se destacava era escolhido para responsabilidades peculiares e para ser treinado pelo pai para sucedê-lo. A posição em relação a capital também era de importância ímpar: o preferido era instalado o mais perto possível, tendo em vista que quem alcançasse a capital em primeiro quando da morte do sultão teria mais facilidade em declarar-se soberano. Como os outros irmãos possuíam igual direito ao trono, o sultão “escolhido por Deus” não estaria seguro enquanto seus irmãos – e sobrinhos – permanecessem vivos. Adotou-se, portanto, outro costume polêmico e infame dos mongóis: o fratricídio dinástico¹⁶⁷. Murad II, por exemplo, cegou seus irmãos mais jovens seguindo práticas bizantinas. Mehmed II ordenou o assassinato de seu irmão mais novo, assim como Selim I condenou seus irmãos e sobrinhos à morte.¹⁶⁸

A violência da sucessão não era motivada apenas no desejo de poder por parte do sultão, mas também na própria configuração política otomana. Se o império nada mais era que um todo reunido e dominado por uma linhagem dinástica, o líder identificava-se com o próprio império, e sua morte representava a morte de seu domínio. A condição de soberano era superior à condição de homem, e os perigos à condição se igualavam em perigos ao império. Como bem resumiu um historiador otomano do século XVI, Kemalpaşazade, a morte de um sultão “é sempre um caso extremamente grave. O império é ameaçado pelo caos, a coluna vertebral da humanidade é quebrada”. Essa morte coloca em perigo a continuidade dinástica, e “somente a investidura de um membro de sua linhagem dá vida ao corpo morto do Estado”. O fratricídio, em conclusão, servia à sobrevivência do império otomano.¹⁶⁹

Fourier não interpretou a manutenção da dinastia otomana da mesma maneira, associando-a sempre à violência. Os otomanos são integrados de fato à narrativa através da menção de Selim I, alcunhado “o Cruel” que, durante seu reinado (1512-1520), teve como um de seus feitos a conquista e anexação do Egito. A violência não aparece de maneira negativa no

¹⁶⁶ BOUQUET, Olivier. *Pourquoi l'Empire ottoman? Six siècles d'histoire*. Paris, Éditions Gallimard, 2022, pp. 28-29.

¹⁶⁷ ATWOOD, Christopher P. The Sacrificed Brother in the “Secret History of the Mongols”. *Mongolian Studies*, Vol 30/31, 2008-2009, pp. 189-206; FLETCHER, Joseph. The Mongols: Ecological and Social Perspectives. *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 46 (1), 11, 1986, pp. 24-28.

¹⁶⁸ BOUQUET, Olivier. *Pourquoi l'Empire ottoman?*, op. cit., pp. 29-30.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 31. Os trechos entre aspas são traduções próprias de “l'Empire est menacé de chaos, la colonne vertébrale de l'humanité est brisée” e “Elle met en péril la continuité dynastique. Seule l'investiture d'un membre de sa lignée redonne vie au corps mort de l'État”. Essa última citação, aliás, é do cronista.

que diz respeito à conquista do Egito, por um motivo simples: a violência não era uma novidade traga pelos otomanos, mas sim uma constante presente desde a queda do “Egito cristão” e a ascensão dos *Beys* nos séculos seguintes. *Bey*, ou *beg*, é um honorífico turco que carrega a ideia de “senhor” ou mesmo “grande emir”, e era conseqüentemente dado a líderes de principados livres ou pequenas províncias. Os beys do Egito e Síria ascenderam ao comando da região em 1250, com a queda dos Ayyubidas, e controlam a região até 1517, ano da conquista otomana.¹⁷⁰

Como as críticas aos otomanos não poderiam ser feitas de maneira direta, Fourier concentra todas as suas críticas nos mamelucos que, mesmo após a derrota frente a Selim o Cruel, continuaram a governar a região em nome de seus novos líderes, por vezes submissos, por vezes revoltosos. “Escravos militares nascidos entre o mar negro e o mar cáspio”, os mamelucos são descritos da maneira mais negativa possível, com um governo sem regras claras – “o governo dos soberanos mamelucos não foi, por assim dizer, nem hereditário nem eletivo” –, em que a única constante era ter na figura do assassino do atual soberano o seu sucessor¹⁷¹:

[...] o assassino do príncipe era quase sempre seu sucessor. Houve tantas revoluções quanto reinados. Muitos disputavam o poder e ao mesmo tempo a ele se atribuíram na Síria, no Cairo e no Saïd. Alguns chefes dessa anarquia governaram com esplendor. Conquistadores da Síria, humilharam o orgulho dos Mongóis, repeliram os europeus, e carregaram suas armas vitoriosas no Iémen, na ilha do Chipre, na Armênia; mas só se nota, em todos esses acontecimentos, traços de audácia, de vingança, de traição, de ignorância e de ferosa ambição.¹⁷²

É interessante notar a posição ambígua de Fourier. Os beys protagonizaram todos esses atos motivados pela audácia, vingança e anarquia¹⁷³, mas não por motivações religiosas. Embora o islamismo esteja relacionado com a queda da pouca civilização existente no mundo árabe, não significa que possua, aos olhos do prefaciador, apenas qualidades negativas. Imediatamente após associar todos os feitos dos mamelucos a qualidades negativas, Fourier ressalta que “a religião muçulmana não temperava as desgraças desses tempos”, mas sim que

¹⁷⁰ BRÉGEON, Jean-Joël. *L’Égypte de Bonaparte*, op.cit., pp. 24-25.

¹⁷¹ Os trechos entre aspas são traduções próprias de “(...) esclaves militaires, nés entre la mer Caspienne et la mer Noire” e “(...) le meurtrier du prince était presque toujours son successeur”. FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xviii.

¹⁷² Ibid., Tradução própria de “le meurtrier du prince du prince était presque toujours son successeur. Il y eut autant de révolutions que de règnes. Plusieurs se disputaient le pouvoir, et se l’attribuaient en même temps, dans la Syrie, au Kaire ou dans le Saïd. Quelques chefs de cette anarchie ont gouverné avec éclat. Conquistadors de la Syrie, ils humilièrent l’orgueil des Mogols, repoussèrent les Européens, et portèrent leurs armes victorieuses dans l’Yémen, l’île de Chypre, l’Arménie ; mais on ne remarque, dans tous ces événements, que des traits d’audace, de vengeance, de fourberie, d’ignorance et d’ambition fouguese”.

¹⁷³ Já em 1801 a anarquia era associada à tirania, à desordem e à “invasão da violência”, oposta à paz e à prosperidade, como se observa no relato de viagem do diplomata franco-americano Michel Guillaume Jean de Crèvecoeur, *Voyage dans la Haute Pensylvanie et dans l’état de New-York*. CRÈVECCŒUR, J. de. *Voyage dans la Haute Pensylvanie et dans l’état de New-York*, tome 2. Paris, Maradan, 1801, p. 328.

“fez nascer, nessas almas violentas, alguns sentimentos humanos, e inspirou aos príncipes e aos sujeitos ações louváveis”.¹⁷⁴

Como exposto anteriormente, Fourier entendeu que o islamismo surge como uma ferramenta de governo. Dessa forma, enxergar seus aspectos positivos justo na união entre governante e governado em prol de ações positivas é coerente, mas também ressalta a ambiguidade sobre a qual o texto é construído: era necessário justificar e louvar a expedição e seus resultados com palavras que não causassem atritos na política externa imperial. Era uma tarefa complexa, e sua dubiedade se faz enxergar no decorrer do texto. Fourier ressalta também como a religião deixou de ter a importância que possuía nos séculos anteriores, e passou a ser vista como parte de um todo: ela é um *elemento* importante da civilização, mas não o prioritário. Ela por si só não explica a história violenta das populações árabes; a falta de civilização, sim.

Essa falta de civilização em sua completude também era presente nos otomanos, ainda que não mencionada como tal, por motivos já debatidos. Todos os aspectos que são citados por Fourier e envolvem o governo otomano são acompanhados da violência. O prefaciador não escolhe tratar do império desde suas origens, mas a partir do sultão que iria conquistar o Egito e seria conhecido, para além da violência que marcara sua vida, como o pai de um sultão ainda mais ilustre, Solimão o Magnífico, Selim I, o Cruel. Como já mencionado, Selim teve sua posição de sultão consolidada através do massacre de seus irmãos e sobrinhos.

As páginas xxi e xxii do prefácio são dedicadas a um resumo dos feitos violentos e marcantes desse sultão, que ascende ao trono por meio de uma revolução, mata o pai e os irmãos, e transforma o império em califado através das expansões imperiais na Ásia e principalmente nos domínios mamelucos da Síria e do Egito. Com a região do norte do continente africano, o sultão passa a ser também o líder de toda a religião, poder cujo acesso foi possível graças a um líder que preferiu expandir seus domínios a governar o que já possuía. Essa tarefa ficou para seu filho, que assume em 1520.¹⁷⁵

O período em que Suleiman é governante do Império Otomano é associado a outro de importância ímpar na Europa: a “chegada das Luzes”. Se o célebre sultão foi responsável por fortalecer o Império Otomano de maneira interna, também foi responsável, conseqüentemente, pelo temor que essa reforçada potência causou nas coroas europeias. De acordo com Fourier, até o século XVI as nações europeias penavam para se igualar às da Ásia. A superioridade tão

¹⁷⁴ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xviii. Os trechos são traduções de “ (...) la religion Musulmane ne tempérât les malheurs de ces temps ; elle fit naître, dans ces ames violentes, quelques sentiments humains, et inspira aux princes et aux sujets, des actions louables”.

¹⁷⁵ Ibid., pp. xxi-xxii.

evidente quando da escrita do prefácio, e da qual “resulta o progresso de todas as artes”, ainda não havia sido alcançada. Para além das artes e da civilização, outro dos tópicos abordados no tópico dedicado ao estudo da história a partir da segunda metade do XVIII, a guerra, ganha maior destaque nesse momento de transformação. Nesse período pré-esclarecido, “os usos da guerra eram praticamente os mesmos e igualmente imperfeitos em ambas as partes”¹⁷⁶, e começam a se distinguir por uma simples razão: enquanto o Ocidente era capaz de se aperfeiçoar, o Oriente continuava o mesmo.

As luzes se instalaram na Europa, em outras palavras, porque, a partir do século XVI, um movimento que marca a narrativa histórica do prefácio se intensificou: se antes as diferentes tragédias e erros cometidos pelos europeus serviam também como fonte de aprendizado, o século de Suleiman e Carlos V foi, para o Ocidente, o século dos acertos, do aperfeiçoamento “do governo civil, da tática, do emprego da artilharia, da composição, da manutenção e da condução dos exércitos”¹⁷⁷. O Oriente, por sua vez, teria “ignorado todas as invenções que contribuem para o sucesso da guerra”¹⁷⁸.

Mas isso não significa que a estagnação tenha sido percebida de maneira imediata. No decorrer do processo, os europeus, “pressionados” pelo medo do poderio otomano, tomam novas direções, e, com os ibéricos a frente, iniciam a expansão marítima. E despertam novos desejos:

os portugueses e espanhóis, saídos de seus portos seguindo rotas contrárias, ficaram surpresos ao se encontrarem nas extremidades da Ásia. O desejo de conquistar o comércio do Oriente excitou essas descobertas; e, com efeito, as ricas produções da Índia seguiram um caminho até então desconhecido.¹⁷⁹

A descoberta de novas rotas para a Ásia, e a subsequente instalação ibérica em posições-chave, transformou o comércio na Europa e no Egito. Para a Europa, que dependia das redes venezianas e egípcias, novas formas de alcançar a Ásia teria impulsionado o desenvolvimento das ciências e artes: a impaciência dos ocidentais de tornarem-se ainda mais potentes levou a testes e descobertas novas, como o uso da bússola e de armas de fogo, que evoluíam de maneira veloz e constante. Essa sede de novidades e as descobertas realizadas teriam sido essenciais para encontrar recursos, nas Américas, que contribuíssem com o comércio com o Oriente, e,

¹⁷⁶ Ibid., p. xx. “(...) Les usages de la guerre étaient presque les mêmes et également imparfaits de part et d’autre”.

¹⁷⁷ Ibid., “(...) ont perfectionné le gouvernement civil, la tactique, l’emploi de l’artillerie, la composition, l’entretien et la conduite des armées”.

¹⁷⁸ Ibid., “(...) les Orientaux, au contraire, ont négligé toutes les inventions qui concourent au succès de la guerre”.

¹⁷⁹ Ibid., p. xxiv. “(...) Les Portugais et les Espagnols, sortis de leurs ports en suivant des routes contraires, étaient surpris de se rencontrer à la même extrémité de l’Asie. Le désir de s’emparer du commerce de l’Orient avait excité ces découvertes ; et, en effet, les riches productions des Indes suivirent une voie jusqu’alors inconnue”.

também, para a manutenção da escravidão, ou, nas palavras de Fourier, “disposição dos habitantes da África para a cultura de suas novas possessões”¹⁸⁰.

É válido apontar que, mais uma vez, um tópico caro às discussões em ambos os lados do Atlântico foi minimizado por Fourier. A escravidão, no decorrer de todo o século XVIII, foi muito debatida, com posições que defendiam sua permanência em virtude do comércio ou da falta de humanidade do escravizado, e daqueles que a enxergavam com ojeriza e clamavam pelo seu fim, ainda que de maneira gradual. Decerto a retomada do sistema escravista por Napoleão teria censurado de maneira prévia qualquer menção que fosse crítica a essa decisão, mas o motivo dessa omissão é relacionado à retórica do texto. Como já explorado, as falhas europeias tinham como qualidade a capacidade de fornecer um espaço propício para que os ocidentais não só aprendessem com os erros, mas colhessem algum fruto: o crescente poder papal, por exemplo, foi vital para sua queda e a ascensão de uma Europa que pensasse e agisse no mundo para além das lentes religiosas. A escravidão, por sua vez, não possuía um consenso, o que por sua vez fazia com que qualquer tentativa de a definir encontrasse grandes dificuldades. Não se pode estabelecer se determinada experiência foi negativa ou positiva, e seus subseqüentes ônus e bônus, enquanto a própria experiência não estiver devidamente compreendida. Não é possível afirmar com certeza qual a posição pessoal de Fourier acerca da manutenção do sistema escravista e dos debates por sua abolição. Portanto, explicações mais profundas são inevitavelmente acompanhadas de bases paulatinamente menos sólidas.

Retornemos à narrativa. Para Veneza, que possuía um império comercial informal no Mediterrâneo, e grandes redes com o Oriente, o estabelecimento de Portugal e da Espanha em territórios asiáticos representou sua decadência derradeira, assim como o interrompimento dos vínculos que “ligavam uma multitude de cidades e estados”. Essa decadência levou a alianças pontuais com os otomanos contra a expansão ibérica, como quando da tentativa da conquista de Suez pelos portugueses para a criação de um canal, projeto ambicioso que só seria alcançado com a dominação britânica do Egito, séculos depois.¹⁸¹

A expansão e a descoberta do mundo são acompanhadas pelo estabelecimento das Luzes na Europa, no decorrer do XVI e XVII, e o subseqüente declínio do Oriente. Pela primeira vez as luzes, que antes resplandeciam na Ásia, se instalaram na Europa, onde permaneceriam até o momento da escrita do prefácio. Em outras palavras, a civilização, sinônimo, como lembrou

¹⁸⁰ Ibid., “(...) et disposaient des habitants de l’Afrique pour la culture des possessions nouvelles”.

¹⁸¹ Ibid., pp. xxiv-xxv. “(...) les relations qui unissaient une multitude de villes et d’états, furent bientôt interrompues”.

Starobinski, de luzes, começou a se instalar na Europa.¹⁸² Se os letrados europeus passaram a se ver, com a expansão europeia ao redor do globo e a colonização das Américas, enquanto esclarecidos, detentores das Luzes, *civilizados*, passam a enxergar e a criticar o oriente enquanto inerentemente despótico, entre o século XVII e parte do XVIII, e, na “Era das Revoluções”, enquanto um governo fraco, ineficaz, que se beneficiaria, nas palavras do orientalista armênio Ignatius Mouradgea d’Ohsson, da liderança de um “sultão esclarecido e empreendedor”¹⁸³. A leitura do Oriente (que, na maioria dos textos europeus tinha no Império Otomano seu arquétipo perfeito) enquanto despótico se deve muito às *Lettres Persanes* e *De l’Esprit des Lois* de Montesquieu, publicados, respectivamente, em 1721 e 1748.

O termo, que apareceu pela primeira vez enquanto adjetivo em um dicionário na edição de 1721 do dicionário Treveaux, e já era muito discutido desde o século anterior, é utilizado por Montesquieu para criticar não os orientais, mas sim a França. Para o *philosophe*, o despotismo “era entendido enquanto sistema oriental cuja aparente estabilidade camuflava a servitude que impedia o desenvolvimento social e encorajava a violência arbitrária”, e o déspota oriental “exercia total autoridade sobre todos os seus súditos, independentemente da posição, criando escravos para serem ministros, e reduzindo notáveis proeminentes à escravidão ou, pior, enviando assassinos mudos para estrangulá-los”. Montesquieu acusou o rei de “estimar a política do Oriente” e de “emular o governo dos sultões”. Para ele, o monarca deveria visar a aproximação ao “sistema inglês”, que equilibrava a monarquia com a existência de um parlamento composto por comuns.¹⁸⁴

Para além do despotismo, a discussão da suposta fraqueza oriental frente a potencialidade europeia foi uma das mais recorrentes de todo o século XVIII. O Império Otomano era sempre estudado com um misto de preocupação pelas consequências da instabilidade de sua dissolução e desejo pelos territórios e potencialidades que essa mesma dissolução permitiria acesso. Essas percepções eram encorajadas por relatos de um Oriente Médio, com especial atenção no Egito e na Síria, que estariam prontos para o saque, marcados pela passividade, indolência e decrepitude. Na França, essas narrativas foram alimentadas não apenas por letrados como Volney, mas também pelo conde de Verennes, embaixador francês em Istambul. O mesmo acontecia na Inglaterra, através da circulação dos textos de Paul Rycout,

¹⁸² STAROBINSKI, Jean. *Blessings in Disguise*, op.cit., p. 4-6.

¹⁸³ COLLIER, Ian. *Muslims and Citizens*, op.cit., p. 19.

¹⁸⁴ Ibid., p. 18, tradução própria de “despotism was an ‘oriental’ system whose apparent stability concealed a servitude that stifled social development and encouraged arbitrary violence”, “the oriental despot exercised total authority over all of his subjects, regardless of rank, raising slaves to be ministers, and reducing prominent notables to slavery or, worse, sending mute assassins to strangle them”, e “the French king was reported to ‘esteem the politics of the East’ and to emulate the government of the sultans above all others”.

cavalheiro da Restauração e veterano da Companhia do Levante. Muito do subsequente discurso sobre o “despotismo otomano” da primeira metade do século deve a esses textos.¹⁸⁵

A segunda metade do século, que marcaria o início da chamada Era das Revoluções, assiste a discussão sobre a existência do despotismo otomano abrir espaço para outras questões, vinculadas às interconexões atlânticas e, de modo crescente, globais. Após a vitória das 13 Colônias e a formação dos Estados Unidos da América, discussões sobre o lugar de minorias étnico-religiosas ganham a ordem do dia na terra dos *philosophes*. Os novos aliados do monarca francês, protestantes, passam a insistir que a França mude sua posição acerca dos protestantes franceses, apenas tolerados, o que, por sua vez, abre espaço a outras minorias, como os judeus e os muçulmanos. Esses últimos possuíam uma grande presença no imaginário francês da segunda metade do XVIII, sendo assunto de notícias, referência positiva de masculinidade, parte de grupos maçônicos, assim como usufruidores de “direitos” alcançados graças aos acordos entre os monarcas franceses e a Porta Otomana.¹⁸⁶

Essa mudança, também profundamente vinculada à existência dos mencionados acordos entre ambas as potências do mediterrâneo, leva a um reposicionamento do termo despotismo, que passa a ser utilizado, nas discussões envolvendo o Egito otomano, de maneira a caracterizar o governo dos mamelucos, e não mais a figura do sultão. Na medida em que o governo despótico fosse substituído por um esclarecido, como já abordado, a terra poderia fornecer todas as benesses em sua máxima potencialidade. Embora Fourier não faça referências diretas ao governo otomano no século XVIII para além de sua incapacidade de fazer frente aos revoltosos *beys* enquanto dirigia seus esforços à guerra contra a Rússia de Catarina II, seu “atraso” frente ao poderio francês é indiretamente citado quando, dentre as vantagens em prol do esforço da expedição (mais bem exploradas no capítulo seguinte), destaca que “a corte Otomana obterá conselhos úteis na coleção publicada hoje. Ela poderá recorrer às artes do Ocidente (...) e realizar assim os votos formados pela França”¹⁸⁷.

Essa percepção de que os otomanos poderiam (e *deveriam*) empregar o conhecimento ocidental a benefício próprio se deve em grande parte a uma concepção enganosa devida em grande parte à interpretação do Barão de Tott, espião e cônsul francês que, em sua passagem

¹⁸⁵ AKSAN, Virginia. Breaking the Spell of the Baron de Tott: Reframing the Question of Military Reform in the Ottoman Empire, 1760-1830. *The International History Review*, Vol. 24, n. 2, jun/2002, pp. 255-256.

¹⁸⁶ Sobre a questão dos direitos, é válido frisar que os otomanos e franceses não possuíam esses direitos, eles eram *consequência* dos acordos entre o rei e o sultão, e, por isso, existiam tão somente enquanto esses acordos estivessem em vigência. COLLIER, Ian. *Muslims and Citizens*, op.cit., pp. 15-23.

¹⁸⁷ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xxxvii. O trecho é uma tradução própria de “(...) la cour Ottomane puisera des conseils utiles dans la collection qu’on publie aujourd’hui. Elle pourra recourir aux arts de l’Occident (...) et réaliser ainsi les vœux que la France avait formés”.

pelo império (1767-1775; 1777-1778), aconselhou o sultão em questões militares: seu objetivo oficial era o de inspecionar os postos comerciais franceses, enquanto sua real missão era estimular que os otomanos entrassem em guerra contra a Rússia pela Polônia. Em suas memórias, publicadas entre 1784 e 1785, trata do período em que os otomanos pediram que ele os treinasse em artilharia. O barão descreve os oficiais enquanto estúpidos e cobiçoso, e os otomanos, de maneira geral, enquanto fanáticos detentores de equipamentos militares de má-qualidade e quase incapazes de se modernizar. Essa visão preconceituosa, adotada por muitos de seus pares, entre eles Voltaire, também alimentou parte da historiografia do tema. É o que argumenta a historiadora Virginia Aksan, que em um artigo dedicado ao tema e publicado em 2002, relembra que a visão ocidental não era (e muito menos é) a única possível e correta.¹⁸⁸

De fato, a máquina militar otomana colapsou após 1740, e as crises internas e externas, em especial os conflitos contra os russos, limitaram o orçamento que o sultão teria para investir na modernização de seus exércitos. Foi o caso de Selim III, que ascendeu ao trono no fatídico ano de 1789 com os cofres vazios. Mas, como Aksan argumenta, apenas no final do século esse questionamento do atraso otomano frente a uma superioridade tecnológica e militar ocidental passa a ser válido, tendo em vista seus laços com a Ásia e as outras válidas possibilidades resultantes dessas relações. Os estereótipos contemporâneos sobre a fraqueza otomana em grande parte do XVIII não advém de bases sólidas, argumenta, mas sim da falta de pesquisa arquivística. Sem o conhecimento documental, a historiografia teria se fiado em demasia do relato de Tott, repleto de mentiras e exageros propositados, como sua explicação sobre a disciplina otomana, que sofria com a falta de pagamentos rotineiros e de punições, “necessárias para inspirar o senso de honra, sem o qual nenhum soldado deve ficar sem, embora a palavra seja desconhecida na linguagem turca”: honra possuía duas palavras de uso frequente no turco do século XVIII, *Şeref* e *Namus*.¹⁸⁹

Mais significativa ainda é a admiração, por parte de um marechal do exército russo A. V. Suvorov, dos canhoes turcos abandonados durante a fuga otomana da última batalha da guerra, em Kozluca, no mês de julho de 1774. Tott narra com desgosto que esses canhoes teriam sido deixados pelos otomanos na base de suprimentos em Verna, e atribui esse desuso a aversão

¹⁸⁸ AKSAN, Virginia. *Breaking the Spell of the Baron de Tott: Reframing the Question of Military Reform in the Ottoman Empire*, op.cit., pp. 260-262.

¹⁸⁹ TOTT *apud* AKSAN, Virginia. *Breaking the Spell of the Baron de Tott: Reframing the Question of Military Reform in the Ottoman Empire*, op.cit., p. 266. Tradução própria de “inspired a sense of honour, which no soldier ought to be without, even though the word is unknown to the Turkish language”.

à adoção de tecnologias criadas por infiéis. As notícias chegaram a fazer parte do *Annual Register*.¹⁹⁰

Esse preconceito, combustível para os trabalhos orientalistas publicados a partir da segunda metade do século XVIII, também é explicável pelo que Bayly discute enquanto “uniformização do mundo” no seu célebre livro *The Birth of the Modern World* (2004). Para ele, o mundo moderno, que começa a ganhar corpo a partir de 1780, passa por um longo processo de uniformização, que mantém particularidades micro, enquanto estabelece bases, obviamente vinculadas à ontologia ocidental, para as gramáticas, os gostos, a comunicação, o tempo, dentre muitos outros.¹⁹¹ Essa imposição etnocêntrica do caminho ocidental enquanto o melhor, e não raramente como o único possível, cegou e continua a cegar aquele que volta os seus estudos para o passado priorizando os relatos produzidos e discutidos na Europa Ocidental (em especial França, Alemanha e Inglaterra) em detrimento de documentações dos locais supostamente estudados.

E foi um preconceito que fez parte da visão de mundo de Fourier e pode ser observado, como apenas demonstrado, no *préface*. Essa decadência, tratada no decorrer do presente capítulo, é explicada na primeira parte do texto através da histórica decadência do Oriente e a passagem das luzes para o Ocidente, e na segunda apenas mencionada de maneira indireta ao se refletir sobre os ganhos que a prolongada presença francesa na região poderia proporcionar à Porta Otomana.

A segunda metade da fonte analisada nesta dissertação trata não mais de uma perspectiva histórica, ainda que ele narre de maneira breve a expedição e o início da ocupação francesa, mas sim das possibilidades que um governo francês traria ao Egito e a si próprio, das vantagens que a ocupação forneceu e continuaria a fornecer a todos os envolvidos, e, nas páginas finais, um argumento muito interessante e pouco explorado pela produção acadêmica: a proposta de expedições similares para outras regiões cobiçadas e pouco conhecida pelos franceses. É sobre essa discussão que o próximo e último capítulo dessa dissertação irá se debruçar.

¹⁹⁰ Ibid., p. 267.

¹⁹¹ BAYLY, C. A. *The Birth of the modern world, 1780-1914: global connections and comparisons*. Malden/Oxford/Carlton, Blackwell Publishing, 2004. pp. 13-21.

CAPÍTULO 3 – DEFENDER A EXPEDIÇÃO

Existe uma razão simples e até mesmo convincente para explicar o número de páginas do prefácio (49!) dedicadas a não só justificar como também defender a expedição: o objetivo não seria introduzir apenas o pretense leitor à uma narrativa histórica do Egito, mas utilizar dessa narrativa enquanto ferramenta que apresentasse a necessidade da expedição, e o porquê da sua importância. É um recurso narrativo que poderia se explicar sem a necessidade de maiores intervenções. Porém, o presente capítulo aspira argumentar, de maneira similar aos anteriores, que existem outras possibilidades não apenas interessantes, como convincentes.

No ano de 1969, Quentin Skinner conseguiu que o seu artigo, após uma série de recusas de diferentes revistas, fosse publicado na hoje (ainda mais) prestigiosa *History & Theory*. Intitulado *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, o artigo era uma tentativa de intervir nos estudos da chamada “história das ideias” ao apontar os erros cometidos por outros historiadores e filósofos enquanto visava a fornecer uma solução: o estudo do contexto linguístico, de modo a, em perspectiva collingwoodiana, compreender o pensamento enquanto ação. De maneira resumida, Skinner argumentou que, para se entender o objeto de estudo, era necessário entender as filiações linguísticas que ele estabelecia em seu próprio tempo, e para isso era necessário compreender a intenção que motivou a produção da documentação estudada. Esse artigo, que foi reeditado várias vezes no decorrer dos anos, fez o nome de Skinner tanto em Cambridge quanto no vasto mundo anglo-saxão, e não só foi como continua a ser objeto de acalorados debates e discussões.¹⁹² Caso fosse necessário analisar se, e da maneira mais simplificada possível, a tentativa de entender Fourier em seu diálogo foi feita no decorrer desta dissertação, esse seria o capítulo que mais se aproximaria do sucesso nessa empreitada.

Ao buscar os diálogos que Fourier estabelecia, não apenas a sua provável intenção¹⁹³ enquanto autor torna-se mais clara, assim como possíveis diálogos entre o seu texto e discussões de alguma forma relacionadas à expedição e a interesses mais pessoais. Argumentar-se-á no decorrer das páginas a seguir que esse contexto é alcançável por meio de dois momentos dessa segunda metade do prefácio, de maneira mais específica (i) a defesa da expedição e, nas páginas

¹⁹² A versão do artigo que compôs o livro *Visions of Politics* foi traduzido ao português no ano de 2017, e publicado na revista *Tempo & Argumento* com o título *Significado e interpretação na História das Ideias*. Ver SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinicius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, pp. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, pp. 57-89.

¹⁹³ Uma ideia muito criticada, a intenção aqui não é vista enquanto algo determinável, afinal apenas Fourier saberia qual era seu objetivo ao escrever o prefácio (caso de fato tivesse), e sim, através do contexto exposto nas páginas seguintes, entender a quem ou a o que ele poderia estar respondendo, o porquê dessa resposta, e o argumento que a embasa.

finais, (ii) a argumentação em prol de um *futuro que não foi*, mas *poderia* (nos dois sentidos do termo) ser.

3.1. Crítica e defesa da expedição

Se a primeira parte do prefácio foi dedicada a criação de uma narrativa da história do Egito e vinculá-la à história da expansão europeia, a partir da trigésima página, o objetivo passa a ser, através da listagem das propriedades egípcias, defender a expedição.¹⁹⁴ A extrema fertilidade do solo é o primeiro elemento abordado. Embora seja um novo assunto, o argumento se mantém, já que a produção existente não se devia à habilidade dos então soberanos da terra em cultivar e manejar o solo, mas sim à fertilidade existente *apesar* deles:

“(…) Por isso os habitantes *não sabem* como usar as liberalidades da natureza, e empregam toda a sua indústria para se deleitar mutuamente. Obtemos a estas desordens uma distribuição regular das águas, o que aumentaria a extensão e a fertilidade das terras cultiváveis. *Seria fácil regar os lugares mais elevados*, fazendo do trabalho dos animais, uma melhor aplicação, ou mesmo sem empregar esse trabalho; seria possível fazê-lo desviando as águas superiores, ou emprestando as forças mecânicas que resultam dos ventos, ou da própria corrente do rio.”¹⁹⁵

Os “superiores” conhecimentos técnicos dos franceses tornariam o manejo do rio Nilo no que condiz ao cultivo uma tarefa de fácil executabilidade, diferenciando-se dos habitantes locais que, frente à impossibilidade de realizar tais alterações, dedicavam-se a tarefas que tinham por objetivo último o deleite individual e coletivo. Dois elementos da argumentação dele tornam-se ainda mais claros já nesse pequeno trecho apenas citado. O primeiro diz respeito à (não) validação do conhecimento local, enquanto o segundo trata, junto ao parágrafo que o sucede, dos benefícios que a administração francesa traria não apenas aos habitantes locais, que pouco importam nesse momento da argumentação, como também, e principalmente, à Europa.

O conhecimento local foi desprezado no decorrer de toda a expedição e dos anos que a sucederam. Se trechos espalhados por toda a documentação como o apenas exposto não são suficientes, um exemplo dado por Juan Cole completa o argumento. Após a conquista do Cairo, que sinalizou o domínio de fato do Egito, os franceses passaram a adotar certos hábitos sociais visando receber maior respeito da população dominada. A limpeza corporal e a barba enquanto

¹⁹⁴ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xxx.

¹⁹⁵ Ibid., p. xxxi. Tradução de “Ainsi les habitans ne savent point user des libéralités de la nature, et emploient toute leur industrie pour se les ravir mutuellement. On obvieroit à ces désordres par une distribution plus régulière des eaux; ce qui augmenterait à-la-fois l’étendue et la fertilité des terres cultivables. Il serait facile d’arroser les lieux plus élevés, en faisant, du travail des animaux, une meilleure application, ou même sans employer ce travail; on y parviendrait en dérivant les eaux supérieures, ou en empruntant les forces mécaniques qui résultent des vents, ou du courant même du fleuve”, grifagem própria.

símbolo de maturidade foram as características mais observadas, e por isso não deixava de ser usual da parte dos conquistadores a manutenção de, ao menos, um bigode.¹⁹⁶

Mas se características culturais foram observadas e, de determinadas maneiras, adotadas, o mesmo não se deu quando consideraram a administração da capital. A cidade do Cairo possuía portões que contribuíam para a segurança dos diferentes distritos, assim como um considerável número de cachorros que, embora alimentados e cuidados pela população, viviam nas ruas, e os seus latidos auxiliavam os habitantes a saber, por exemplo, se corriam perigo. Uma das primeiras decisões do *Diwan*¹⁹⁷, do qual Fourier também participou, foi a derrubada desses muros, o que permitiu a livre circulação de ladrões (os portões eram uma garantia de segurança tão eficaz que os egípcios não possuíam tranas nas portas) e, ao perceberem que os cachorros impediam a livre circulação dos invasores, um grande massacre ocorreu, o que, além do aumento da insegurança, também colocou a população em risco, afinal carcaças de animais são vetores potentes para doenças e pragas, que poderiam afetar tanto a população quanto as tropas francesas.¹⁹⁸

A ironia é mordaz: a não validação do conhecimento e das vivências locais foi tão prejudicial tanto a eles quanto aos habitantes da região. O Egito visto pelos franceses foi construído, afinal, por todos os preconceitos e conhecimentos dúbios que encontravam a sua origem em tudo que não fosse egípcio. As numerosas pesquisas realizadas no decorrer da expedição, algumas que contaram até mesmo com a participação de Fourier — que demonstrou um grande apreço pelo estudo do zodíaco egípcio antigo¹⁹⁹ —, embasavam-se em conhecimentos sobretudo europeus, que consideravam outras formas de conhecer o mundo enquanto atrasadas, bárbaras ou mesmo inexistentes.

É essa, aliás, a maior contribuição de Said: ao refletir sobre a relação entre conhecimento e imperialismo, ressaltou que a construção de conhecimento ocidental sobre outras regiões do globo possibilitou e legitimou a violenta expansão imperialista: a história do Egito enquanto a história de uma decadência cultural, e de uma região habitada por populações barbarizadas, auxiliou a justificar a manutenção da violenta ocupação britânica da região, afinal os egípcios seriam incapazes de decidir o que seria melhor para seu destino por conta própria.²⁰⁰

¹⁹⁶ COLE, Juan. *Napoleon's Egypt*, op.cit., p. 70.

¹⁹⁷ O *Diwan* foi um conselho que deveria administrar o Egito, criado por Bonaparte após a conquista da cidade do Cairo. Era composto por membros da Academia Francesa, pelos expedicionários e pelos membros da elite econômica e religiosa egípcia. Para mais informações, ver COLE, Juan. *Napoleon's Egypt*. op. cit.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.79.

¹⁹⁹ CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon*, op.cit., pp. 60-69.

²⁰⁰ SAID, Edward W. *Orientalism*, op.cit., pp. 31-48.

Um estudo similar de Dipesh Chakrabarty contribui para a reflexão ao explorar a construção do conhecimento histórico através da historicização do não-ocidental. Para ele, o que era e deixava de ser política na escrita dos historiadores passava por categorias ocidentais que relegavam características locais a posições inferiores, marcadas pelo “não ainda”: o uso do historicismo que teria levado Hobsbawm a afirmar, por exemplo, que os “camponeses” indianos eram, antes da chegada do capitalismo à região, “populações pré-políticas” que não possuíam uma linguagem própria para se expressarem.²⁰¹

Em outras palavras, por meio da acusação de Chakrabarty pode-se argumentar que os historiadores contemporâneos carregam semelhanças com o texto de Fourier, afinal a construção de suas narrativas históricas se baseia em estruturas responsáveis por cancelar a validade do conhecimento na realidade do *outro* em estudo, por vezes estabelecendo regras ou delimitações que negam não apenas a mencionada validade, mas a possibilidade de compreensão da realidade como percebida pelo não-ocidental.

Essa é uma discussão que interessa ao campo compreendido enquanto “ciências humanas”, e que possui um infindável número de referências e maneiras de iniciá-la. Nos estudos históricos e antropológicos, essa cosmovisão ocidental costuma ser tratada por meio de conceitos como “historicismo”, “eurocentrismo” e suas infindáveis variações. Fruto da modernidade e do período temporal no qual Koselleck enxergou a ascensão da História através de sua temporalização, que transformou a *Historie* em *Geschichte*,²⁰² esse historicismo faz parte da “cosmovisão ocidental”, à qual muitas vezes é referida através do conceito de “eurocentrismo”. Em sua polêmica reflexão sobre o eurocentrismo, Amir Samin coloca no capitalismo a sua expressão máxima, que poderia ser superado pelos utópicos esforços dos estudos marxistas posteriores (mas ainda sim herdeiros) de Marx.²⁰³

O antropólogo Marshall Sahlins também contribuiu para a discussão em seu breve panfleto dedicado à ilusão da natureza humana ocidental.²⁰⁴ Para ele, a crença em uma natureza humana universal proposta pela “civilização ocidental” é uma ilusão fruto de características culturais:

Alheios à história e à diversidade cultural, estes entusiastas do egoísmo evolucionista não conseguem reconhecer o sujeito burguês clássico no seu

²⁰¹ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2000, pp. 11-16.

²⁰² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, pp. 21-23.

²⁰³ AMIN, Samir. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo, Lavrapalavra, 2021, pp. 122-123.

²⁰⁴ SAHLINS, Marshall. *The Western Illusion of Human Nature: With Reflections on the Long History of Hierarchy, Equality, and the Sublimation of Anarchy in the West, and Comparative Notes on Other Conceptions of the Human Condition*. Chicago, Pricly Paradigm Press, 2008.

retrato da chamada natureza humana. Ou então celebram o seu etnocentrismo tomando algumas das nossas práticas habituais como prova das suas teorias universais do comportamento humano.²⁰⁵

Ainda que a criação dessa régua que permite a determinadas sociedades mesurar todas as outras por meio do que convencionaram enquanto medidas não seja uma exclusividade europeia, foram essas as mesmas medidas que edifica(ra)m o globo. O que une estes e outros vários intelectuais, apesar de todas as diferenças, é a compreensão dessa cosmovisão enquanto uma força pervasiva que nega outras formas de compreender o mundo que se diferenciem do crivo das suas próprias definições, representadas por instituições e outros meios de se conferir legitimidade. A cosmovisão francesa quando da expedição se explica do mesmo modo. Ainda escrevendo sobre plantações e a fecundidade da terra, Fourier propõe uma analogia também útil à discussão esboçada nas páginas anteriores:

As plantas verdadeiramente autóctones são em número reduzido; mas essa terra fecunda, cuja temperatura suave varia em número desde o mar até os limites da Núbia, pode ser considerada um vasto jardim, para receber e conservar as mais ricas produções do universo.²⁰⁶

Um argumento voltado à persuasão que também pode ser utilizado enquanto analogia ao eurocentrismo por ele expressado: as plantas verdadeiramente egípcias (simbolizando, dentre muitos outros elementos, o conhecimento) são poucas a ponto de fornecer aos franceses um vasto jardim capaz de fazer crescer tudo o que *eles* ali plantassem. É, em última escala, um campo fértil não às ambições egípcias, e nem mesmo a seu benefício, mas sim às ambições e aos desejos dos franceses.

A defesa da expedição se concentra majoritariamente nas possibilidades que a ocupação francesa da região e o sucesso progressivo dos seus esforços proporcionariam. Um projeto muito cobiçado, o canal que ligaria o golfo arábico ao mediterrâneo poderia ser construído, afinal “seria fácil aos engenheiros europeus estabelecer e conservar essa comunicação [entre ambos os mares]”²⁰⁷. O comércio com o Oriente seria facilitado, em especial com a Índia, fornecedora de metais preciosos. Trata-se de um não dito, mas evidente motivo da importância desse contato facilitado entre a França e a Ásia.

²⁰⁵ Ibid., p. 2. Tradução própria de: “Oblivious to history and cultural diversity, these enthusiasts of evolutionary egoism fail to recognize the classic bourgeois subject in their portrait of so-called human nature. Or else they celebrate their ethnocentrism by taking certain of our customary practices as proof of their universal theories of human behavior.”

²⁰⁶ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xxxi. Tradução própria de “Les plantes vraiment indigènes sont en petit nombre ; mais cette terre féconde, dont la douce température varie par degrés depuis la mer jusqu’aux limites de la Nubie, peut être considérée comme un vaste jardin, propre à recevoir et à conserver les plus riches productions de l’univers.”

²⁰⁷ Ibid., p. xxxiii.

O Egito também se tornaria, com a administração francesa e otomana, um forte de difícil dominação. Essa administração conjunta, aliás, é parte da retórica expedicionária francesa que justificava a expedição aos otomanos e aos habitantes do Egito não enquanto uma invasão, mas sim enquanto uma resposta aos tirânicos *beys*. Desse modo, dizia-se que a região continuaria a ser reconhecida enquanto parte do Império Otomano, mas usufruiria da estabilidade e de todas as potencialidades que o conhecimento francês teria o poder de fornecer. Em outras palavras, era um grande eufemismo para as relações internacionais entre ambos os impérios que visava amenizar a agressão francesa e outro elemento óbvio: o Egito só não seria propriedade francesa no nome.

Esses argumentos possuíam um motivo de existir. Para além do já explorado nos capítulos anteriores, pode-se argumentar com justiça que era uma argumentação necessária para expor ao leitor a “necessidade” da expedição, e o porquê da sua importância. A análise historiográfica contemporânea nota, com certa justiça, que uma determinada linha argumentativa que afirma ou nega algo, normalmente o faz em resposta a uma discussão sobre aquilo que se afirma. O pesquisador que afirma que *A* não é *B* muito provavelmente o fez devido ao descontentamento de ver os seus pares (ou indivíduos de outros públicos) afirmarem o oposto. As páginas seguintes propõem-se a argumentar que a lógica simples apenas apresentada pode ser aplicada na análise do *préface historique* com embasamento.

3.2. Guillemeau e sua memória sobre o Egito e sobre a Guiana

Os anos posteriores à expedição ao Egito e seu fracasso assistiram a discussões sobre a sua pertinência e, em maior escala, sobre quais deveriam ser os futuros projetos imperialistas franceses. Essas discussões certamente foram acompanhadas por Fourier, e são aqui representadas por uma *Mémoire* do médico militar Jean-Jacques Daniel Guillemeau, originalmente apresentada à *Société des sciences et arts du département des Deux-Sèvres* na data de 29 vendemiário do ano X (22 de outubro de 1803) e intitulada *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*.²⁰⁸

O pouco que se sabe sobre a vida de Guillemeau se encontra disponível no vigésimo segundo tomo da *Nouvelle biographie universelle*, que informa o seu local de nascimento e morte (nasceu em Niort, no ano de 1736, e morreu na mesma cidade, em 1823), as suas origens familiares — os seus antepassados foram médicos como ele —, e seus escritos, dentre os quais a memória aqui analisada. Guillemeau viajou entre Inglaterra e Itália, e, após completar a sua

²⁰⁸ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*. Société des sciences et arts du département des Deux-Sèvres, 1803.

educação na “arte da medicina”, foi médico nos exércitos até decidir retornar a Niort e exercer ali a sua profissão. Tornou-se prefeito da cidade no ano de 1793, em virtude das suas ideias liberais, e teria mostrado elevadas doses de patriotismo durante as chamadas guerras da Vendéia. Guillemeau fundou a *Athénée de Niort*, da qual foi diretor por anos, e legou à cidade sua biblioteca, que continha mais de três mil volumes. A biografia curiosamente opina sobre as últimas produções da sua vida, considerando-as medíocres ou mesmo bizarras, e indiretamente relacionando tais produções à sua elevada idade: “(...) *Mémoire sur les chats* [Memória sobre os gatos], que o autor propõe seriamente de substituir por serpentes; e algumas outras produções muito medíocres e por vezes bizarras, que escreveu quando era octogenário”.²⁰⁹

A memória sobre o Egito e sobre a Guiana, contendo apenas 25 páginas, apresenta um argumento relativamente simples: o futuro das pretensões imperialistas francesas estaria não no antigo e misterioso mundo, mas sim numa nova forma de se administrar e colonizar o território francês da América do Sul, a Guiana. Para embasar a sua proposta, Guillemeau realizou um duplo movimento: tratou inicialmente da experiência francesa no Egito, explorando o que enxergou enquanto argumentos a favor da expedição que não possuíam grande relevância no mundo em que escrevia; e apontou os motivos pelos quais a colonização francesa da Guiana fracassou, mas poderia, numa nova tentativa, gerar frutos. É interessante observar, aliás, que, embora realizem argumentos contrastantes, Guillemeau pensa de maneira similar a Fourier (tópico a ser tratado na segunda parte do presente capítulo): para ele, o empreendimento mais frutífero para a França está no anteriormente mencionado plano da possibilidade, do que “não foi, mas pode vir a ser”.

Se esse futuro está na Guiana e na possibilidade que pode vir a se concretizar, o Egito representa o velho mundo e a possibilidade que *não deve vir a ser*. É o *esforço* a ser evitado. O esforço, aqui, não é utilizado de maneira genérica. Após a excitação da conquista do Egito, e da lástima da sua perda, a sobriedade faz-se necessária para uma análise mais precisa não somente dos anos de ocupação da região, mas também da validade dos argumentos lançados a favor da expedição frente às experiências dos anos em que ocorreu. As vantagens comerciais e civilizatórias, fulcrais tanto para a defesa da expedição no decorrer do século XVIII quanto para o próprio Fourier, são centrais para o argumento de Guillemeau. Para ele, nenhuma possível

²⁰⁹ HOEFER, M. (Jean Chrétien Ferdinand) (ed.). *Nouvelle biographie universelle*, depuis les temps le plus reculés jusqu'à nos jours, avec les renseignements bibliographiques et l'indication des sources a consulter. Paris, Firmin-Didot Frères, 1852, p. 711. O nome de quem escreveu o breve trecho biográfico encontra-se resumido pelas L-Z-E, e os editores não consideraram incluir uma lista com o nome de todos os colaboradores em nenhum dos quarenta e cinco volumes que compõe a coleção. O trecho citado é uma tradução de “(...) *Mémoire sur les chats*, que l'auteur propose gravement de remplacer par des serpens ; et quelques autres productions fort médiocres et parfois bizarres , qu'il écrivit lorsqu'il était octogénaire”.

vantagem alcançada valeria o esforço francês de preservar o domínio do Egito, a começar pela civilização. O Egito, segundo ele, lucrou mais com o domínio francês do que o inverso. Já na primeira página, Guillemeau disse que o novo método de administração e de recolha de impostos só teriam gerado consequências positivas aos egípcios.²¹⁰

Essa maneira de lidar com os impostos teria funcionado, a propósito, livre de quaisquer esquemas de corrupção: “são esses impostos, junto do comércio de alguns objetos retirados do país, que foram destinados a fazer frente às despesas do Governo. Quase nada disso teria sido levado para o tesouro da República”²¹¹. Essa afirmação revela, para além do descontentamento do autor com o segundo maior fator da sua crítica em relação ao Egito e, de maneira mais ampla, o “velho mundo”, a percepção de que nem mesmo os impostos recolhidos se mostraram uma fonte de lucro para a França.

Esses impostos eram muito enriquecidos pelas “contribuições” das esposas dos líderes revoltosos que, abandonadas no Cairo, se viam forçadas a pagar as quantias exponencialmente abusivas impostas pelos franceses, e financiavam a continuidade da expedição. O lucro dos comerciantes, em especial os de café, também compôs a suma dos impostos.²¹²

Mas a ideia de uma possível regeneração civilizatória do Egito impulsionada pela presença francesa é apresentada por Guillemeau como uma ilusão. Nenhuma quantidade de impostos bem-administrados ou investimento do esforço francês na região e nos seus habitantes seria suficiente: os povo egípcio teria sido, no decorrer de vários séculos, “moldado pelo despotismo, superstição e ignorância”²¹³. Se a região foi algum dia o ápice da civilização, essa afirmação deixou de ser verdadeira onze séculos antes, e, após tanto tempo sob o jugo de todos os males citados, a tarefa de alcançá-los era hercúlea.

Ainda que a impossibilidade da ambição civilizatória fosse aceita, as vantagens comerciais não são para Guillemeau, convincentes a longo prazo. Para ele, a expansão marítima e todas as técnicas dela oriundas tornava o deslocamento entre grandes distâncias um fardo menor em comparação a séculos anteriores, e por si só desbancaria a centralidade do Egito no comércio com a Índia. Junto ao nível de complexidade próprio das relações comerciais e os

²¹⁰ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit., p. 6. De acordo com Guillemeau, “tout le monde s'est déjà aperçu des suites les plus heureuses pour les Egyptiens qu'a eue la nouvelle méthode de rendre la justice et de lever les contributions”.

²¹¹ Ibid. p. 9. A citação é uma tradução de “Ce sont ces impôts, avec le commerce de quelques objets tirés du pays, qui étaient destinés à faire face aux dépenses du Gouvernement. Il n'en eût presque été rien apporté dans le trésor de la République.”

²¹² COLE, Juan. *Napoleon's Egypt*, op.cit., pp. 79-83.

²¹³ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit., p. 6. A citação é uma tradução adaptada de “Le peuple de l'Égypte ayant, pour ainsi dire, été coulé dans le moule du despotisme, de la superstition et de l'ignorance”.

seus meios — manutenção de canais, tribunais, duanas —, que agregavam o imprevisto, no caso manifestados em atrasos lastimáveis ou em maiores intervalos de tempo para a mercadoria ser entregue, os argumentos da vantagem egípcia se enfraqueciam significativamente. Se era possível realizar trocas comerciais com as Índias em uma mesma intensidade, e sem todos os custos que envolveriam a rota até o Egito, a proteção das mercadorias contra os “árabes” no norte africano, o trajeto pelo Mediterrâneo e todos os processos que ocorreriam quando enfim chegassem aos portos europeus, a alternativa que reduzia todos esses custos era claramente a melhor. E essa suposta obviedade ainda lhe era motivo de reavaliar a maneira dos antigos de lidar com o comércio, descrita com “pompa” injustificada.²¹⁴

A manutenção do Egito enquanto possessão francesa também é outro fator tratado com descrença por Guillemeau, que reconheceu nos diferentes atores internacionais e regionais que circundavam o Egito uma grave ameaça à possessão. Os russos, que adotaram medidas expansionistas na direção do Império Otomano no decorrer de todo o século XVIII, poderiam decidir lançar uma campanha contra o Egito através do rio Volga e do mar Cáspio. Os ingleses poderiam decidir investir em uma expedição própria. Os otomanos (aqui tratados enquanto turcos) poderiam ter um governo mais poderoso que conseguisse estabelecer um poderoso comércio interno e através do golfo pérsico, prejudicando a potência egípcia. E, mesmo com todos os departamentos próximos do mediterrâneo, o comércio entre a Índia e o Egito apresentaria desafios maiores que as resoluções possibilitadas pelo alcance francês, e assim o comércio seria arruinado.²¹⁵

A provável ruína comercial se tornaria mais amarga ao se comparar o estado das relações entre França e os otomanos antes e depois da expedição: “(...) a França fazia um comércio muito considerável com os turcos. Reconheceu-se que a balança a favor da França se elevava então, por ano, a cerca de 35 milhões”²¹⁶. Desse modo, era mais lucrativo buscar reestabelecer boas relações com os ofendidos otomanos, e expandir relações com os russos e a Pérsia, que insistir na manutenção de posses comerciais na região, afinal, os franceses chegariam à Índia, e com menos percalços. Essa não é uma defesa de relações não imperialistas, mas uma defesa do não investimento no “velho mundo”. O Egito é aqui um exemplo prático que representaria o resultado de empreitadas similares na África, na Ásia, e mesmo na Europa. A solução,

²¹⁴ Ibid., pp. 10-12.

²¹⁵ Ibid., p. 14.

²¹⁶ Ibid., pp. 14-15. A citação é uma tradução própria de “(...) la France faisait avec les Turcs un commerce très-considérable. On a reconnu que la balance, en faveur de la France, s'élevait alors, par année, à près de 35 millions”.

portanto, pode apenas encontrar-se na sua antítese; afinal, se o velho se revela impossibilitado de trazer os resultados desejados, cabe ao novo assumir essa tarefa:

[O Egito] é moldado apenas para eclodir, e não pode crescer mais alto. Mas, na *colônia europeia*, os homens que a França enviar, nunca tendo usado ferros, serão susceptíveis de todas as ideias liberais. São estes homens que merecerão todos os cuidados do Governo.²¹⁷

A mencionada “colônia europeia” é parte do “novo mundo”, e tem uma localização específica: a possessão francesa no norte do continente da América do Sul. Em outras palavras, se o Egito representaria por excelência todas as (im)possibilidades do “Velho” Mundo, a Guiana assumiria igual posição junto ao Novo, mas com maiores vantagens. A primeira se trata da extensão territorial, que, embora limitada, poderia ser reconfigurada com maior facilidade, afinal o Tratado de Madrid não era relacionado à França, mas sim às possessões portuguesas e espanholas no continente. Para além desse argumento tacanho, outra grande vantagem apresentada se concentra nas potencialidades apresentadas pela “rica e magnífica propriedade” possuída por uma “nação ativa e industriosa como a francesa”²¹⁸: “Ela poderia reunir todas as principais produções da África, da Ásia e da América, açúcar, cacau, café, dente de alho, canela, índigo, algodão, etc.”²¹⁹

Território francês desde 1635, a Guiana foi palco de várias tentativas fracassadas de intensificar a colonização. O mais famoso e miserável fracasso se deu no século XVIII, mais especificamente no ano de 1763, sob o comando do cavaleiro Étienne-François Turgot, irmão mais velho do futuro ministro-geral das Finanças do rei Luís XVI, Anne-Robert Jacques Turgot. Imediatamente após a Guerra dos Sete Anos, no começo do já mencionado ano de 1763, Turgot foi escolhido pelo duque de Choiseul, então ministro da marinha e das colônias, para ser o governador militar da Guiana e líder da expedição de Kourou. Kourou, aliás, era o nome dado pelos franceses a um dos quatro grandes rios da “França equinocial”.²²⁰

²¹⁷ Ibid., p. 16. A citação é uma tradução, com adaptações, de “Il n'est façonné que pour l'eclavage, et ne peut prendre un essor plus élevé. Mais dans, la colonie européenne, les hommes que la France y enverra, n'ayant jamais porté de fers, seront susceptibles de toutes les idées libérales. Ce sont ces hommes qui mériteront tous les soins du Gouvernement”, grifo próprio.

²¹⁸ Ibid., p. 17. A citação é uma tradução, com adaptações, de “(...) quelle riche et magnifique propriété pour une nation si active et industrieuse comme la française”.

²¹⁹ Ibid. A citação é uma tradução própria de “Elle y pourrait réunir toutes les principales productions de l'Afrique, de l'Asie et de l'Amérique, sucre, cacao, café, géofle, cannelle, indigo, coton, etc.”.

²²⁰ ROTSCILD, Emma. A Horrible Tragedy in the French Atlantic. *Past & Present*, Oxford University Press, n. 192, ago. 2006, pp. 68-70.

Como bem coloca Emma Rothschild²²¹, as severas perdas territoriais francesas no Tratado de Paris “transformaram a economia geográfica das colônias Atlânticas”²²². São-Domingo, embora mantivesse o posto de mais rica colônia, dependia do comércio britânico de peixes, farinha e madeira, além de possuir poucos soldados para fazer frente ao poderio militar inglês presente nas colônias britânicas norte-americanas. Assim,

nestes tempos turbulentos, a Guiana Francesa era a única colônia francesa remanescente no continente americano, norte ou sul. Era uma sociedade pequena e empobrecida em 1763, de 575 colonos brancos, vivendo em uma relação de dependência com 6.996 escravos negros, e com uma população indígena de Galibi, Wayana e outros descendentes. Não atraiu quase nenhuma imigração da França ou de outros lugares da Europa. Mas foi nesta terra distante que tantas esperanças foram fixadas.²²³

A terra em volta do rio Kourou era descrita como detentora de belas plantas, ouro e peixes, além de referenciada no famoso *Candide*, de Voltaire, e na *Histoire des deux Indes* do abade Raynal. A palavra *kourou*, aliás e ironicamente (para as afirmações de Guillemeau), aparece na enciclopédia de Diderot e d’Alambert com conexões orientais: seria o nome de sacerdotes brâmanes da costa Malabar. E foi a região, escolhida no mesmo ano por Choiseul, enquanto localização de uma nova colônia francesa, que tinha como colossal tarefa superar a perda do Canadá e proporcionar uma base continental para a eventual guerra de retribuição contra os ingleses.²²⁴

Essa colônia também seria um laboratório iluminista, no qual a escravidão seria introduzida apenas enquanto último recurso: era uma terra para todos, na qual todos possuiriam propriedade e “liberdade de consciência”. Foi prometido a franceses e alemães que o rei proporcionaria, nos dois primeiros anos, comida, roupas e viagem paga ao colono e toda a família (marido, esposa, filhos e filhas) assim como recompensaria aqueles que contribuíssem com os esforços de aumentar a população do local ao gerar filhos. Até mesmo judeus seriam recebidos. Até mesmo o que hoje entra no bojo da “saúde mental” foi considerado, afinal a colônia deveria se esforçar para evitar a melancolia que afligiria os colonos ao pensarem nas suas nações de origem através do investimento em entretenimento: tocadores de tamborim

²²¹ Embora publicado em 2006, o artigo de Rothschild continua a única publicação abrangente e detalhada sobre a fracassada expedição. Por isso, a paciência e compreensão do leitor se faz necessária.

²²² ROTSCCHILD, Emma. *A Horrible Tragedy in the French Atlantic*, op.cit., p. 71. A citação é uma tradução própria de “(...) had transformed the economic geography of the Atlantic colonies”.

²²³ Ibid. A citação é uma tradução própria de “In these turbulent times, French Guyana was the only remaining French colony on the American continent, north or south. It was a small, impoverished society in 1763, of 575 white settlers, living in a relationship of dependency to 6,996 black slaves, and to an indigenous population of Galibi, Wayana and other descent. It had attracted almost no immigration from France, or elsewhere in Europe. But it was on this distant land that so many hopes were fixed.”

²²⁴ Ibid., pp. 71-72.

deveriam ser empregados com o único objetivo de proporcionar diversão aos habitantes da colônia. Botânicos, naturalistas, médicos, cultivadores também fariam parte desse esforço, auxiliando no florescer e desenvolvimento das “belas-artes”.²²⁵

Choiseul compartilhou muito do projeto com célebres nomes do “Iluminismo Francês”, que se envolveram, cada um a sua maneira, na empreitada. O mais famoso desses nomes foi Voltaire, que buscou, junto do banqueiro Louis Necker (irmão de Jacques Necker, outro desafortunado ministro-geral das finanças), persuadir protestantes aprisionados em Marselha a unir-se ao esforço colonizatório. Ao Turgot que seria ministro, coube definir, junto do seu irmão, a colocação na Guiana de jovens oficiais do exército da Índia. Diderot, por sua vez, também se interessou no projeto, tendo enviado, para a infelicidade deste, Vallet de Falloyes, sobrinho de sua então companheira Sophie Volland.²²⁶

Rothschild lembra ao leitor que o período em que o projeto foi concebido e executado era marcado por grandes transformações na Europa e no mundo:

Houve o fluxo de retorno de soldados e marinheiros no final das hostilidades. (...) Houve uma expansão repentina no comércio de escravos africanos após a interrupção da guerra. Havia acadianos em movimento no Atlântico Norte, e colonos franceses, espanhóis e escoceses no Golfo do México. Houve súditos de príncipes alemães, movendo-se a leste e oeste de suas terras empobrecidas pela guerra no Reno e no Elba e no Danúbio, e para o recém pacífico Atlântico; súditos do rei da França, que fez o seu caminho para o leste da Alsácia e Lorena, para a Áustria, Rússia e Hungria²²⁷

A conquista desse ambicioso paraíso, como logo viram, provou-se um insuperável inferno. 17 mil pessoas cruzaram a França rumo aos portos atlânticos que levariam à Guiana. Dessas, 14 mil embarcaram, compondo um dos maiores fluxos migratórios da história da migração atlântica (mesmo na expansão atlântica britânica ocorrida entre 1760 e 1765, o número anual de migração não passou de 9,200 pessoas). E desses 14 mil, dois terços (número que gira em torno de 9 mil pessoas) morreram nos primeiros meses, vítimas de doenças epidêmicas, fome e desespero. Três mil pessoas retornaram à França ainda mais pobres do que eram quando da partida, e algumas com epidemias que devastaram os entrepostos de Rochefort e Saint-Jean-d’Angély.

²²⁵ Ibid., pp. 72-74.

²²⁶ Ibid., p. 75.

²²⁷ Ibid., pp. 75-76. A citação é uma tradução própria de “There was the flow of returning soldiers and sailors at the end of hostilities. (...) There was the sudden expansion in the African slave trade following the wartime interruption. There were Acadians on the move in the North Atlantic, and French and Spanish and Scottish colonists in the Gulf of Mexico. There were subjects of German princes, moving east and west from their war-impoverished lands on the Rhine and the Elbe and the Danube, and to the newly peaceful Atlantic; subjects of the king of France, who made their way east from Alsace and Lorraine, to Austria, Russia and Hungary”.

As explicações para a catástrofe são variadas, e debatidas desde então. Nos dezesseis anos posteriores à tragédia, comissões e inquéritos realizados tanto em Paris quanto em Caiena revelaram sequências de omissões e crimes, que variam entre um maior número de emigrantes que o oficial (as autoridades dos mencionados entrepostos desejavam despachar as famílias o quanto antes), habitantes já estabelecidos que se recusaram a cooperar, o péssimo estado da comida prometida pelo rei — chegou ou podre, ou muito tarde, quando os colonos já estavam mortos. Nem mesmo o projeto real escapou de contradições: a ambição de uma colônia sem escravizados foi contradito por outras instruções reais que previam portos que se integrassem ao comércio africano de cativos. Ainda sobre os escravizados, Turgot e Chanvalon requisitaram fundos para a criação de uma rede de espões na América Portuguesa, nas possessões espanholas e holandesas do norte do continente sul-americano, que tinha como objetivo principal rastrear a fuga de escravizados para essas regiões.²²⁸

As investigações revelaram uma corrupção²²⁹ endêmica. Turgot já preparara vantagens para seus búfalos e estabelecimentos de vinho. Choiseul teria o seu nome dado a novos assentamentos. Um dos secretários de Turgot, encarregado dos hospitais da nova colônia, foi posteriormente aprisionado por deixar a colônia para negociar vinhos bordeaux com os ricos holandeses instalados no Suriname. A lista é longa, e demonstra, de acordo com Hothschild, a ilusão, por parte dos colonos, da colônia enquanto comércio americano.²³⁰

Já no começo do século XIX, pouco mais de 38 anos após a tragédia, a mesma corrupção foi peça fundamental do argumento de Guillemeau em prol de novas tentativas colonizatórias. O enredo, já exposto no decorrer das páginas anteriores, em muito se assemelhava ao do projeto de 1763: a colônia produziria, em um único lugar, tudo aquilo que era produzido e comercializado em diferentes partes do globo, e teria conseqüentemente o poder de erguer a economia e a fortalecer frente a perdas territoriais e instabilidades iminentes. Logo, se o éden é possível, a questão passa a ser descobrir qual o caminho que se deve tomar para alcançá-lo, e a proposta de Guillemeau é simples: melhores administradores.

Sua defesa de novos projetos dedicados à Guiana é imediatamente associada ao lamento pelas péssimas escolhas do passado: “Os franceses possuem estabelecimentos [na Guiana] desde 1635. É verdade que várias tentativas renovadas, para os vivificar e alargar, foram

²²⁸ Ibid., p. 82.

²²⁹ Embora “corrupção” seja um conceito carregado de presente, pode ser utilizado de maneira similar na escrita do passado. Para uma melhor discussão sobre corrupção no século XVIII, ver CHALMIN, Ronan. *Formes et savoirs de la corruption à l’âge des Lumières. Arts et Savoirs*, n. 11, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aes/1808>>. Acesso em 26 set. 2023; CHALMIN, Ronan. *Lumières et corruption*. Paris, Honore Champion, 2010.

²³⁰ ROTSCCHILD, Emma. *A Horrible Tragedy in the French Atlantic*, op.cit., pp. 83-86.

infelizes. Mas os chefes desses empreendimentos *sempre foram tão mal escolhidos!*²³¹. Ao observar que muitos morreram justamente em consequência da falta de preparo para lidar com as intempéries climáticas, argumenta que os líderes dos projetos criticados eram incapazes de aprender com o exemplo (de grande generalização) da Ásia, onde, para evitar o pior “na época das grandes chuvas, sobem em habitações colocadas em longas estacas ou em árvores”²³². Irônico, aponta que o problema não é a falta de árvores nas colônias, afinal “le bois ne manque point dans les colonies...”²³³ [a madeira não falta nas colônias].

O preparo do Governo — por vezes mencionado diretamente, como na página 19, em outras representado pela figura do responsável direto pelo esforço colonial, o *chef de l'entreprise* ou *dirigeant* — é o que define o sucesso e o fracasso das tentativas de (re)colonizar a Guiana. A incapacidade de se preparar para o futuro imediato (aproveitar a temporada de seca para garantir que os danos causados pelo período de fortes tempestades seriam mínimos ou nulos) era, no fim, a razão pela qual os projetos relacionados à Guiana fracassaram terrivelmente.²³⁴

Esse argumento também simboliza a grande transformação na maneira de se pensar a história que passou a ocorrer no decorrer de todo o século XVIII. Se, como Pryia Satia argumentou, o século XVIII também é marcado pelo autorreconhecimento do indivíduo enquanto agente histórico, a (im)possibilidade de determinados planos, projetos, objetivos, e metas não pode mais se sustentar em justificativas que escapem o potencial humano.²³⁵ A construção de uma Guiana que fosse o centro de todas as “melhores qualidades” francesas não era impossibilitada pelo complexo cenário internacional, pela vontade divina, pela instável economia francesa, ou por quaisquer outros motivos materiais ou metafísicos, que se tornavam obstáculos de maior ou menor dificuldade.

A capacidade de se adaptar e de fato aprender com o passado que definiria o futuro das ambições francesas: “É doloroso que ainda *tenhamos medo* da memória dos maus êxitos anteriores e, sobretudo, das terríveis consequências da última tentativa. Muitos ainda, por

²³¹ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit., p. 17. A citação é uma tradução direta, com grifo próprio, de “Les Français y ont des établissements depuis 1635. Il est vrai que plusieurs essais renouvelés, pour les vivifier et les étendre, ont été malheureux. Mais les chefs des entreprises ont toujours été si mal choisis !”

²³² Ibid., p. 18. A citação é uma tradução, com adaptações, de “(...) en Asie, au temps des grandes pluies, montent dans des habitations placées sur de longs pieux ou sur des arbres”. Um curioso erro de impressão indica, aos olhos desatentos, que é a página 13.

²³³ Ibid., p. 18.

²³⁴ Ibid., pp. 18-19.

²³⁵ SATIA, Priya. *Time's Monster*, op.cit., pp. 35-40.

humanidade, difamam esta infeliz região”²³⁶. É justamente a incapacidade de analisar o passado de maneira menos passional que impediria os franceses de enxergar para além da dor (a “humanidade” mencionada carrega o sentido da emoção, da sensibilidade²³⁷) e da mancha negativa que o projeto de 1763 – 64 representava na memória coletiva, e perceber todas as possibilidades de futuro que a Guiana continha. As dificuldades, como já mencionado, não eram determinantes porque as soluções já existiam: os problemas que os franceses enfrentavam e enfrentariam na manutenção do território eram os mesmos que outros colonizadores e populações nativas enfrentavam no resto do continente, que conseguiam prosperar mesmo com a seca ou as grandes inundações.²³⁸

A partir do momento que esse medo fosse superado, e novos projetos, com escolhas justas no que diz respeito à liderança, os franceses perceberiam as vantagens de investir na Guiana ao invés do Egito. Para além do comércio, uma presença firme na região tornaria o território seguro contra qualquer invasão ou ocupação. Se o norte da África e do Oriente Médio poderiam ser invadidos a qualquer momento por ingleses, russos e otomanos, o mesmo não seria verdade para o norte da América do Sul, afinal as ilhas do Caribe poderiam ser conquistadas, mas não a Guiana, que não somente resistiria à invasão como também poderia fornecer aos franceses tudo que teriam perdido junto das possessões caribenhas:

Se esta Colônia for guardada em terra firme, o inimigo não tentará apoderar-se dela. Todas as nossas ilhas seriam invadidas, que esta terra privilegiada ainda permaneceria na França. Qualquer abundância de produções que o luxo tenha tornado necessária, ela poderá satisfazer: assim impedirá que se envie dinheiro ao estrangeiro.²³⁹

Guillemeau termina a sua breve, mas densa memória enfatizando a sua percepção contra novos projetos dedicados ao Egito, ou, de maneira mais ampla, à Ásia e à África. Faz votos para que o governo dos cônsules, “penetrados por essa verdade”, dirijam os seus esforços à colônia. Desse modo, para além de todas as benesses já exploradas, os franceses seriam capazes

²³⁶ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit. p.19. A citação é uma tradução direta de “Il est douloureux qu'on soit encore effrayé par le souvenir des mauvais succès précédens, et surtout des suites affreuses de la dernière tentative. Beaucoup encore, par humanité, décrient cette malheureuse région”.

²³⁷ Para mais sobre os diferentes significados de humanidade, ver: **Dictionnaire de l'Académie Française**. Paris, J. J. Smith, 1799, p. 700.

²³⁸ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit., pp. 19-21.

²³⁹ Ibid., p. 24. A citação é uma tradução própria de “Pour peu que cette Colonie soit gardée, comme elle est en terre ferme, l'ennemi ne tentera point de s'en emparer. Toutes nos îles seraient envahies, que cette terre privilégiée resterait encore à la France. Quelque abondance de productions que le luxe aura rendu nécessaire, elle y pourra satisfaire : ainsi empêchera qu'on ne porte son argent chez l'étranger.”.

de, “na justa confiança que nos inspiram os nossos primeiros Magistrados”, diminuir “os arrependimentos que nos teriam ocasionado a entrega do Egito à Porta”.²⁴⁰

Comecei o capítulo argumentando que tal memória poderia explicar, ainda que parcialmente, a defesa feita por Fourier na segunda metade do prefácio histórico. É chegada a hora de retornar a essa discussão. Os argumentos de Fourier, publicados cerca de sete anos após a leitura da memória de Guillemeau, são de muitas maneiras o exato oposto do que esse último defendeu. O argumento não se constrói na ideia de que foi um debate entre duas figuras de poder regional (é oportuno recordar que, assim como Guillemeau foi prefeito no norte, Fourier ocupou a mesma posição, mas no sul, durante os anos napoleônicos) e certa relevância acadêmica, mas sim que a memória de Guillemeau aponta para a existência de um debate mais amplo sobre o futuro das ambições francesas após a derrota no Egito, e que é neste debate mais amplo que Fourier se posicionou.

3.3. A defesa da expedição

As percepções desses dois letrados eram diametralmente opostas: enquanto Guillemeau concebeu que a experiência fracassada no Egito representava o último prego no caixão de expectativas relacionadas ao “velho” mundo, Fourier propôs que a experiência egípcia deveria servir de base para outros projetos de maior ambição. A conclusão da expedição não foi a desejada, mas a culpa, aqui, não seria francesa, posição essa que se justifica pela importância de Fourier no decorrer da expedição: na posição de secretário do Instituto do Egito, Fourier compôs o comando da expedição em diversos momentos, tendo administrado o Cairo quando os generais se encontravam em campanha. Admitir que os franceses eram culpados pelo fracasso seria realizar uma severa autocrítica. Mas sua explicação do fracasso expedicionário não se baseia em uma narrativa cínica de transferência de culpas: a expedição terminou porque não foi compreendida como deveria pela população local e nem pelos otomanos.

Os franceses, afinal, possuíam todo o necessário: a prensa, que, desconhecida pelos egípcios, facilitava a comunicação (um detalhe não comentado é que, ao deixarem o Egito, levaram todo o equipamento); os saberes e as ferramentas deles obtidas, como os estudos geográficos, físicos, e as belas-artes, que traduziriam o Egito aos europeus; um líder carismático “que derrama sobre todos esses objetos o brilho da sua glória pessoal; ele encoraja com sua

²⁴⁰ Ibid., p. 25. A citação é uma adaptação de “Et , dès aujourd'hui, dans la juste confiance que nous inspirent nos premiers Magistrats, diminuons les regrets que nous aurait occasionné la remise de l'Egypte à la Porte”.

presença todas as descobertas, ou melhor, sugere-as; e o seu espírito vasto aplica-se ao mesmo tempo, com incrível facilidade, à guerra, à política, às leis e às ciências”²⁴¹.

Outra “vantagem” da presença francesa que não foi compreendida como tal pelos habitantes da região foi o estabelecimento da ordem em todas as esferas do governo anterior, e na qual todas as diferenças religiosas e civis foram respeitadas. Qualquer ofensa era punida de maneira severa. De maneira relativamente breve, Fourier apresenta todos os feitos administrativos franceses que considerou positivos e relevantes:

Contribuições moderadas e equitativamente distribuídas entre os habitantes substituíram os abusos e violências de seus antigos mestres. A religião e as leis foram honradas pelo vencedor, e seus ministros foram prevenidos por seus benefícios. O direito de propriedade, por tanto tempo ignorado ou violado, não foi mais violado. A justiça e a ordem reinaram nas cidades, e garantiram as transações comerciais, o governo proporcionou todas as fontes de prosperidade agrícola; os canais destinados a receber as águas do rio, e os diques que suspendem seu curso, foram cuidadosamente mantidos. O governo abriu todas as fontes de prosperidade agrícola; os canais destinados a receber as águas do rio, os diques que suspendem os seus covis, foram cuidadosamente mantidos. Abriam-se novas comunicações; confiaram-se a talentos superiores a direção destas grandes obras, cujas despesas eram fielmente pagas. As armas francesas, *temíveis apenas aos inimigos do Egito*, espalharam o terror entre os ladrões dos desertos; *a justiça e a força* fizeram uma aliança duradoura.²⁴²

Há muito o que se discutir. Curiosamente, Fourier se orgulhou de uma característica otomana muito elogiada pelos observadores europeus, a tolerância. Marc David Baer (2022) ressalta como até mesmo os mais severos críticos eram incapazes de tratar do império otomano sem admirar a sua capacidade de tolerar diferentes religiões. Voltaire, por exemplo, era crítico ferrenho de sociedades islâmicas, e ainda assim admirava a tolerância existente no vasto império. Mas a tolerância, Baer relembra, não é intrinsecamente positiva. Tolerar nada mais é do que suportar a existência do diferente, mas mantendo a percepção da sua própria superioridade: ainda que os otomanos conseguissem *suportar* certa coexistência com cristãos e judeus, ainda encaravam a fé desses súditos enquanto falsa. É, em outras palavras, a expressão

²⁴¹ Ibid., pp. xliii-xliv. A citação é uma tradução adaptada de “Un grand homme répand sur tous ces objets l'éclat de sa gloire personnelle; il encourage par sa présence toutes les découvertes, ou plutôt il les suggère; et son esprit vaste s'applique en même temps, avec une incroyable facilité, à la guerre, à la politique, aux lois et aux sciences”.

²⁴² Ibid., p. xlv. A citação é uma tradução de “Des contributions modérées et équitablement réparties entre les habitants, remplacèrent les exactions et les violences de leurs anciens maîtres. La religion et les lois furent honorées par le vainqueur, et leurs ministres furent prévenus par ses bienfaits. Le droit de propriété, si longtemps méconnu ou violé, ne reçut plus d'atteinte. La justice et l'ordre régnèrent dans les villes, et garantirent les transactions commerciales, Le gouvernement ouvrit toutes les sources de la prospérité agricole; les canaux destinés à recevoir les eaux du leuve, les digues qui en suspendent le cours, furent entretenus avec soin. On ouvrit des communications nouvelles; on confia à des talents supérieurs la direction de ces grands ouvrages, dont les dépenses étoient fidèlement acquittées. Les armes Françaises, redoutables aux seuls ennemis de l'Égypte, répandirent l'épouvante parmi les brigands des déserts; la justice et la force contractèrent une alliance durable”, grifo meu.

de uma relação de poder, e marca “um estado de desigualdade no qual o partido poderoso, como o governante, determina se um grupo menos poderoso pode existir e até que ponto os membros desse grupo podem ser autorizados a expressar a sua diferença”²⁴³. O ato de tolerar, difícil aos europeus, foi celebrado por Fourier, que de maneira costumaz não ressalta a influência otomana na percepção francesa da tolerância.

A defesa da expedição encontra-se parcialmente resumida no trecho citado na página anterior. Os franceses teriam sido capazes de, em pouco tempo de ocupação, corrigir todos os “erros” da administração mameluca: impostos justos foram estabelecidos; a religião e as leis foram honradas; a justiça foi estabelecida e, junto dela, a estabilidade comercial; novos e melhores usos das propriedades naturais (como o curso do rio e a sua relação com a irrigação do plantio) foram apresentados e adotados; e a propriedade passou a ser respeitada novamente — os *beys* mamelucos não desrespeitavam a propriedade dos seus súditos, mas sim os direitos franceses obtidos pelas capitulações, uma observação importante ignorada por Fourier.

Essa “lista” também é importante por “demonstrar” que uma das motivações para a existência da expedição — a quebra das capitulações — teve os seus objetivos atingidos. No mais, a narrativa estabelece que os franceses não eram inimigos do Egito, mas seus aliados: as suas armas eram utilizadas contra aqueles que, ao se oporem a essa relação, se opunham ao bom futuro da região. O Egito estava liberado (Bonaparte recebe o informal título de *libérateur de l'Égypte*²⁴⁴), e qualquer tentativa contra os franceses era uma tentativa de render a região ao jugo do seu antigo mestre, o despotismo.

O Egito havia sido libertado do poder que o oprimia; vingavam-se os ultrajes feitos à nação francesa, e era legítimo esperar que esses eventos não acendessem a guerra com o império otomano. Com efeito, esta bela província era há muito presa de alguns escravos que afeiçoavam a independência, e ofendiam com constantes desdém a majestade do soberano, a das leis e da religião.²⁴⁵

E é por isso que lamenta o final da expedição. Para ele, os otomanos não compreenderam que a presença francesa no Egito seria benéfica ao império por fornecer maior estabilidade e potencialidades econômicas. A vitória otomana na batalha naval de Aboukir teria sido

²⁴³ BAER, DAVID M. *The Ottomans: Khans, Caesars and Caliphs*. London, Basic Books, 2022 [2021], p. 11. A citação é uma tradução de “Tolerance is a state of inequality where the powerful party, such as the ruler, determines whether a less powerful group may exist and to what extent members of that group may be allowed to express their difference.”.

²⁴⁴ FOURIER, Joseph. Préface historique, op.cit., p. xlvi.

²⁴⁵ Ibid., p. li. A citação é uma tradução própria de “L’Égypte avoit été affranchie du pouvoir qui l’oprimoit; les outrages faits à la nation Française étoient vengés, et l’on étoit fondé à espérer que ces événemens n’allumeroient point la guerre avec l’empire Ottoman. En effet, cette belle province étoit depuis long-temps la proie de quelques esclaves qui affectoient l’indépendance, et offensoient par de continuels mépris la majesté du souverain, celle des lois et de la religion”.

fundamental para o sultão passar a considerar, ao seguir conselhos “dos inimigos da França”, e empreendido uma campanha que iria contra os seus reais interesses.²⁴⁶

A expedição terminou, em outras palavras, não porque os franceses se mostraram incapazes, mas sim pela pervasiva influência externa contrária aos feitos da França na região. Diferente de Guillemeau, que clamava por um líder capaz, Fourier descreve a figura do chefe expedicionário de maneira positiva, com exagerados louros (já discutidos no capítulo 1 da presente dissertação). Ou seja, o problema nunca foi a expedição, a localização escolhida ou mesmo as dificuldades impostas, mas a má-compreensão daqueles que mais tinham a ganhar (é necessário ressaltar, na visão de Fourier) com a expedição.

Se Guillemeau enxergou a derrota francesa no Egito como prova da inutilidade de se pretender colonizar (e civilizar) África e Ásia, Fourier propôs que a expedição servisse enquanto exemplo para futuros projetos colonizatórios: o que foi feito nas famosas bordas do Nilo poderia ser feito no resto da África — até então um grande mistério aos europeus — e da Ásia. A experiência obtida no decorrer dos anos de ocupação poderia servir de ferramenta para feitos similares nos continentes e regiões apenas mencionados.

Pensar a expedição enquanto molde do que está por vir revela ao leitor atento o segundo interesse de Fourier em defender a expedição: a importância da academia²⁴⁷. Fourier, como foi explorado no capítulo 1, era descrito enquanto um grande amante dos estudos e do conhecimento. Escrever o prefácio e ser prefeito de Isera não foi percebido enquanto atividades prestigiosas e honrosas, mas enquanto *tarefas*. Os seus reais interesses pareciam se concentrar na produção do saber, atividade em que se debruçava sempre que possível. A expedição representou, como também explorado no já citado primeiro capítulo, a membros das *académies françaises* a possibilidade de expandir os seus estudos e pesquisas, de ir para além dos relatos e alcançar a materialidade, o efeito “prático”. A “intelectualidade” alcança, com a expedição, uma posição de prestígio que não possuía anteriormente, ainda que respeitada, com promessas de posições de influência na esfera pública — o caso de Fourier é um exemplo: tornou-se prefeito.

Novas expedições que seguissem o exemplo da expedição de 1799 manteriam a recém-alcançada relevância desses letrados ao mesmo tempo em que permitiria a eles debruçar-se nos seus maiores interesses, com garantia de outros ganhos quando do eventual retorno à França.

²⁴⁶ Ibid., p. lii.

²⁴⁷ Nos séculos XVII e XVIII, as academias eram sociedades compostas por letrados que tinham por missão cultivar, padronizar e desenvolver a língua francesa no contexto das ciências e das artes. Para mais, ver ROCHE, Daniel. *Académies et académisme : le modèle français au XVIIIe siècle. Mélanges de l'École Française de Roma. Italie et Méditerranée*. Tomo 108, nº 2, 1996, pp. 643-658.

Os poucos anos de presença francesa no Egito foram o suficiente para estabelecer contato com as costas da Arábia e o então misterioso interior africano, assim como para conhecer a região com uma exatidão ímpar. Cada monumento teria sido localizado, descrito e indicado em mapas disponíveis nos tomos da *Description*, e a geografia, exaustivamente analisada.²⁴⁸

Todos os bons resultados da expedição teriam sido frutos da união das armas às ciências. “Essa grande obra”, escreveu “interessa a glória da nossa pátria”: “devemo-lo aos esforços dos seus guerreiros; ela tem a sua origem na união das ciências e das armas: é o testemunho e o fruto da sua aliança”²⁴⁹. Os frutos dessa união que seriam lembrados em todas as partes do mundo não somente como um grande feito, mas também como capaz de inspirar outros governos: até mesmo os otomanos teriam sido inspirados pelos feitos franceses a reestabelecer o seu controle no Egito!²⁵⁰

Para além de tais observações cínicas, a defesa da expedição contou, de maneira particularmente antitética à memória de Guillemeau, com dois argumentos centrais. O primeiro, e o mais elaborado por Fourier, se concentra nos “feitos” alcançados pelos franceses na região, sempre ressaltando a utópica harmonia dos “reais interesses locais” com as ambições dos expedicionários. Fourier também visou apresentar com veemência os ganhos que a experiência pôde proporcionar aos franceses e a outras nações da Europa no que condiz ao conhecimento do Egito.

O segundo argumento foi mais contido, mas não menos intrigante, e se relaciona, como mencionado no começo do capítulo, a perspectivas temporais, em especial ao que se delimitou nas presentes páginas enquanto “o que não foi, mas pode vir a ser”, a esse extrato temporal que é definível sempre pelo que, mesmo sem ter sido realizado, continua a preservar potência. É a essa discussão que as últimas páginas do capítulo irão se debruçar.

3.4. Possibilidades passadas e futuras

A defesa da expedição, como observado, se utilizou das possibilidades de futuras expansões na direção dos já mencionados interiores da África, da península arábica e da Ásia. Em grande medida, esses projetos teriam como base a experiência da expedição e as práticas do império otomano. A experiência da expedição, aqui, se refere a junção do conhecimento

²⁴⁸ Ibid., pp. lxxix- lxxx.

²⁴⁹ Ibid., p. lxxxviii. A citação é uma tradução adaptada de “Ce grand ouvrage intéresse la gloire de notre patrie ; on le doit aux efforts de ses guerriers ; il tire son origine de l’union des sciences et des armes : il est le témoignage et le fruit de leur alliance.”.

²⁵⁰ Ibid., p. lxxxviii. “il peut inspirer à la cour Ottomane le dessein de rétablir son autorité em Égypte, et d’y fonder um gouvernement plus régulier (...)”.

posto em prática dos letrados com a potência dos exércitos franceses; ao passo que as práticas do império otomano se referem à maneira pela qual realizavam as suas campanhas no sul da península arábica através do Egito, assim como as possibilidades de se alcançar os atraentes impérios do oriente.

A derrota francesa frente à união de otomanos e ingleses relegou tais ambições a um passado inalcançado, e, mais especificamente, ao sempre caótico reino das possibilidades aparentemente perdidas. Aparentemente porque o trecho em que essa defesa marcada pela possibilidade se mostra presente se inicia justamente com a realidade na qual os franceses poderiam estar a viver quando da escrita e publicação do *preface*:

Hoje mesmo, as margens do Nilo *seriam embelezadas* pelas artes; os povos, libertados de uma polícia absurda e desumana, *dedicar-se-iam* com segurança à agricultura e beneficiariam do produto da sua indústria; as invenções mecânicas *substituiriam* a força do homem, e *tornariam* o seu trabalho mais fácil e mais produtivo.²⁵¹

Seriam, *dedicar-se-iam*, *substituiriam*, *tornariam*. O futuro do pretérito marca o que não chegou a se concretizar, e, nesse caso, com um tom de finalidade: as margens do Nilo poderiam ter sido embelezadas pelas “contribuições” francesas, mas não o foram, e não o serão mais. A derrota marca a passagem definitiva da possibilidade ao passado finalizado, impossível de tornar-se presente. A expedição é defendida de maneira clara mesmo nessa temporalidade do que não mais virá a ser, afinal supõe-se que a presença francesa tinha por si só tudo que era necessário para concretizar os projetos ilustrados na passagem, mas não puderam consolidá-los em razão da intervenção externa.

Essa temporalidade, entretanto, ganha uma sutil abertura nos parágrafos seguintes, que, ainda mantendo o pretérito, mantém a frase no passado, mas apresentam traços de possibilidades que ainda podem vir a ser. Os franceses *seriam* capazes de manter relações com a Pérsia, a Índia e a Arábia, assim como *seriam* capazes de “percorrer e descrever”²⁵² essas regiões. Em outras palavras, novas expedições, frutos da ocorrida no Egito, *seriam* realizadas nos lugares apenas listados, com objetivos declarados (e implícitos) similares. Embora escreva no passado, e de maneira sutil, a colocação é reveladora: aqui Fourier não apenas trata do que poderia ter sido, mas, a partir de possibilidades passadas, das possibilidades do futuro. É uma proposta de como o futuro imperialista francês deveria ser.

²⁵¹ FOURIER, Joseph. *Préface historique*, op.cit., p. lxxxvi. A citação é uma tradução própria de “Aujourd'hui même, les rives du Nil seraient embellies par les arts; les peuples, délivrés d'une police absurde et inhumaine, s'adonneraient avec sécurité à l'agriculture et jouiraient du produit de leur industrie; les inventions mécaniques suppléeraient à la force de l'homme, et rendraient ses travaux plus faciles et plus fructueux.”, grifos meus.

²⁵² *Ibid.*, p. lxxxvii. O trecho entre parênteses foi retirado de “On entretiendrait des relations avec la Perse, l'Inde et l'Arabie, et l'on aurait parcouru et décrit cette dernière région”.

No ano de 1979 foi publicado *Vergangene Zukunft*, de Reinhart Koselleck, traduzido ao português brasileiro em 2006 com o título de “Futuro passado”. Nos dois últimos ensaios desse ambicioso livro, o historiador se dedicou a discutir sobre como a modernidade se forma de maneira temporal por meio da diferenciação crescente e progressiva entre a experiência e a expectativa do futuro. Em prol da sua argumentação, Koselleck lança mão de duas categorias históricas: o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, responsáveis por “entrelaçar passado e futuro”²⁵³.

Para Koselleck, foi no século XVIII que a História como a conhecemos atualmente passou a ganhar contornos mais claros. Foi quando se percebeu que a História “indicava a vinculação secreta entre o antigo e o futuro”, através da recordação (experiência) e da esperança (expectativa). A experiência, de maneira concisa, remete a experiências individuais ou coletivas. É o “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. O caráter coletivo da experiência dá a história a característica de “sempre ser concebida como conhecimento de experiências alheias”, afinal, uma vez que experiências também são transmitidas mediante gerações, nelas se contém e conservam-se experiências alheias àquele receptor. A expectativa, por sua vez, também ligada à pessoa e ao interpessoal, “também se realiza no hoje, é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”.²⁵⁴

Unidas, experiência e expectativa criam o horizonte de expectativas, que contém, como o nome já revela, as expectativas em relação ao futuro criadas pelas experiências do passado. O horizonte de Koselleck é “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”²⁵⁵. Isso não significa, decerto, que o horizonte de expectativas determina (ou ainda prevê) o futuro, afinal, ainda que a expectativa venha a se tornar realidade, o fará de maneira diferente, sendo sempre mais ou menos do que se esperava.

No século XVIII essa “equação” ganha um novo integrante, o progresso, já discutido nos capítulos anteriores. De maneira resumida, o século iluminista foi palco da formulação de uma compreensão temporal segundo a qual a história caminharia em direção ao progresso, à perfectibilidade. Algumas sociedades, como a francesa, chegaram a acreditar terem sido capazes de alcançar a perfeição, e não apenas, a possuir as ferramentas necessárias para auxiliar os menos afortunados a alcançá-la. Patrícia Sorel, por exemplo, discute a respeito da crença que

²⁵³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*, op.cit., p. 310.

²⁵⁴ Ibid., pp. 309-310.

²⁵⁵ Ibid., p. 311.

os franceses possuíam, nos primeiros anos do império napoleônico, de terem alcançado tal ápice, e como essa crença contribuiu para a tensão existente entre a “necessidade” de censurar os impressos e os valores da sociedade em que acreditavam viver.²⁵⁶ A perfectibilidade era, de maneira clara, intimamente ligada à esperança direcionada ao futuro, deixando de ser algo vinculado a forças espirituais para se tornar responsabilidade e meta da humanidade. Esse novo horizonte de expectativa, nas palavras de Koselleck, “foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto”.²⁵⁷

As conexões entre as categorias propostas e a maneira de Fourier de defender a expedição e propor que ela fosse um modelo para outras são claras. O prefaciador compôs a expedição, e essa experiência, descrita enquanto positiva, foi fundamental para que o seu horizonte de expectativas contivesse não apenas a repetição da fórmula, mas seu melhoramento. Assim como as sociedades se encaminhariam temporalmente em direção ao progresso, também o escopo de tais expedições seria ampliado: não apenas se estabeleceriam na região, como se utilizariam dela para expandir a sua presença. Decerto, com a derrota e o final da ocupação francesa, o futuro no qual tais expedições aconteceriam como expansão natural da que se iniciou em 1798 deixou de ser um futuro possível para ser lançado ao impossível. Mas isso não significa que os projetos mencionados tenham sofrido o mesmo destino.

O lamento pelo que não foi não significa que ele não possa vir a ser. Fourier lista uma série de objetivos que seriam mais facilmente alcançáveis através de uma presença fortalecida no Egito, mas em nenhum momento condiciona a concretização de tais objetivos unicamente à continuação da expedição, afinal, nessa narrativa, os derrotados não foram os franceses, mas os egípcios, como ele relembra uma vez mais após levantar as possibilidades já comentadas em páginas anteriores, que previam a criação de um canal no Egito capaz de ligar o mediterrâneo ao mar vermelho, a expansão em direção ao interior do continente africano, e novas maneiras de alcançar e se relacionar com a Ásia:

Tal seria hoje o estado do Egito, se uma fortuna contrária não a tivesse devolvido aos seus antigos opressores. Pode-se ter certeza de que não há nenhum exagero neste quadro; e já que os oito anos que se passaram, foram suficientes para fornecer tantas descobertas e estudos úteis, Que não se podia esperar da influência prolongada que tiveram as comunicações com a França, e dos contínuos progressos das luzes e da indústria!²⁵⁸

²⁵⁶ SOREL, Patricia. *Napoléon et le livre*, op.cit., pp. 36-38.

²⁵⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*, op.cit., p. 31

²⁵⁸ FOURIER, Joseph. *Préface historique*, op.cit., p.lxxxvii, o trecho é uma tradução de “Tel seroit aujourd'hui l'état de l'Egypte, si une fortune contraire ne l'eût point rendue à ses anciens oppresseurs. On peut être assuré qu'il n'y a aucune exagération dans ce tableau; et puisque les huit années qui se sont écoulées, auroient suffi pour

Ainda que não proponha, como fez Guillemeau, um projeto futuro, o que se espera é claro: sim, uma nova expedição não poderá ser feita enquanto expansão da primeira, mas novas expedições, que adotem o funcional modelo da primeira, poderiam obter ainda mais sucessos onde essa fracassou.

Tal horizonte de expectativas abrange muito mais que Fourier ou a França revolucionária e napoleônica. Nas páginas seguintes, apresentarei o último argumento a ser feito na presente dissertação: esse horizonte de expectativas imperial, por assim dizer, pode ser percebido no decorrer da chamada “Era das revoluções”, em especial nos escritos de letrados que, através das suas experiências pessoais, argumentam de maneira mais ou menos enfática em prol das suas ideias para o futuro.

Um caso emblemático se encontra no Caribe controlado pela Inglaterra, em especial na Jamaica de Edward Long. Conquistada pela Inglaterra no ano de 1655, a ilha da Jamaica tornou-se, no decorrer do século XVIII, a mais lucrativa colônia do império britânico pela produtividade das suas plantações e variedade comercial. Era conhecida não por acaso enquanto “joia da coroa”. A prosperidade econômica, entretanto, não era sinônimo de paz social. As tensões entre os diferentes componentes do extrato social – plantadores brancos, a sociedade de libertos e descendentes, e as populações escravizadas – eram responsáveis por uma atmosfera de constante preocupação e violência. A capacidade de se defender em conflitos era requerida de todos os extratos sociais da ilha, cuja existência se dava no seguinte ciclo: a extrema violência contra os escravizados era justificada pelos desejos de produção e pelo temor da insurreição, e esses exatos atos de violência incentivavam essas populações privadas de liberdade a reagir.²⁵⁹

Foi nesse contexto de crescente prosperidade econômica e tensão social que Edward Long chegou na ilha, no ano de 1757, para assumir as propriedades que herdou de seu falecido pai. Neto de Samuel Long, influente político local e dono de uma grande propriedade na província de Clarendon, Edward pertencia às mais altas esferas da elite jamaicana. Essa posição foi reforçada com o casamento da sua irmã e sir Henry Moore, nascido na Jamaica e então governador da ilha, assim como com o próprio matrimônio, contraído com Mary Palmer, rica viúva, proprietária de terras, e membro da mais rica e poderosa família da região.²⁶⁰

procurer tant de découvertes et d'établissements utiles, que ne devait-on pas attendre de l'influence prolongée qu'auoient eue les communications avec la France, et des progrès continuels des lumières et de l'industrie!?”.

²⁵⁹ BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*, op.cit., pp.5; 25-30.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 47.

Os onze anos que habitou a ilha foram essenciais para a formação de sua visão sobre a política na Jamaica, na Inglaterra e na ideia de Império Britânico. Presenciar a maior insurreição escrava do século XVIII, ocorrida em 1760, moldou a carreira política e literária de Long, que variou de propostas ao conselho colonial para proibir o tráfico de escravizados africanos oriundos das costas africanas à Magnum opus, *The History of Jamaica* (1774). Os três volumes dessa monumental história são lembrados pela historiografia por seu extremo racismo, presente em maior medida nos momentos em que Long nega o estatuto de humanidade completa aos escravizados africanos da ilha, mas possuem outros elementos interessantes que apenas recentemente passaram a interessar os historiadores. Dentre eles encontra-se uma crítica ao estado do império inglês.²⁶¹

É esse o argumento de Trevor Burnard, para quem as descrições e comentários econômicos de Long teriam sido motivados por uma obsessão em “emular o sucesso da colonização francesa em Saint-Domingue” e garantir que a colônia jamaicana alcançasse o seu potencial total. “A Grã-Bretanha”, continua, “via a si própria como a nova Roma, e, como a sua famosa predecessora, imaginou o seu controle estendido ao redor do mundo”²⁶².

Edward Long, assim como Fourier, experienciou nas duas maneiras de se pensar a palavra vistas no decorrer desta dissertação: a de letrados como Rousseau, e a que marca a relação entre passado e presente na teoria de Koselleck. A primeira diz respeito aos letrados que clamavam por *savants* que, capazes de decidir quais tópicos eram de fato relevantes, viajassem ao redor do globo e escrevessem relatos sobre o que experienciaram e aprenderam. Esses letrados viajantes, antropólogos *avant la lettre*, teriam na experiência, como já discutido, a chancela da verdade acerca do que afirmavam ou negavam. Long e Fourier vivenciaram, respectivamente, a Jamaica quando das revoltas de escravizados e o Egito ocupado, e daí legitimaram, junto de conhecimentos prévios, muito do que escreveram. A segunda experiência, “koselleckiana”, portanto, é a consequência direta dessa primeira, mais prática, tendo em vista

²⁶¹ Sobre a historiografia da *History of Jamaica* de Edward Long, ver: SETH, Suman. Materialism, Slavery, and The History of Jamaica. *Isis*, vol. 105, 2014, n. 4, pp. 764-772; BURNARD, Trevor. Slavery and the Enlightenment in Jamaica and the British Empire, 1760–1772: The Afterlife of Tacky’s Rebellion and the Origins of British Abolitionism. Disponível em: TRICOIRE, Damien (ed.). *Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017; LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 40, n. 2, 2019, pp.295-320; BROWN, Vincent. *Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020; SEBASTIANI, Silvia. Challenging Boundaries: Apes and Savages in Enlightenment. Disponível em: HUND, Wolf D. (et al). *Simianization: Apes, Gender, Class, and Race*. Zürich: LIT Verlag, 2015.

²⁶² BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*, op.cit., p. 48. Tradução própria de “(...) was failing to emulate the success of French colonization in Saint-Domingue” e “Britain saw itself as the new Rome and like its famous predecessor imagined it’s rule extending throughout the world”.

que não apenas relataram o que presenciaram, ou a experiência coletiva, mas também se utilizaram destas para discutir futuros possíveis.

A crítica imperial de Long, afinal, percebia no futuro do império inglês o declínio, fruto dos mesmos fatores que teriam levado às revoltas por ele experienciadas. O exemplo das leis francesas, manifestado no *Code noir* por ele traduzido no primeiro volume de *History*, se apresentava como uma solução válida e prática.²⁶³ Em outras palavras, a experiência adquirida na ilha e no Caribe como todo, observada também as possessões francesas, contribuíram para um horizonte de expectativas com futuros mais ou menos sombrios, a depender das escolhas feitas pelos administradores do império. Poderiam ser a “nova Roma”, maior e mais poderosa, ou seguir o mesmo caminho de declínio e queda.

Volney e Savary, já mencionados, também podem ser analisados de forma similar. Ambos viajaram ao Egito, e suas conclusões, chanceladas pelo poder da experiência, também apresentam horizontes de expectativas com claros vieses imperiais. Mesmo tendo inventado parte significativa de sua viagem, o relato de Savary buscou transmitir ao leitor a esperança de um Egito controlado pela França, com todas as benesses. Levariam progresso e civilização, assim como encontrariam na região a solução para todos os problemas que enfrentavam desde o fim da Guerra dos Sete Anos. Volney, mais sério e pessimista, projetou, através do relato do presente por ele vivenciado, um futuro no qual o Egito que permaneceria com a marca do declínio, com ou sem uma intervenção francesa. A única característica positiva seria salvar a história que ainda não havia sido arruinada. Desse modo, mesmo o horizonte mais pessimista ainda contribuiu à sua maneira para os projetos imperiais que viriam a se concretizar duas décadas após sua viagem.²⁶⁴

Até mesmo Guillemeau é um exemplo válido do argumento em construção. Embora não tenha vivenciado pessoalmente a expedição, ele realiza uma clara referência à experiência coletiva ao apontar, já no parágrafo inicial de sua *Memoire*, que “a reunião do Egito com a França fez esperar felizes mudanças nesta terra e na República”²⁶⁵, e, no decorrer da memória, das impressões (que ele afirma serem) coletivas acerca da expedição. Tal experiência teria sido fundamental para projeções de esperanças em um futuro no qual a França teria a colônia

²⁶³ Para mais, ver: LONG, Edward. *The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes*. London: T. Lowndes, 1774.

²⁶⁴ BRÉGEON, Jean-Joël. *L'Égypte de Bonaparte*, op.cit., pp. 66-69

²⁶⁵ GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*, op.cit., p. 6. O trecho é uma tradução própria de “La réunion de l'Égypte à la France faisait attendre d'heureux changemens dans cette contrée et dans la République”.

perfeita, assim como para a percepção de que esse objetivo só seria alcançado se os franceses direcionassem seus interesses ao “novo mundo”.

Não nos interessa expandir ainda mais o argumento. No momento, acreditamos serem exemplos o bastante para ilustrar que o trabalho de Fourier, à sua maneira, contribuiu para a criação desse horizonte de expectativas imperial mais amplo ao criar o próprio, no qual o futuro das ambições imperialistas deveria ser acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma semana após um brutal atentado terrorista contra os israelitas, executado pelo Hamas, Israel declarou guerra à Palestina em outubro de 2023. Os ataques aéreos e a possibilidade crescente de invasão terrestre da faixa de Gaza foram fatores responsáveis por uma miríade de reações ao redor do globo. Essas reações variaram de apoiadores incondicionais de Israel a protestantes por um cessar-fogo imediato e pela construção de uma paz permanente não só entre ambas as populações, mas no Oriente Médio como todo. Em decorrência da intensa polarização provocada pela guerra, os protestos pela paz foram aplaudidos e criticados com veemência e das mais variadas formas, que se atinham ao evento discutido ou desviavam-se da discussão original com acusações, críticas e preconceitos. Um desses desvios foi destaque em um dos jornais de maior alcance da Itália, o *Corriere della Sera*, que publicou a carta da Ministra do Turismo Daniela Santanchè do país sobre protestos similares ocorridos dias antes.

Santanchè se desviou da discussão sobre a razão do protesto (que varia entre paz e evitar que o país com o maior arsenal militar da região continue a cometer horrendos crimes de guerra contra uma população de 2,048 milhões de pessoas) ao apontar que os manifestantes estariam a favor do Hamas, decididamente misógino. Logo no título, essa transformação é evidente: “Daniela Santanchè: «Hamas misógino, come si può manifestare in sua difesa?»” [Daniela Santanchè: «Hamas é misógino, come se pode manifestar em sua defesa?»].²⁶⁶ Os protestos a favor dos palestinos tornam-se imediatamente uma demonstração ao Hamas, que, para além de todos os defeitos, é um grupo misógino.

Segundo a ministra, a submissão da mulher ao homem continua a ser a maior forma de escravidão do planeta, combatida no Ocidente, ao qual ela afirma pertencer com orgulho. A partir dessa afirmação, Santanchè cria um cenário no qual o Hamas representa com primor a antítese do mundo ocidental, em virtude das suas posições antissemitas e pelos brutais ataques a mulheres e crianças. Apoiar a Palestina, aqui, é reduzido a apoiar a manutenção de tudo o que é mal no mundo, e a paz exigida pelos manifestantes se torna uma ilusão, tendo em mente que uma Palestina livre só existirá quando o “terrorismo islâmico”, e as suas ações negativas contra as mulheres, for liquidado. Desse modo, as ações da reação de Israel, ainda que consideráveis extremas, se justificam de maneira moral, afinal os israelitas voltam a ocupar por excelência o papel antes designado à Ucrânia ao estarem na frente, metafísico e real, de uma guerra entre civilizações.

²⁶⁶ SANTANCHÈ, Daniela. Daniela Santanchè: «Hamas misógino, come si può manifestare in sua difesa?». *Corriere della Sera*, Milano, 2023.

A dissertação que aqui se conclui demonstrou, no decorrer de três capítulos, a maneira pela qual os *savants* franceses (e, de maneira ampla, europeus) se utilizaram da história para fundamentar as suas visões e os seus preconceitos em relação a tudo aquilo que não fosse ocidente. Savary, Volney e Fourier foram alguns dos *philosophes* que, tendo experienciado o Egito, escreveram sobre as suas populações, os seus costumes e a sua história para justificar as propostas (e, no caso de Fourier, a execução) de expansão imperial francesa na região. Os ganhos econômicos e culturais apresentados por Savary, e a possibilidade de salvar a história da região (Volney), ou, no caso de Fourier, melhor compreendê-la, seriam fatores que justificariam o esforço francês, e a violência resultante.

Posicionados sempre enquanto inferiores, as crenças e hábitos das populações egípcias e otomanas só eram considerados quando se aproximavam de valores ocidentais. O maior exemplo apresentado no decorrer dos três capítulos é a tolerância religiosa existente no império otomano, muito admirada pelos letrados europeus. O hábito dos letrados setecentistas de apenas reconhecer o valor das características de outras sociedades quando elas se aproximam do que já existia ou deveria existir (de acordo com eles) na Europa do século XVIII perpassou para muito além da *Description de l'Égypte*.

Isso não é novidade. Já na década de 1970, o aqui já muito mencionado livro de Edward Said, *Orientalism*, apontou como o conhecimento foi uma ferramenta fundamental da construção do imperialismo ocidental ao justificar as decisões que tomavam. O ocidente não só cria o oriente como usa dessa criação — que mistura ficção e realidade — para concretizar os seus planos e interesses.²⁶⁷ A pesquisa apresentada no decorrer dessas páginas não tem por objetivo negar tal afirmação, mas sim objetiva acrescentar a análise da história como ferramenta.

Se o conhecimento, de maneira geral, foi e continua a ser utilizado para basear opiniões, preconceitos, e ações, a história forneceu e fornece uma característica muito importante: a temporalidade. Foi através da história que Savary, Volney, Fourier, Guillemeau e Long, para nos atermos aos letrados articulados na presente dissertação, articularam os seus posicionamentos, de maneira mais ou menos direta. Savary aponta a decadência da sociedade egípcia, *ocorrida através do tempo*, para justificar o atual cenário por ele parcialmente presenciado. Volney enxerga no passado egípcio a única característica positiva da região, e entende que uma administração francesa só teria como única qualidade positiva o resgate dessa história. Fourier justifica parte considerável da expedição através do uso da história (escrita

²⁶⁷ SAID, Edward W. *Orientalism*, op.cit., pp. 23, 76-90.

sempre por outros letrados europeus, é válido apontar). Guillemeau retoma experiência passadas da colonização francesa na Guiana e no Egito para basear a sua proposta para o futuro do império francês em escala global. E Long, finalmente, se apropria da história da Jamaica e de suas experiências na ilha para realizar uma crítica de império. Mesmo Santanchè, em escala reduzida, se apropriou da história e as suas relações com o conflito entre ocidente e “o resto” em sua crítica da “misoginia islâmica”.

Para apontar a maneira que a história foi usada enquanto ferramenta por Fourier, e compreender os resultados desse uso, primeiro foi necessário entender como o letrado tornou-se responsável por escrever o *preface historique*, e a relação entre ele e outros nomes importantes para a expedição e a *Description*. Desse modo, o primeiro capítulo iniciou-se com a análise desse papel de prefaciador, utilizando-se o conceito de “intelectual mediador” enquanto ferramenta que explicasse as maneiras pelas quais Fourier tanto apresentou a *Description* como criou interpretações para a coleção e os seus objetivos.

A partir da discussão sobre o que significou prefaciador a *Description*, o capítulo discute as origens de Fourier, sua educação e, principalmente, a sua relação com Napoleão desde a organização da expedição até a encomenda do *preface* e a sua censura inicial. Argumentou-se que a complexa relação entre Napoleão e Fourier foi moldada por experiências vivenciadas por esse último nos anos revolucionários e pelos ambiciosos objetivos do imperador francês quando dos anos de escrita do *preface*. Tendo sido preso ao apontar abusos de enviados em missão no ano de 1794, Fourier teria se tornado mais comedido ao opinar de maneira pública. Desse modo, muito do que se sabe sobre o que criticava se deve a relatos de terceiros que afirmaram terem sido, em diferentes momentos da sua vida, seus confidentes. Sabe-se, portanto, que a relação entre Fourier e Napoleão foi amistosa tanto pela ausência de críticas e senso de autopreservação por parte do primeiro quanto pela percepção de competência do segundo.

Como foi apontado no capítulo, a busca de legitimidade imperial por Napoleão foi de grande importância para explicar a forma do texto final do *preface*. Como argumentado, desde a sua ascensão ao consulado, Bonaparte não mensurou esforços para reconstituir e aprofundar os laços entre os otomanos e a França. Ainda que reconhecesse que o Império otomano se encontrava fragilizado, uma boa relação entre ambos poderia ser fundamental para as suas futuras manobras diplomáticas no continente europeu. Também seria útil ao se provar um meio eficaz de tanto ir contra os interesses comerciais da Inglaterra, o que, aliás, foi um dos principais motivadores da expedição de 1798, como também conter as ambições e a expansão do Império Russo.

Para alcançar os seus objetivos, argumentou-se que Napoleão teria recorrido à história como ferramenta para legitimar a sua posição e as suas pretensões. Através do confisco e organização de arquivos das regiões conquistadas, ele pretendia cumprir duas metas fundamentais: a primeira, e mais pessoal, era a comprovação do seu direito à posição de imperador; enquanto a segunda, em partes consequência da primeira, visava estabelecer a França enquanto naturalmente predominante sobre as outras coroas europeias.²⁶⁸

Desse modo, concluiu-se no capítulo que a censura ao *preface* inicial realizada por Napoleão é explicável por seus objetivos enquanto imperador, e, de maneira mais ampla, argumentou-se pela necessidade de se analisar o *preface* também através do contexto em que estava inserido. Said se utilizou das palavras de Fourier para explicar a transformação do orientalismo, enquanto outros historiadores recorreram ao texto para compor diferentes cenários. Foi o caso de Henry Laurens em *Les Origines Intellectuelles de l'Expédition d'Égypte* [1987], que incluiu o *preface* na busca pelas origens da expedição, e de Jean-Joël Brégeon e Juan Cole em, respectivamente, *L'Égypte de Bonaparte* e *Napoleon's Egypt*, que se voltaram ao prefácio de Fourier para explicar e narrar a expedição. Argumenta-se, portanto, que o *preface* só é mais bem compreendido quando estudado junto do seu contexto, ação que, por diferentes motivos, foi evitada em estudos anteriores.²⁶⁹

O capítulo 2, por sua vez, se debruça sobre a maneira pela qual Fourier contou a história do Egito. O interesse era, ao analisar o que ele afirmara, entender como o fez. Desse modo, apontei que muito do que ele considerou na sua narrativa histórica era fruto de uma dupla ignorância. A primeira, a ser superada anos depois da expedição, é fruto do desconhecimento do Egito anterior ao domínio grego: ele sabia da sua existência, mas não era capaz, com as informações que possuía, de criar um cenário mais amplo. A segunda ignorância, por sua vez, era fruto dos conhecimentos adquiridos durante a vida e reforçados pela experiência no Egito, repleta de preconceitos e de posicionamentos que só seriam criticados e reinterpretados séculos depois.

Apontei, em sequência, que a maneira pela qual analisou a história do Egito enquanto a história da decadência de uma civilização se explica pelas transformações que a forma de se pensar e escrever a história perpassaram no decorrer do século XVIII. Foi nesse século que as

²⁶⁸ DONATO, Maria Pia. *L'archivio del mondo*. Quando Napoleone confiscò la storia. Bari-Roma, Editori Laterza, 2019.

²⁶⁹ LAURENS, Henry. *Les Origines Intellectuelles de l'Expédition d'Égypte: l'orientalisme islamisant en France (1698-1798)*. Paris-Istanbul, Institut Français d'Études Anatoliennes d'Istanbul, 1987; BRÉGEON, Jean-Joël. *L'Égypte de Bonaparte*. Paris, Pérrin, 2006; COLE, Juan. *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York, St. Martin's Griffin, 2008.

categorias analíticas propostas por Voltaire foram adotadas por letrados nos dois lados do atlântico, que priorizavam o estudo do comércio, do governo, das ciências, das artes, da população e da religião. Essas categorias foram utilizadas para explicar a história e o estado daquela sociedade, estado esse mensurado pelo grau civilizatório em que se encontravam.²⁷⁰

Conclui-se, desse modo, que outra forma de se compreender o *preface* relaciona-se ao estudo das maneiras de se pensar e escrever a história a partir da segunda metade do século XVIII, que forneceram aos letrados não apenas novas formas de compreender o mundo em que viviam como também projetar tais realidades, vivências e expectativas para o futuro. Esse, inclusive, foi o tema central do terceiro e último capítulo. A partir da proposta de Guillemeau de estabelecer o futuro imperial da França não na Ásia ou África, mas nas possessões francesas nas Américas, destacando-se a Guiana, pode-se realizar um argumento duplo.

O primeiro, imediatamente relacionado com a memória de Guillemeau, trata das propostas de futuro imperial presentes no final do *preface* de Fourier, que, mediante descrições do que *poderia ter sido*, propõe o que ainda *pode ser*. O faz ao lembrar das supostas praticidades que o domínio do Egito forneceria aos franceses para expansão ao interior da África, península arábica e Ásia, mas sem, em momento algum, tornar essa possessão uma obrigatoriedade. Em outras palavras, tais projetos ainda seriam (e deveriam ser) executáveis, mas sem as facilidades que o Egito proporcionaria.

O segundo argumento, inexoravelmente vinculado ao primeiro, adquire uma tonalidade mais teórica, ao destacar o aspecto da temporalidade. A segunda metade do capítulo foi dedicada a demonstrar como as ferramentas que Koselleck apresentou para lidar com o que chamou “horizonte de expectativa” podem ser utilizadas para se compreender a maneira pela qual letrados da segunda metade do século XVIII e começo do XIX formularam não apenas a compreensão do passado, mas planejaram o seu futuro.²⁷¹

Concluiu-se, portanto, que apesar das diferenças locais e temáticas, escritos sobre a história possuem características em comum em ambos os lados do atlântico, essenciais para começar a compreender não apenas a maneira pela qual a história era vista e pensada, mas suas ligações com o imperialismo.

Assim, ao ter analisado um prefácio do começo do século XIX que continha inúmeras proximidades com a maneira de pensar do século anterior, a presente dissertação tem como um último objetivo ressaltar a importância do estudo da narrativa histórica não apenas no objeto de

²⁷⁰ LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières : ambivalences de la modernité*. Paris, Seuil / Gallimard, 2019.

²⁷¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro, PUC Rio, 2012.

estudo, mas na contemporaneidade. O texto da ministra italiana não existe em um vácuo, e é intimamente ligado a formas de se escrever a história da região, população e crenças a ela tão abjetas. A mesma lógica que permitiu a ela reduzir populações inteiras a terroristas misóginos se encontra presente não só nas narrativas históricas dos séculos XVIII e XIX, mas em publicações mais recentes. Um caso emblemático é o livro de Nicole e Jean D’Hombres, *Naissance d’un nouveau pouvoir : Sciences et savants en France 1783-1823*, que trata os letrados que acompanharam a expedição enquanto “heróis”.²⁷² Com exceções notáveis, os livros mais recentes que tratam da expedição enquanto tema principal ou secundário o fazem sem uma análise crítica dessa narrativa histórica, e desse modo essas lógicas perpetuam-se. O orientalismo, o “outro”, e outros conceitos e ferramentas que criam distinções artificiais entre seres humanos, tão criticados pela academia, ganham sobrevida justamente nesses espaços que, por parecerem já alterados, não são alcançados pela crítica. Em resumo, a presente dissertação, à sua maneira, demonstra a importância da análise crítica das nossas ferramentas analíticas no passado e no presente, e como elas auxiliam na construção das nossas formas de ver o mundo.

²⁷² DHOMBRES, Nicole; D’HOMBRES, Jean. *Naissance d’un nouveau pouvoir: Sciences et savants en France 1783-1823*. Paris, Éditions Payot, 1989.

BIBLIOGRAFIA

Documentação

AL-JABARTI, *Chronicle of The First Seven Months of the French Occupation of Egypt*, 3 ed., 2010.

BARRAL, M. J. A. (dir.). *Œuvres de François Arago*, secrétaire perpétuel de l'académie française. Paris, Gide & J. Baudry, 1854.

CHAMPOLLION-FIGEAC. *Fourier et Napoléon*. L'Égypte et les cent jours, mémoires et documents inédits. Paris, Firmin Didot Frères, 1844.

COUSIN, Victor. Le Baron J. Fourier. Disponível em: MANCY, A. Jerry de. *Le livre d'honneur des cent villes de France*. Paris, [s/i], 1839.

CRÈVECCŒUR, J. de. *Voyage dans la Haute Pensylvanie et dans l'état de New-York*, tome 2. Paris, Maradan, 1801.

Copies of original letters from the Army of General Bonaparte in Egypt, interceptei by The Fleet under the command of Admiral Lord Nelson. Part the first, with an English translation. The tenth edition. London, [s/i], 1798.

Dictionnaire de l'Académie Française. Paris, J. J. Smith, 1799.

FOURIER, Joseph. Préface historique. In: *Description de l'Égypte ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française, publiées par les ordres de sa majesté l'Empereur Napoléon le Grand*. Antiquités, planches, tome premier. Paris, Imprimerie Impériale, 1810.

GUILLEMEAU, J. J. D. *Mémoire sur l'Égypte et la Guiane*. Société des sciences et arts du département des Deux-Sèvres, 1803.

HOEFER, M. (Jean Chrétien Ferdinand) (ed.). *Nouvelle biographie universelle*, depuis les temps le plus reculés jusqu'à nos jours, avec les renseignements bibliographiques et l'indication des sources a consulter. Paris, Firmin-Didot Frères, 1852

LONG, Edward. *The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes*. London: T. Lowndes, 1774.

MAUGER, Georges Gabriel. Joseph Fourier. Disponível em: *Annuaire statistique du département de l'Yonne*. Auxerre, François e Addenin, 1837.

SAVARY, Claude-Étienne. *Lettres sur l'Égypte*, lettre XV, tome 2, seconde édition revue et corrigé. Paris, Onfroi, 1786.

VOLNEY, C.-F. *Leçons d'histoire prononcées à l'école normale*. Paris, Baudoin Frères Libraires, 1826.

Livros e artigos

AGER, Sheila L. The Power of Excess: Royal Incest and the Ptolemaic Dynasty. *Anthropologica*. Vol. 48, N. 2, 2006, pp. 165-186.

AKSAN, Virginia. Breaking the Spell of the Baron de Tott: Reframing the Question of Military Reform in the Ottoman Empire, 1760-1830. *The International History Review*, Vol. 24, n. 2, jun/2002.

ALBIGÈS, Luce-Marie. FRONTISPICE DE LA DESCRIPTION DE L'ÉGYPTE. *L'Histoire par l'image*. Julho 2009. Disponível em: <<https://histoire-image.org/etudes/frontispice-description-egypte>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

AMIN, Samir. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo, Lavrapalavra, 2021 [1988]

BAER, David M. *The Ottomans: Khans, Caesars and Caliphs*. London, Basic Books, 2022.

BAYLY, C. A. *The Birth of the modern world, 1780-1914: global connections and comparisons*. Malden/Oxford/Carlton, Blackwell Publishing, 2004.

BENIGNO, Francesco. *Terrore e terrorismo: Saggio storico sulla violenza politica*. Torino, Giulio Einaudi editore s.p.a., 2019.

BELL, David A. *Napoleon: a very short introduction*. Oxford University Press, 2018, Edição Kindle.

BRÉGEON, Jean-Joël. *L'Égypte de Bonaparte*. Paris, Perrin, 2006.

BRITO, Nicolas; SALDUCCI, Fabien. L'inceste en Provence au XVIIIe siècle : entre doctrine et pratique. *Revue Lexsociété*, 2023, disponível em: <<https://hal.science/hal-03948358/document>>. Acesso em: 03 agosto 2023.

BROWN, Vincent. *Tacky's Revolt: The Story of an Atlantic Slave War*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.

BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020.

BURNARD, Trevor. Slavery and the Enlightenment in Jamaica and the British Empire, 1760–1772: The Afterlife of Tacky's Rebellion and the Origins of British Abolitionism. Disponível em: TRICOIRE, Damien (ed.). *Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/>. Publicado em: 6 out. 2019.

CHALMIN, Ronan. Formes et savoirs de la corruption à l'âge des Lumières. *Arts et Savoirs*, n. 11, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aes/1808>>. Acesso em 26 set. 2023.

BURNARD, Trevor. *Lumières et corruption*. Paris, Honore Champion, 2010.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2000.

COLE, Juan. *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York, St. Martin's Griffin, 2008.

COLLER, Ian. *Muslims and Citizens. Islam, Politics, and the French Revolution*. New Haven / London, Yale University Press, 2020.

CURRAN, Andrew S. *The Anatomy of Blackness. Science & Slavery in an Age of Enlightenment*. Baltimore, John Hopkins University Press, 2011

DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (eds.). *The French Revolution in Global Perspective*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2013.

DHOMBRES, Nicole; D'HOMBRES, Jean. *Naissance d'un nouveau pouvoir : Sciences et savants en France 1783-1823*. Paris, Éditions Payot, 1989.

- DONATO, Maria Pia. *L'archivio del mondo*. Quando Napoleone confiscò la storia. Bari-Roma, Editori Laterza, 2019.
- GALLIEN, Claire. Recycling the Orient in eighteenth-century british literature: the case of Busiris by Edward Young. *Klincksieck | « Études anglaises »*, 2010/4.
- GINZBURG, Carlo. *Paura, reverenze, terrore*. Cinque saggi di iconografia politica. Adelphi, Milano, 2018.
- GIULIANI, Fabienne. Histoire de l'inceste et de ses représentations en France (fin XVIIIe- fin XXe siècle). *Perspectives Psi*, Vol. 61, 2022, pp. 121-125.
- GIULIANI, Fabienne. Monsters in the Village? Incest in Nineteenth Century France. *Journal of Social History*, Vol. 42, n. 4, summer 2009, pp. 919-93.
- GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- GRATTAN-GUINNESS. *I. Joseph Fourier 1768 - 1830*. The MIT Press Design Department, 1972.
- HAEGELE, Vincent. *Révolution impériale: L'Europe des Bonaparte 1789-1815*. Paris, Passés composés, 2021.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro, PUC Rio, 2012.
- LAURENS, Henry. *Les Origines Intellectuelles de l'Expédition d'Égypte: l'orientalisme islamisant en France (1698-1798)*. Paris-Istambul, Institut Français d'Études Anatoliennes d'Istanbul, 1987.
- LAURENS, Henry. *L'Expédition d'Égypte, 1798-1801*. Paris, Point, 1997.
- LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 40, n. 2, 2019, pp.295-320.
- LILTI, Antoine; SPECTOR, Céline (eds.). *Penser l'Europe au XVIIIe siècle*. Commerce, civilisation, Empire. Oxford, Voltaire Foundation, 2014.
- LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières: ambivalences de la modernité*. Paris, Seuil/Gallimard, 2019.
- MAZARI, Idriss. Fourier, de Révolution en Académie. *Bibnum*, [s/i], setembro 2020.
- MADDISON, Angus. *Contours of the World Economy, 1-2030 AD*. Oxford University Press, 2007.
- MIKABERIDZE, Alexander. *The Napoleonic Wars: A Global History*. New York, Oxford University Press, 2020.
- PAGDEN, Anthony. *Worlds at War: The 2,500-year struggle between East and West*. New York, Random House, 2009.
- PINORI, Gino de Castro. A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778). *Temporalidades – Revista de História*, Edição 36, v. 13, n. 2 (jul./ dez 2021), pp. 746-765.
- RISKIN, Jessica. The Naturalist and the Emperor, a Tragedy in Three Acts; or, How History Fell Out of Favor as a Way of Knowing Nature. *Know: A journal on the formation of knowledge*, summer 2018.
- ROCHE, Daniel. Académies et académisme : le modèle français au XVIIIe siècle. *Mélanges de l'École Française de Roma*. Italie et Méditerranée. Tomo 108, n° 2, 1996, pp. 643-658.

- ROTSCHILD, Emma. A Horrible Tragedy in the French Atlantic. *Past & Present*, Oxford University Press, n. 192, ago. 2006.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. London, Penguin Books UK, 2003.
- SATIA, Pryia. *Time's Monster: How history makes History*. Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University, 2020.
- SAHLINS, Marshall. *The Western Illusion of Human Nature: With Reflections on the Long History of Hierarchy, Equality, and the Sublimation of Anarchy in the West, and Comparative Notes on Other Conceptions of the Human Condition*. Chicago, Pricly Paradigm Press, 2008.
- SEBASTIANI, Silvia. Challenging Boundaries: Apes and Savages in Enlightenment. Disponível em: HUND, Wolf D. (et al). *Simianization: Apes, Gender, Class, and Race*. Zürich: LIT Verlag, 2015.
- SETH, Suman. Materialism, Slavery, and The History of Jamaica. *Isis*, vol. 105, 2014, n. 4, pp. 764-772.
- SIMIEN, Côme. À propos de l'«utopie» pédagogique de la Révolution Française. *Siècles* [En ligne], 49, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/siecles/7281>>, consultado em 24 de outubro de 2022.
- SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89.
- SOREL, Patricia. *Napoléon et le livre. La censure sur le Consulat et l'Empire (1799-1815)*. Presses Universitaires de Rennes, 2020.
- SOURDEL, Janine; SOURDEL, Dominique. *Dictionnaire historique de l'islam*. Paris, Quadrige / PUF, 1996, 1ª ed.
- STAROBINSKI, Jean. *Blessings in Disguise; or, The Morality of Evil*. Tradução de Arthur Goldhammer. Massachusets, Harvard University Press, 1993 [1989].
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Du Tage au Tange au XVIe siècle : une conjoncture millénariste à l'échelle eurasiatique. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, nº1, p. 53, jan/fév. 2001.
- TÓTH, Ferenc. Un Hongrois en Égypte avant Napoléon. La mission secrète du baron de Tott. *Revue historique des armées* [en ligne], 2013.
- VENDRYÈS, Pierre. *De la probabilité en Histoire. L'exemple de l'expédition de l'Égypte*. Paris, Albin Michel, 1952.
- ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2020.